

HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO
PARANAENSE DE HISTÓRIA
ano 9 n°17 dez.1988 ISSN 0100-6932

apah

Editor: Sérgio Odilon Nadalin

Secretário Executivo: Francisco Moraes Paz

**Conselho Editorial: Décio Roberto Szvarça, Presidente
Maria Lucia Cidade, Secretária**

**Anamaria Filizola, Ana Maria de Oliveira Burmester, Aymara Ribas,
Beatriz Teixeira de Miranda, Carlos Alberto Faraco, Carlos Roberto
Antunes dos Santos, Cesar Augusto Ramos, Gina Gulineli Paladino,
Jayme Antonio Cardoso, Maria Cristina Colnaghi, Maria Ignês Man-
cini de Boni, Marionilde Dias Brepolh de Magalhães, Regina Rotem-
berg Gouveia e Sérgio Odilon Nadalin.**

**Conselho Consultivo: Ana Cleide Cesário (UEL), Antonio Simão Neto
(UEM), Adalgiza Maria Vieira do Rosário (UNB), Caió Cesar Boschi
(UFMG), Carlos Guilherme Mota (USP), Edgar Salvadori de Decca
(UNICAMP), Hilário Franco Júnior (USP), Iraci del Nero da Costa
(USP), Joana Neves (UFPb), Renato Janine Ribeiro (USP), Sandra
Jathay Pesavento (UFRGS).**

**Publicação semestral da Associação Paranaense de História — APAH
Caixa Postal, 1538
80 000 — CURITIBA — PR — BRASIL**

**A opinião emitida nos artigos é de exclusiva responsabilidade dos
seus autores.**

**Revisão: Marise Manoel
Soraya Regina Gomes de Oliveira**

**Capa: Francisco Moraes Paz e Régia T. Okura Filizola
Foto de Cláudio Denipoti (detalhe do Museu Paranaense)**

**Gráfica Vicentina Ltda.
Al. Cabral, 846 — Caixa Postal, 988
Telefone: (041) 222-1057
80410 CURITIBA-PR**

**Publicado com o apoio do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia
— CONCITEC**

História: Questões & Debates
Associação Paranaense de História - APAH
Curitiba — Dezembro - 1988

S U M A R I O

Anamaria Filizola e Carlos Alberto Faraco — Apresentação	227
II ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA — OS CAMINHOS DA HISTÓRIA”	
Cláudio Henrique de Moraes Batalha — A história social em questão	229
Afonso Carlos Marques dos Santos — Memória, história e patrimônio cultural	242
Antonio Simão Neto — Nova história, novo museu?	251
CONFERÊNCIAS	
Frédéric Mauro — História, historicidade e historicismo	267
Marcin Kula — História e sociologia	276
ENSAIO	
Octavio Ianni — O bonapartismo	293
PESQUISAS: PROJETO, COMUNICAÇÃO E FONTES	
Francisco Moraes Paz, Marise Manoel, Leônidas Rodrigues, Márcio Antonio Moisés Nadaf e Soraya Regina Gomes de Oliveira — Eleições e partidos: práticas políticas no Paraná, 1946-82 ..	305
Antônio Celso Ferreira e Cristiano Gustavo Biazzo Simon — Tensões da modernidade em Londrina: a ferrovia e a nave	334
Oksana Boruszenko — A imigrante ucraniana em prosa e verso ..	360
NOTAS DE LEITURA	
Ana Cleide Cesário — Antônio Celso Ferreira e Cristiano Gustavo Biazzo Simon e “Tensões da modernidade em Londrina: a ferrovia e a nave”	367
Soraya Regina Gomes de Oliveira — Carlo Ginzburg e “O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição”	371

A p r e s e n t a ç ã o

Neste número da revista *História: questões e debates* há uma constante: a preocupação epistemológica. De várias perspectivas, o historiador coloca sua ação em foco e verbaliza críticas e temores.

Nessa linha, aparece uma discussão de possíveis vias de aproximação de história e sociologia, no texto de F. Mauro, e um questionamento das saídas para a crise da ciência histórica que se manifesta, segundo M. Kula, sob a forma das ameaças da historicidade e do historicismo.

Essa mesma preocupação aparece no texto de Cláudio Batalha sobre a história social, seus métodos e modelos. Interessante aqui é ler as inquietações mais gerais de Batalha e, paralelamente, conferir duas análises de história social: a de O. Boruszenko, que aproveita as fontes literárias para um estudo da imigração ucraniana; e a resenha de Soraya Oliveira do texto de Ginzburg — *O queijo e os vermes*, livro que utiliza fontes da Inquisição para resgatar a vida de um moleiro italiano e, por meio dela, traços da cultura popular.

Por outro lado, os textos sobre o patrimônio histórico, de Marques dos Santos, e sobre o novo museu, de Simão Neto, apontam caminhos para uma visão diferente do historiador e seu papel de crítico em áreas habitualmente apenas vinculadas a interesses oficiais e manipulados por perspectivas ideológicas específicas.

O estudo sobre Londrina, de Ferreira e Simon, é, ao mesmo tempo, um exercício analítico interessante, ao se propor aplicar os métodos da arqueologia industrial à interpretação

de aspectos da história de uma cidade nova; e uma mostra das possibilidades de uma abordagem crítica do patrimônio. O caráter instigante desse texto fica testemunhado pela leitura dedicada de Ana Cleide Cesário; era, de início, um parecer quanto à publicação e se transformou em rica interlocução.

Este número traz também o projeto de pesquisa de Paz, Manoel, Rodrigues, Nadaf & Oliveira sobre eleições e partidos, abrangendo o período de 1946-82 no Paraná. Busca-se completar uma primeira etapa de pesquisa já realizada pelo IPARDES sobre as relações sociopolíticas no Paraná e preencher lacunas no estudo dos partidos políticos no Brasil.

Anamaria Filizola

Carlos Alberto Faraco

II ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA

“Os caminhos da história”

A HISTÓRIA SOCIAL EM QUESTÃO*

CLAUDIO HENRIQUE DE MORAES BATALHA
Professor da Universidade Estadual de Campinas.

Parodiando a propaganda do sabonete e das estrelas de Hollywood, poder-se-ia dizer que, muito provavelmente, nove entre dez historiadores consideram-se historiadores sociais hoje em dia.

Inegavelmente, a *história social ganhou terreno nas últimas três décadas*. Na Europa e nos Estados Unidos *surgiram cursos de pós-graduação e até de graduação voltados especificamente para a história social*. Ao mesmo tempo em que ganhava a *condição de disciplina acadêmica*, a história social *estimulou um movimento editorial considerável* que se manifestou através da publicação de numerosos estudos nesse campo e da proliferação de revistas especializadas tais como: *Annales: Economies — Sociétés — Civilisations* e *Le Mouvement Social* na França; *Social History, History Workshop* e, eventualmente, *Past & Present* na Inglaterra; e, *Comparative Studies in Society and History, Journal of Social History* e *Journal of Interdisciplinary History* nos Estados Unidos.¹

No Brasil, esse fenômeno também se produziu, se bem que em data mais recente. Se oficialmente são ainda poucos os programas de pós-graduação a se identificarem como sendo de história social, cresce a cada dia o número de pesquisadores e estudantes voltados para esse campo. Se, por diversas razões, não há no Brasil uma revista especializada exclusivamente em história social, uma grande parte dos ar-

* Texto apresentado no II Encontro Regional de História — “Os Caminhos da História”, da Associação Nacional dos Professores Universitários de História — ANPUH, Núcleo Regional do Paraná, na Universidade Estadual de Maringá, entre 05 e 07-10-1988. Participaram como debatedores dessa mesa-redonda os professores Sidney Chalhoub (UNICAMP) e Ana Maria Burmester (UFPR).

¹ Para um balanço da produção da história social, na Grã-Bretanha, ver PERKIN, Harold. *Social History in Britain. Journal of Social History*, 10(2):129-43, Winter 1976; para o caso francês, ver PERRON, Michelle. *The Strengths and weaknesses of French social history. Journal of Social History*, 10(2):166-75, Winter 1976.

tigos publicados na *Revista Brasileira de História*, por exemplo, podem ser facilmente enquadrados nessa perspectiva. Além disso, o momento atual, particularmente feliz para os historiadores pelo interesse que os editores vêm demonstrando em publicar trabalhos historiográficos — não pode deixar de ser mencionado — já que tem possibilitado o acesso a uma parcela significativa da história social, sobretudo européia, através de traduções, bem como tem permitido a divulgação da nossa própria produção acadêmica.

Tudo indica, portanto, que a história social chegou para ficar. *Não se trata de um modismo passageiro*, como outros tantos que assolaram e assolam a universidade brasileira. Como veremos mais adiante, *as próprias fronteiras imprecisas da história social contribuem para sua longevidade*. Essa imprecisão da história social permite que, no seu interior mesmo, as modas acadêmicas encontrem refúgio para continuar a existir, por perniciosas que possam ser. Sem ter que romper com o campo vagamente definido da história social, ainda é possível o recurso ao auxílio de diferentes autores seguindo os ditames do momento. As dissertações de mestrado não deixarão de incluir de forma fetichista as citações dos autores da moda. Segundo essa regra: *Thompson está em alta, enquanto Foucault tende a cair, já Althusser há muito que não tem cotação nesse pregão*.

É desnecessário dizer que, via de regra, o desaparecimento de uma moda acadêmica e sua substituição por outra não é o resultado do debate em torno dos méritos ou das limitações desse ou daquele autor, dessa ou daquela perspectiva historiográfica, mas provém, antes de mais nada, da “novidade” que a “descoberta” ou a “redescoberta” de determinado autor ou linha de análise representa com relação ao que anteriormente estava em voga. Aliás, a busca da novidade parece acompanhar de perto a moda da história social, não é por mero acaso que a história social francesa abriga-se sob o rótulo de *nouvelle histoire* (nova história), enquanto ingleses e americanos forjaram o termo de *new social history* (nova história social).

A proliferação da história social no Brasil veio acompanhada desse vício de origem, o de ser um campo fértil para o surgimento de modas acadêmicas. Por outro lado, na Europa e nos Estados Unidos, a história social, praticamente desde o seu surgimento, foi seguida de um debate intenso em torno de seu significado exato e de seus limites.² Debate que permanece, em grande parte, ignorado entre nós.

Talvez a questão central desse debate resida justamente na diversidade de concepções sobre o que vem a ser a chamada história social. A existência de divergências a esse propósito já era evidente em 1965 no Colóquio da Escola Normal Superior de Saint-Cloud sobre o tema, onde se opuseram historiadores que sustentavam que toda a história é social, e historiadores que afirmavam inexistir um campo próprio da história social.³ Hobsbawm, mais tarde, diria que nenhum dos praticantes da história social faria questão de ser visto na companhia ideológica de todos aqueles que se situavam sob o mesmo rótulo historiográfico.⁴ A idéia de que o termo história social abriga mercadorias diversas foi colocada de modo ainda mais explícito pelo historiador catalão Josep Fontana, em sua crítica ferrenha à *nouvelle histoire* e à *new social history*.⁵

Hobsbawm sustenta que inicialmente — antes da história social tornar-se moda na Europa, em princípios dos anos 1960 — podia-se distinguir três sentidos atribuídos ao termo história social:

1.º) o de uma história das classes subalternas e dos movimentos destas, especialmente a história operária e do movimento socialista;

² Entre os balanços críticos da história social figuram: HOBSBAWM Eric. From social history to the history of society. *Daedalus*, 100(1):20-45, Winter 1971; GENOVESE, Elizabeth Fox & GENOVESE, Eugene D. The political crisis of social history: a Marxian perspective. *Journal of Social History*, 10(2):205-19, Winter 1976; JUDT, Tony. A clown in regal purple: social history and the historians. *History Workshop*, 7:66-94, Spring; 1979. FONTANA, Josep. Historia: análisis del pasado y proyecto social. Barcelona, Grijalbo, 1982. Cap. 9 e 11.

³ Ver as intervenções de Soboul, Vilar e Goubert, representantes da primeira tendência, assim como a intervenção de Crubellier, representante da segunda. COLOQUIO DA ESCOLA NORMAL SUPERIOR DE SAINT-CLOUD, 1965. A história social: problemas, fontes e métodos. Lisboa, Cosmos, 1973. p. 25, 60, 64 e 121.

⁴ HOBSBAWM, From social history . . . , p. 29.

⁵ FONTANA, p. 171.

2.º) o de estudos voltados para uma variedade de atividades humanas, tais como comportamentos, costumes e vida cotidiana, que derivam da história social concebida como "história sem política" (*history with politics left out*) proposta por G. M. Trevelyan⁶;

3.º) o de uma história em que o "social" é empregado em conjunto com a "história econômica", como aparece na proposta da revista fundada por Bloch e Febvre, *Annales d'Histoire Économique et Sociale* (1929), que comporta a perspectiva de uma *história total*.⁷

Entretanto, a definição do objeto da história social permanece como um problema, já que nenhuma das três versões enumeradas por Hobsbawm produziu um campo acadêmico especializado. Se existem diversas tentativas de definir a história social, nenhuma delas foi capaz de fazer dessa história um domínio especializado equivalente à história econômica, à história da cultura, etc. Essa constatação tende a reforçar a posição daqueles que sustentam que *toda a história é social*, que acaba sendo abraçada por historiadores tão diferentes como Peter Stearns e Eric Hobsbawm.⁸ Este último atribui a impossibilidade da história social tornar-se um domínio especializado ao fato de que seu sujeito não pode ser isolado. De modo que, o aspecto social da vida dos homens não pode ser separado da forma com que ganham seu sustento ou de seu meio material, assim como não pode ser separada das idéias dos homens.

O vasto campo que a história social acaba oferecendo, e, a falta de rigidez temática e metodológica que dele resulta, serviriam para que muitos se voltassem para essa história, como uma reação à era de crescente e abusiva especialização dos anos 1960, que tendia a compartmentar o saber nas ciências humanas.⁹ Conseqüentemente, a história social tornou-se o espaço para onde convergiam contribuições

⁶ TREVELYAN, G.M. English social history; a survey of six centuries, from Chaucer to Queen Victoria. Harmondsworth, Penguin, 1980. p. 9-10.

⁷ HOBSBAWM, From social history p. 21-2.

⁸ HOBSBAWM, From social history p. 24 e STEARNS, Peter N. Coming of age. *Journal of Social History*, 10(2):252, Winter 1976.

⁹ PERRON, p. 166.

provenientes de outras ciências humanas e técnicas de pesquisa, como a antropologia, a sociologia, a psicologia, a demografia, e até a lingüística e a semiologia, alimentando o sonho da interdisciplinaridade e da história como ciência síntese.

Com o advento da história social, ocorreu uma ampliação considerável do leque de temas pesquisados por historiadores. Todos os temas passaram a ser igualmente válidos e igualmente dignos de serem trabalhados. Assim ganharam impulso decisivo estudos sobre: *o desenvolvimento da cidade moderna, os pobres, a criminalidade, as instituições de controle social, a família, as mulheres, as crianças, a morte, a sexualidade, a doença, a alimentação, etc.*

A aproximação com as outras ciências humanas e particularmente com as ciências sociais, trouxe para a história social modelos e métodos próprios a essas disciplinas. O uso extensivo de *métodos quantitativos* — antes restritos à história econômica — *foi uma das principais novidades incorporadas à análise do social*, ainda que esses métodos tenham tido mais repercussão na historiografia anglo-americana, do que na francesa ou na brasileira.

Por outro lado, o emprego dos métodos das ciências sociais e a diversificação dos temas de análise, resultaram na *procura de novas fontes*. Como escreve Michele Perrot “a extensão das fontes resulta da crescente penetração de uma patologia social latente — tudo é um signo; tudo tem um significado — imagens, palavras, coisas, gestos e até o silêncio”¹⁰ No Brasil, essa busca de novas fontes traduziu-se no *recurso à literatura, à história oral, aos registros paroquiais, à documentação cartorial, aos processos crime*; fontes que muitas vezes estavam sendo empregadas de forma pioneira entre nós, mas que eram consideradas fontes historiográficas tradicionais no resto do mundo.

A história social, portanto, renovou — de forma mais ou menos significativa — objetos, métodos e fontes da his-

¹⁰ PERROT, p. 171.

tória. Todavia, os *problemas criados pela história social* não se limitam à dificuldade de *definição do seu campo de atuação*, a moderna história social chegou a ser acusada de degradar e aviltar o conjunto da disciplina histórica.¹¹

Essa degradação da disciplina histórica, atribuída à história social, resulta do *abandono*, pela maioria de seus representantes, de *qualquer tentativa de estabelecer fundamentos teóricos próprios*, preferindo ir buscar nas ciências sociais modelos de análise e aparatos teóricos já prontos.¹² A história social foi muito além da proposta da Escola dos *Annales*, que marcou sua origem. Enquanto os *Annales* de Bloch e Febvre eram imbuídos de uma concepção da relação integral de todos os aspectos da existência humana, o que possibilitava a colaboração das várias ciências humanas; a *interdisciplinaridade, hoje proposta pela história social, significa na prática a capitulação teórica e metodológica diante da sociologia e da antropologia*. Como dizem Elizabeth Fox Genovese e Eugene Genovese, “é óbvio que toda boa história deve ser interdisciplinar no sentido de que depende ao máximo da aplicação da sensibilidade humana e do rigor intelectual”, mas alertam para o perigo que reside em deixar que os métodos se sobreponham ao conteúdo histórico.¹³

A adoção acrítica de modelos emprestados pela antropologia estruturalista ou pela sociologia funcionalista reforça o distanciamento da história social da preocupação de analisar o processo histórico. Reagindo à história como crônica, *histoire événementielle*, os historiadores sociais acabaram por ignorar até a cronologia e os acontecimentos, para escularem-se atrás do emprego de grandes modelos.

A teoria da modernização figura provavelmente entre os modelos de maior sucesso junto aos historiadores sociais. Com a adoção desse modelo todo o curso da história pode ser dividido entre o moderno e o que o antecede, ou seja, o pré-moderno, arcaico ou tradicional. Esses modelos estereotipados e estáticos funcionam como *tipos ideais*, não ha-

11 JUDT, p. 67.

12 FONTANA, p. 171-2.

13 GENOVESE & GENOVESE, p. 217.

vendo qualquer preocupação com as manifestações concretas dessas categorias, com sua existência histórica. Por conseguinte, a história da humanidade é percebida como um caminho sem percalços rumo a essa modernidade (capitalista, ainda que o termo não conste do vocabulário dos defensores dessa teoria), onde toda resistência na forma de revoltas, motins, etc. é encarada como resultante de uma atitude arcaica, tradicional; quando não, é atribuída à incapacidade de ajustamento.¹⁴ Essa abordagem dicotômica da história, dividida em duas categorias opostas que servem para classificar toda atividade e atitude humanas em termos como sendo “tradicional” ou “moderna”¹⁵, pode variar sobre o mesmo tema ao empregar termos como “urbanização”, “busca de mobilidade social”, etc., como equivalentes à modernidade.

*Categorias analíticas, como “classe social”, têm sido preferidas pelos historiadores sociais em benefício de outras, determinadas normativamente, como “o papel da mulher” ou “a estrutura familiar”. Assim, “classes sociais”, quando aparecem, são reduzidas a categorias sócioprofissionais definidas por seus ganhos ou por elementos mais imprecisos como o *status*.¹⁶ Em contrapartida, um número crescente de historiadores sociais tem recorrido a explicações psicanalíticas para tentar dar conta do social. Fenômeno que decorre naturalmente da preocupação neo-liberal de fazer uma história não das classes ou dos grupos sociais, mas sim uma história dos indivíduos no estilo proposto por Theodore Zeldin, no seu estudo sobre a França de 1848 a 1945, onde pretende traçar uma “história emocional do homem” através da ambição, do amor, da política, da inteligência, do gosto e da ansiedade.¹⁷ Nesse quadro, não chega a ser surpreendente que um certo número de historiadores construa teorias explicativas a partir de suas próprias experiências de vida.¹⁸ Afinal de contas, vivemos um tempo de culto à subjetividade e um*

14 FONTANA, p. 172.

15 JUDT, p. 69.

16 JUDT, p. 72 e 85; FONTANA, p. 173.

17 ZELDIN, Theodore. Social history and total history. *Journal of Social History* 10(2):244, Winter 1976.

18 JUDT, p. 86.

passar de olhos sobre as introduções das dissertações de mestrado — principal exemplo da nossa produção acadêmica — costuma atestar o peso da vida privada dos autores na sua explicação da história.

Os estudos sobre temas mais recentemente incorporados à história social, como a história das mulheres e a história da família, têm sido particularmente afetados pelo emprego de modelos generalizadores, que costumam marcar as ciências sociais. Nesses campos, *tornou-se um hábito partir de pressupostos que os autores consideram lícito generalizar, sem a necessária comprovação empírica, dessa maneira, aprendemos que a imagem da mulher voltada para a família e desvinculada da produção, formulada no século XIX pela burguesia, alastrou-se para as classes trabalhadoras. Quando? De que modo? E por quê? São indagações que esses historiadores não parecem formular. A imprecisão das datas e a nebulosidade dos acontecimentos permitem eludir as questões mais incômodas.*

Com uma freqüência cada vez maior, a produção da história social acaba por oscilar entre a adoção de modelos explicativos de grande envergadura, que englobam vários séculos, e minuciosas descrições micro-históricas de aspectos, freqüentemente irrelevantes e separados do contexto social e histórico mais amplo. Os *historiadores sociais hoje têm muitas vezes uma abordagem análoga à da antiga etnologia, estudando práticas e costumes, sem compreender a sociedade em que estão inseridos.*

Seria injusto atribuir unicamente às ciências sociais os caminhos trilhados pela história social. A já tristemente célebre frase de Peter Stearns — um dos principais mentores dessa história — demonstra de forma inequívoca que a moderna história social envereda na mesma direção de Trevelyan¹⁹, ao proclamar: “quando a história da monarquia for amplamente reconhecida como sendo tão importante quanto a história da monarquia, teremos alcançado nossos objeti-

19 TREVELYAN, p. 9-10.

vos"²⁰. O que sobressai nessa proposta é a exclusão da política na análise do social. No esforço de estudar "a história das sociedades enquanto sociedades, da estrutura social em todas as suas múltiplas e continuamente cambiáveis ramificações", como propõe Harold Perkin²¹, os historiadores sociais crêem ser possível não levar em conta o modo através do qual essas sociedades se organizam e são governadas.

O apoliticismo tornou-se uma das principais bandeiras da história social, expresso em sua resistência ao emprego das categorias de classe social, de ideologia, de consciência de classe e na sua incapacidade de compreender os processos de mudança social. De forma mais ou menos explícita, essa historiografia nega não só o caráter central da luta política na história, mas acaba por negar a própria possibilidade de conflito permanente ao voltar-se sobretudo para os momentos de resolução de conflitos.²² Trata-se, mais precisamente, de uma recusa em considerar as relações de poder na sociedade de classes. E, consequentemente, de uma incapacidade de oferecer respostas diretas para as questões que decorrem dessas relações, como: Quem exerce o poder, em benefício de quem, e em detrimento de quem?²³

Na medida em que as relações de poder não são tidas em conta, torna-se impossível, por exemplo, estudar as revoluções. Já que, a revolução, como ressaltou Tony Judt "é uma luta pelo poder, pelo controle do Estado", que "não pode ser compreendida, se seus componentes essenciais — partidos, ideologias, poder, classe — forem deixados fora da equação".²⁴ Desse modo, é preciso concluir que a opressão das mulheres, dos escravos, ou da classe operária, é uma opressão inata, individual e puramente psicológica, uma vez que as classes, a consciência de classe e a luta de classes inexistem para uma parcela considerável dos historiadores sociais.

20 STREARNS, p. 50, frase que aparentemente motivou Edward SHORTER a escrever sobre a idade das primeiras regras na França de 1750 a 1950, artigo publicado nos *Annales*, 36(3), 1981, citado por FONTANA, p. 173.

21 PERKIN, Harold. *The origins of modern English society, 1780-1880*. London, Routledge & K. Paul, 1978. p. ix.

22 GENOVESE & GENOVESE, p. 211.

23 JUDT, p. 72.

24 JUDT, p. 72-3.

Mesmo à “esquerda”, incorrem nesse erro os estudos bem intencionados e nostálgicos sobre a vida das classes subalternas ao recorrer à antropologia para projetar uma visão pitoresca e ahistórica dessa vida, autonomamente divorciada da influência das classes dominantes e da influência sobre as classes dominantes.²⁵ *Esse risco já foi mencionado por Hobsbawm ao enfatizar a impossibilidade de escrever a história de uma classe isoladamente, sem levar em conta as relações sociais.*²⁶

A história social — sobretudo em suas versões norte-americana e inglesa — caracterizou-se ainda pela busca da “cientificidade”. No emprego de métodos quantitativos, os historiadores supunham encontrar a garantia do caráter “científico” de sua abordagem, além de sua neutralidade, premissas fundamentais desse novo positivismo. Quantificar todo o quantificável tornou-se a palavra de ordem desses cientistas do social, ainda que o resultado final obtido com suas tão impecáveis técnicas fosse freqüentemente decepcionante. O emprego de técnicas quantitativas acaba por se tornar um fim em si mesmo. No centro desse universo numérico reina um novo Deus: o computador!²⁷

Não contente em adquirir novas técnicas que garantissem seu caráter científico, a história social — como toda ciência que se preza — criou seu próprio jargão, ou melhor, copiou em grande parte. Assim, após termos vivido a fase do “economês” e do “sociologuês”, vivemos agora a fase do “psicologuês”. *Escrever a história social hoje significa o recurso a uma linguagem hermética e abstrata — voltada justamente para os iniciados —, inflada de pretensões literárias, e que serve de biombo para a indigência teórica e metodológica de uma grande parte dos trabalhos da área.*²⁸

A mais grave crítica formulada contra a história social diz respeito ao seu ahistoricismo. Um dos fatores que con-

25 GENOVESE & GENOVESE, p. 215.

26 HOBSBAWM, E. História operária e ideologia. In: —. *Mundos do trabalho; novos estudos sobre história operária*. São Paulo, Paz e Terra, 1987. p. 29.

27 JUDT, p. 74-6 e GENOVESE & GENOVESE, p. 210-1.

28 FONTANA, p. 175.

tribuiu consideravelmente para esse ahistoricismo foi o uso de modelos das ciências sociais, que são estáticos e, portanto, ahistóricos. Não só os modelos, mas os próprios métodos analíticos das ciências sociais dificilmente comportam a noção de processo histórico e de mudança. A tentativa de comparar num plano unidimensional acontecimentos diversos e produzidos em diferentes momentos, isolados do contexto histórico em que se situam, buscando neles os padrões comuns, é um procedimento típico das ciências sociais, inadequado porém para a história, cujo problema é justamente detectar as diferenças.²⁹ O diálogo necessário com as ciências sociais não pode significar a capitulação diante de seus modelos e métodos, regidos pelas lógicas próprias a essas disciplinas. Essa capitulação implica o consequente abandono da própria "lógica histórica", tal como figura na proposta de Edward Thompson.³⁰ Ou seja, a experimentação permanente através do confronto das hipóteses explicativas com as evidências, que caracteriza a lógica histórica, dificilmente poderá ser compatibilizada com o emprego de modelos estáticos da sociologia funcionalista e da antropologia estruturalista.

Fazemos justiça, entretanto, não foi só das ciências sociais que partiram as análises do social, como um domínio quase estático e de mudanças extremamente lentas. Determinadas leituras da teoria braudeliana da "longa duração" (*longue durée*) — o ritmo lento que marca as relações do homem com o meio circundante — e os estudos que delas derivaram sobre o clima e a ecologia, acentuaram aspectos imutáveis da história, relegando ao segundo plano os aspectos dinâmicos.³¹ Entre os aspectos que conferem um caráter dinâmico à história figura, justamente, a política e, por conseguinte, as classes sociais, a luta de classes, as revoluções, etc. Todos elementos da mudança através do tempo, da transformação do social, e, portanto, dotados de caráter histórico.

29 HOBSBAWM. From social history . . . p. 28.

30 THOMPSON, E.P. A miséria da teoria ou um planetário de erros; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. p. 49.

31 GENOVESE & GENOVESE, p. 208-9.

Ora, se como Pierre Vilar entendermos que o objeto da história é a “dinâmica das sociedades humanas”³², teremos de reconhecer — por paradoxal que possa parecer — nas propostas que enfatizam os aspectos imutáveis, ou quase, da história, estarmos diante de uma visão ahistórica.

A conclusão inevitável é a de que a política tem um papel central na história e de que qualquer história social, digna desse nome, não pode prescindir da análise das relações de poder que regem as sociedades. De outro modo, como podemos reconhecer as experiências e as aspirações dos homens e mulheres reais do passado?

A intenção aqui não foi a de fazer um balanço da produção da história social — na hipótese de que existissem condições objetivas para isso, o que não é o caso — mas de apontar as principais críticas a que tem sido submetida. A principal resistência à história social dominante partiu, e parte, de historiadores identificados com o marxismo — como pode ser comprovado pelos principais nomes citados: Hobsbawm, Judt, os Genovese, Fontana — isso não quer dizer que a crítica a essa historiografia seja exclusiva dos historiadores marxistas. Ao contrário dos historiadores citados, que buscam uma redefinição teórica e metodológica da história social, há críticos, como François Furet, que contrapõem à história social uma história política e uma história das idéias, bastante tradicionais.³³

Não houve, tampouco, a intenção de condenar o conjunto da história social nestas linhas. O que precisa ser dito é que há uma boa e uma má história social. Infelizmente, a produção pertencente à última dessas categorias, se não é majoritária, é numericamente importante.

Há sem dúvida muito de simplificador e de exagero retórico nestas páginas. Como já foi dito, o objetivo não foi uma análise aprofundada da história social, mas a demons-

32 VILAR, Pierre. *Iniciación al vocabulario del análisis histórico*. Barcelona, Grijalbo, 1980. p. 43.

33 Ver a entrevista concedida a Aspásia CAMARGO, O historiador e a história: um relato de François Furet. *Estudos Históricos*, 1:152-3, 1988.

tração de que existe um debate intenso em torno dessa área. Portanto, se também há muito de deliberadamente provocador aqui, a meta é estimular este debate, crucial para a disciplina histórica, entre nós.

REFERÉNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- 1 CAMARGO, Aspásia. O historiador e a história: um relato de François Furet. *Estudos Históricos*, 1:8-32, 1988.
- 2 COLÓQUIO DA ESCOLA NORMAL SUPERIOR DE SAINT-CLOUD, 1965. *A história social: problemas, fontes e métodos*. Lisboa, Cosmos, 1973.
- 3 FONTANA, Josep. *História: análisis del pasado y proyecto social*. Barcelona, Grijalbo, 1982.
- 4 GENOVESE, Elizabeth Fox & GENOVESE, Eugene D. The political crisis of social history: a Marxian perspective. *Journal of Social History*, 10(2):205-19, Winter 1976.
- 5 HOBSBAWM, Eric. From social history to the history of society. *Daedalus*, 100(1):20-45, Winter 1971.
- 6 ———. *Mundos do trabalho; novos estudos sobre história operária*. São Paulo, Paz e Terra, 1987.
- 7 JUDT, Tony. A clown in regal purple: social history and the historians. *History Workshop*, 7:66-94, Spring 1979.
- 8 PERKIN, Harold. *The origins of modern English society, 1780-1880*. London, Routledge & K. Paul, 1978.
- 9 ———. Social history in Britain. *Journal of Social History*, 10(2): 129-43, Winter 1976.
- 10 PERROT, Michelle. The strengths and weaknesses of French social history. *Journal of Social History*, 10(2):166-75, Winter 1976.
- 11 STEARNS, Peter N. Coming of age. *Journal of Social History*, 10(2):98-122, Winter 1976.
- 12 THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria, ou um planetário de erros; uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- 13 TREVELYAN, G.M. *English social history; a survey of six centuries, from Chaucer to Queen Victoria*. Harmondsworth, Penguin, 1980.
- 14 VILAR, Pierre. *Iniciación al vocabulário del análisis histórico*. Barcelona, Grijalbo, 1980.
- 15 ZELDIN, Theodore. Social history and total history. *Journal of Social History*, 10(2):142-64, Winter 1976.

MEMÓRIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: NOTAS PARA UM DEBATE*

AFONSO CARLOS MARQUES DOS SANTOS
Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

I

A proposta deste Encontro, de discutir os caminhos do Patrimônio Cultural, nos permite organizar algumas notas para debater a relação entre a História e as concepções que presidem, em especial no Brasil, a chamada área de preservação do patrimônio cultural. Tal discussão, porém, remete-nos de imediato para um outro problema: a relação entre memória, categoria fundamental na área de patrimônio cultural, e a história enquanto discurso científico. Trata-se, portanto, de um debate onde a reflexão não pode permanecer circunscrita apenas ao caráter técnico e pragmático da inserção ou não do historiador nas equipes que atuam na preservação do patrimônio. Não seria muito difícil levantar, num encontro de profissionais de história, a ausência, sempre sentida, de historiadores nas instituições que têm sob a sua responsabilidade a preservação do patrimônio cultural, seja no nível federal ou nos níveis estadual e municipal.

É para outra direção, porém, que desejamos conduzir as nossas reflexões, deixando de lado, pelo menos por ora, qualquer preocupação de tipo corporativista. Contudo, é importante observar que a nossa inserção neste debate remete-nos a um tema sempre recorrente: o papel do historiador na

* Texto apresentado no II Encontro Regional de História — “Os Caminhos da História”, da Associação Nacional dos Professores Universitários de História — ANPUH, Núcleo Regional do Paraná, na Universidade Estadual de Maringá, entre 05 e 07-10-88. Participaram como debatedores nessa mesa-redonda os professores Antonio Simão Neto (UEM) e Ana Cleide Cesário (UEL).

vida social e a sua intervenção em questões que pertencem ao campo político. A recorrência a este tema, por sua vez, se não nos conduz, de maneira ingênua, ao discurso dos compromissos com a verdade em abstrato, deve, entretanto, nos conduzir para algumas subtrações no que se refere a certos vínculos tradicionais do ofício do historiador, ainda muito presentes entre nós, principalmente nas suas dimensões mais conservadoras. Por exemplo, as vinculações da história à tradição, da história à memória nacional e da história à construção da identidade ideológica da nação, entre outros.

Nesta etapa inicial da nossa reflexão, parece ser mais operativo fixar de onde não pretendemos falar, efetuando subtrações. O historiador, ao tratar das questões afeitas à preservação do patrimônio, não deve se deixar seduzir pelo culto mórbido do passado; sua tarefa não é admirar o passado, mas estudá-lo criticamente. Também não cabe ao historiador o culto às tradições, o que não quer dizer que estas não devam se constituir em objeto de suas pesquisas. Muito pelo contrário, o processo de invenção das tradições e a criação de seus símbolos e ritos constituem, como nos indicou recentemente Eric Hobsbawm, um campo rico de investigação para a História.

As visões de história herdadas do século XIX vincularam a historiografia, notadamente a romântica, ao próprio processo de construção das nacionalidades, organizando um campo epistemológico para a história, que tem funcionado, até os nossos dias, como um dos parâmetros fundamentais na construção do objeto histórico. A história, concebida a partir da nação, vem acompanhada de um acentuado nível de sacralização do passado. Assim é que o aposto nacional não pode ser visto apenas como um dado de referência espacial, mas como algo que demarca um campo epistemológico, onde a nação aparece como dado universal suprahistórico. Uma epistemologia da ciência histórica nos séculos XIX e XX encontraria aí, desde o início, uma de suas questões fulcrais. Valho-me de Greimas, ao examinar o discurso histórico, para verificar que, nestas concepções demarcadas pelo nacional,

tudo se passa como se a existência imanente da nação, enquanto objeto histórico, fosse da ordem da evidência, como se os conteúdos que ela manipula fossem reais porque sancionados por sua universalidade.

É a partir do século XIX, por muitos chamado como o século da História, que os monumentos públicos ampliam o seu significado simbólico e se constituem em auto-representação nacional. No plano do imaginário também se efetua a transferência dos atributos da soberania do rei para essa nova entidade coletiva que é a “nação”. No campo jurídico e no campo emocional, a categoria nação sofreu um processo de reinterpretação, tornando-se um valor de conotações ideológicas precisas. Os agentes desse processo precisaram criar uma memória para a “nação”, construir um passado que pudesse ser tomado como passado comum a todos os nacionais, inventar tradições e escrever a história como “biografia nacional”, para usar a expressão de Antonio Gramsci. É nesta perspectiva que podemos pensar numa epistemologia da ciência histórica que faça a exegese do imaginário produzido pela historiografia a partir do recorte nacional. O que as leituras positivistas tomariam como fatos ou dados, a leitura crítica contemporânea deve tomar como construção. Ao recusar o lugar da ideologia, a história procura o seu lugar no exercício da crítica; por isso mesmo, ela precisa marcar as suas diferenças com relação ao conceito de memória, em especial ao de memória nacional.

A memória, além de prolongar o passado no presente, como nos indicava Henri Bergson, e solidificar em qualidades sensíveis o esgotamento contínuo das coisas, conduz o passado para o campo do sagrado. Daí a sua importância no quadro de construção das nacionalidades. A história, pelo contrário, dessacraliza o passado e retira-o do altar da lembrança afetiva para laicizá-lo no terreno da crítica.

Pierre Nora ao introduzir a questão no 1.º volume da obra coletiva que concedeu sobre o Litoral ao ler Lieux de Rénaire, nos chama a atenção para o equívoco de se consi-

derar memória e história como sinônimos. Para Nora “a memória é a vida, sempre trazida por grupos vivos e, por esta razão, ela está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e da amnésia, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e freqüentes revitalizações”. Em outra oportunidade o mesmo autor já observara que a memória, quando tomada na sua dimensão coletiva, apresenta o mesmo gênero de dificuldades que há 30 anos atrás girava em torno da palavra “mentalidade”. A expressão “memória coletiva” é também vaga e ambígua, mas sua utilização estratégica pode ser também fecunda para a renovação historiográfica. Por outro lado, para que a *memória coletiva* possa tornar-se objeto da *história* é necessário que as duas expressões não sejam tomadas como sinônimos. A “memória coletiva” pode representar, como já nos indicou Nora, para a história contemporânea, o papel que a história das mentalidades representou para a história moderna.

Para encaminhar esta questão, deveríamos partir dos lugares, no sentido exato do termo, onde uma sociedade ou agrupamento de qualquer tipo, nação, família, etnia, partido, consigna voluntariamente suas lembranças ou as reencontra como uma parte necessária da sua personalidade: *lugares topográficos*, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; *lugares monumentais*, como os cemitérios, os altares da pátria ou os conjuntos arquitetônicos; *lugares simbólicos*, como as comemorações, as festas, as peregrinações, os centenários ou os emblemas; *lugares funcionais*, como os manuais, as autobiografias ou as associações. É importante perceber que estes memoriais têm sua história.

Fazer essa história nos conduziria logo a reverter o sentido da palavra memória para, como nos indica Nora, se chamar de *memória dos lugares* aos verdadeiros *lugares de memória*: estados, meios sociais e políticos, comunidades com experiências históricas ou gerações levadas a constituir seus arquivos em função dos usos diferentes que eles fazem da memória. Trata-se, também, de uma grande graduação de

aspectos: do costume vivido no inconsciente social ao traço deixado nos arquivos, passando pela tradição vivida no consciente histórico. Pierre Nora ainda nos indica que “a análise das memórias coletivas pode e deve tornar-se a ponta de lança de uma história que se quer contemporânea”. Tal encaminhamento nos permitirá pensar a história contemporânea nos quadros da produção do imaginário; não apenas do imaginário sobre o passado, mas também do imaginário sobre o presente, o imaginário que conduz às atitudes e visões de mundo dos indivíduos e das massas.

Esta perspectiva nos leva também a rever a História da Cultura, no campo da produção e da representação do imaginário, encaminhamento fundamental para que possamos fazer o estudo crítico da cultura tomada como objeto histórico. É por esta via que o historiador e a história podem contribuir para a discussão em torno da idéia de patrimônio cultural. Não para prestar unicamente informações factuais acerca dos tempos passados, mas para pensar criticamente, a partir do presente, as múltiplas dimensões da construção do passado. Não se trata, portanto, da história reduzida à condição de arquivística ou museologia. Trata-se de uma perspectiva mais audaciosa para o ofício do historiador, uma perspectiva que exigiria torná-lo epistemólogo fundamental da área de patrimônio cultural, deixando de ser mero apêndice do trabalho dos arquitetos e demais profissionais da memória histórica ou cultural. Para tanto é necessário, por parte do historiador, empreender uma revisão nos seus objetos e perspectivas de análise, revendo as suas próprias maneiras de ver.

Precisamos realizar o inventário crítico das “nossas” formas de ver a cultura. No Brasil ainda são insuficientes os estudos acerca das opções ideológicas das “elites” letreadas do país; ainda são poucas as análises acerca das escolhas culturais que presidiram a construção, por parte das classes dominantes, de algumas formas de ver e interpretar o Brasil. Formas que criaram algumas certezas e sedimentaram percepções do passado que hoje fazem parte de um “imaginário

brasileiro" bastante distanciado do Brasil real. Com isso não pretendemos cair na tradicional lista de denúncias da nossa dependência cultural, da importação de valores estrangeiros, do afastamento dos "nossos" valores. É muito fácil cair no péndulo de duas visões equivocadas quanto a esta questão: de um lado um nacionalismo populista, hoje bastante difundido, que, ao denunciar o mimetismo e a importação cultural, pressupõe a existência de uma brasiliade específica, de uma essência cultural que estaria no passado do povo; nesta vertente, o popular é critério de autenticidade. Do outro lado, a visão facilmente identificável como mais conservadora e elitista que a primeira, onde se faz o culto de um passado inventado, um passado asséptico, quase bucólico, onde há tradições de índole pacífica, onde tudo era melhor e onde a riqueza da decoração das igrejas coloniais é ampliada e transferida para toda a sociedade "daquele tempo". Nesta segunda vertente há a valorização do Brasil da Casa Grande ou dos sobrados senhoriais, onde se falava francês, realizavam-se saraus e sempre se sabia alguma coisa do exterior.

Em ambos os casos, o passado aparece como detentor de valores, sejam os do "povo" ou os da "elite", que os nacionalismos de vários matizes sempre procuraram recuperar no nível do discurso. Acrescente-se a isto a existência de um mal-estar, que Robert Schwartz já apontou como um fato, na chamada cultura brasileira, onde a nossa reflexão crítica, desde a formação do Estado Nacional, foi apontando para o caráter mimético da vida cultural brasileira. Basta lembrar o modernismo na década de 20 e o nacionalismo desenvolvimentista dos anos 50 para termos diante de nós exemplo de dois momentos em que se discute criticamente o caráter tributário da nossa formação cultural e onde a categoria "identidade" assume um papel significativo. Nestes dois momentos, como no século XIX, a "construção da nacionalidade" surgiu como um projeto que se voltava contra a permanente importação de valores e modelos culturais. Ao concordar com Roberto Schwartz que este mal-estar é um fato, também afirmaríamos que esta contradição permanente é, para nós, não

apenas irremediável, mas um dado fundamental para compreender a criação cultural no Novo Mundo.

II

Com o objetivo de permitir o aquecimento do debate, vejamos alguns momentos em que política e cultura aparecem profundamente vinculadas no passado brasileiro. Estes exemplos e questões poderiam vir a se constituir em objeto de análise para uma história crítica da cultura no Brasil na linha de estudos do imaginário, uma vez que parece ser este um caminho bastante fértil para a inserção do historiador no debate sobre as bases de assentamento dos estudos de patrimônio cultural.

Quando a Corte portuguesa se instala no Rio de Janeiro, havia um projeto político, se estruturando, de organização de um Império multicontinental com sede nos trópicos. Transformada em sede do poder do novo Império, antes mesmo da autonomia política, a Corte do Rio demandava alterações fundamentais na fisionomia da cidade colonial. Não me parece precipitado dizer que a vinda da Missão Artística Francesa, em 1816, representou uma tentativa de organizar um projeto cultural que correspondesse ao projeto de criação desse Império, inicialmente luso-brasileiro, mas que viria a se constituir no projeto cultural do Império do Brasil após 1822. Tratava-se de criar uma Europa possível, pelo menos na capital do Império.

Com essas observações não pretendemos retomar aqui a questão do mimetismo como objeto central, mas chamar a atenção para alguns traços de permanência na tradição cultural das elites brasileiras. Os projetos monumentais de Grandjean de Montigny, em grande parte não se realizaram. A Europa possível do século XIX ficou circunscrita a alguns eventos arquitetônicos isolados, de feição neo-clássica, ou aos monumentos efêmeros que momentaneamente procuravam esconder, através de grandes cenários, a realidade e as contradições da formação social escravista. Deste transplante de valores e parâmetros, porém, alguma coisa permaneceria como parte integrante do processo cultural no Brasil, em es-

pecial a idéia de monumentalidade dos prédios que deveriam abrigar as várias instâncias do poder.

A primeira grande realização desse projeto, temporariamente adormecido, se daria na capital da República, entre 1902 e 1906, com o conjunto de reformas urbanas e arquitetônicas dirigidas por Pereira Passos a partir do modelo de reformas da Paris do Barão de Haussmann. O Presidente Rodrigues Alves, ao dirigir-se ao Congresso Nacional, na Mensagem de 3 de abril de 1903, declarava que, “os defeitos da capital afetam e perturbam todo o desenvolvimento nacional”.

Para o Presidente, era necessário restaurar a capital no “conceito do mundo” para iniciar uma vida nova aberta à dinâmica do capital internacional. As reformas de Pereira Passos dão início a um violento processo de arrasamento do Rio Colonial, que os projetos neoclássicos frustrados de Grandjean de Montigny não conseguiram superar. A partir de então, a Capital será o alvo preferencial dos agentes da modernização. No início dos anos 20, na preparação da área para os festejos do Centenário da Independência, até o Morro do Castelo, sítio original de implantação da cidade, desaparece para dar lugar ao vazio de uma esplanada que, por sua vez, deveria ser ocupada por uma avenida monumental e um novo centro administrativo.

É importante notar ainda que o gosto importado no projeto civilizador do início do século XX nas suas formas ecléticas seria refutado nos anos 20, quando os desdobramentos do movimento modernista (ele também uma importação) começam a se fazer sentir no movimento arquitetônico que passa a buscar uma “identidade brasileira”. Curioso processo, onde se busca um nacional cujas bases seriam originárias dos padrões da arquitetura colonial; a mesma que os ditames do progresso procuraram destruir em centros urbanos como o Rio, visando restaurar a cidade no “conceito do mundo”. Refiro-me ao neocolonial e seus desdobramentos na chamada arquitetura moderna brasileira, onde elementos do “colonial” são inseridos nos novos padrões da modernidade brasileira.

Estas observações têm como objetivo fundamental fornecer alguns elementos para o debate cultural a partir da história e tendo em vista a reutilização do conceito de memória. É neste sentido que gostaríamos de sugerir algumas questões que nos parecem procedentes na reativação do debate. Pensemos, por exemplo, na atual capital da República e em algumas de suas características refletidas no imaginário brasileiro.

Ao lado de evidências, hoje bastante questionadas, da concepção urbanística que preside a organização do espaço urbano da Capital, chama-nos a atenção, de imediato, o princípio de monumentalidade que orientou os projetos no setor destinado aos poderes da República. De onde viria este princípio norteador? Não seria, porventura, de uma herança tardia das lições dos mestres franceses da Missão de 1816? A que lógica, de fato, obedecem? Brasília, abstraídas ou não as intenções de seus autores, constitui-se numa metáfora, cada vez mais ampliada, da crença do Estado como centro propulsor da vida brasileira. Metáfora de dimensões dramáticas quando confrontada a essa enorme contradição que é o Estado Brasil, de costas para a multiplicidade e diversidade de um país fragmentado.

A monumentalidade recuperada na arquitetura de Brasília parece organizar o elogio permanente do poder, ode a um Estado abstrato, que se recusa a encontrar o país real, tantas vezes denunciado pela inteligência brasileira. Lembremo-nos que é no interior desse Estado que se elabora a memória, ou melhor, as concepções de memória que ordenam a ação na área de patrimônio cultural. Caberia aqui, portanto, levantar para a nossa discussão uma última questão. Até que ponto nossas concepções de patrimônio cultural não estão vinculadas ao elogio do poder nas suas várias dimensões, na permanente valorização de um padrão de cultura que, orientado pelo iluminismo, nos mantém distantes de uma apreensão plural e democrática da realidade social que nos envolve.

NOVA HISTÓRIA, NOVO MUSEU?*

ANTONIO SIMÃO NETO

Professor da Universidade Estadual de Maringá

Este museu de tudo é museu
como qualquer outro reunido;
como museu, tanto pode ser
caixão de lixo ou arquivo.

João Cabral de Melo Neto

Grande parte dos museus brasileiros ainda se encontra presa à tradição museológica do século XIX. Não podemos esquecer que a Antropologia e a Arqueologia se desenvolveram de braços dados com a expansão europeia, e que o saque e a pilhagem levados a efeito pelo colonialismo produziram, no mesmo processo, o acervo dos grandes museus europeus e a matéria-prima das novas ciências acadêmicas. De acordo com critérios etnocêntricos e europeizantes, as peças que se destinam às vitrines dos museus são selecionadas, antes de tudo, por serem exóticas, curiosas, diferentes, testemunhos materiais de culturas de outras épocas e lugares. Seu distanciamento do cotidiano das grandes cidades européias e do dia a dia das pessoas que visitam os museus, as valoriza como objetos privilegiados da prática museológica, olhadas como símbolos concretos da superioridade da cultura ocidental e das maravilhas do progresso tecnológico. As obra-primas da arte clássica, expostas lado a lado com os objetos exóticos produzidos por povos perdidos no tempo ou no espaço formam a base desses grandes acervos, os quais procuramos reproduzir em nossos museus — guardadas, é claro, as devidas proporções.

Mesmo os objetos pertencentes ao nosso próprio meio cultural são selecionados por critérios estabelecidos segundo a concepção positivista da História. Possuem *valor museológico*.

* Texto apresentado no II Encontro Regional de História — “Os Caminhos da História”, da Associação Nacional dos Professores Universitários de História — ANPUH. Núcleo Regional do Paraná, na Universidade Estadual de Maringá, entre 05 e 07-10-1988.

gico as peças que são *únicas, raras, originais, autênticas*. Uma caneta esferográfica comum, dessas que usamos todos os dias, não possui este *valor*; se for, porém, a *primeira* caneta esferográfica produzida no país, ou a *única* daquele determinado modelo, passa a ser objeto disputado ferrenhamente por colecionadores particulares e oficiais (museólogos), por seu grande valor “histórico” e principalmente, comercial. Também aquilo que conhecemos por *valor delegado* tem sido tomado como atributo seletivo de uma peça museológica: uma escova de dentes comum, igual a tantas outras, mas que pertenceu a Kennedy ou a Rui Barbosa, adquire, *por delegação* (contato promovendo transmissão de significados), grande valor museológico, devendo a todo custo ser preservada para a posteridade. Não é mais uma escova de dentes, mas sim depósito das virtudes de Rui Barbosa, que estariam de certo modo impregnadas nos objetos que ele usou ou possuiu — como a árvore em que o Imperador fez xixi.

Originalidade, autenticidade, unicidade (ligada ao valor delegado) ainda hoje são alguns dos principais critérios de identificação e de seleção dos objetos dignos de pertencerem aos acervos de nossos museus, sem que pensemos em criticar essa noção de História, que entre outras confusões teóricas, comprehende a *origem* como se fosse um começo que explica — ou pior ainda, que *basta* para explicar (Marc Bloch), que reduz à vida e aos feitos dos grandes homens — imperadores, generais, governantes — toda a complexidade e riqueza do processo histórico e da vida social.

A história dos grandes homens e dos grandes feitos encontrou nos museus um terreno fértil para germinar e se multiplicar. Os americanos dão um bom exemplo disso com seus “Halls of Fame” (Galerias da Fama), os quais têm como única razão de existência a perpetuação dos mitos da história americana e da cultura de massa.

Umberto Eco¹ notou, nos Estados Unidos, os museus de cera e as cidades-fantasma, primos próximos dos museus tra-

¹ ECO, Umberto, *Viagem à irrealidade cotidiana*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

dicionais, no que estes têm de rígido e inerte, e na maneira como encaram — e representam — a história. O que não é de espantar num país onde a história é instrumentalizada a ponto de permitir a existência de um *Historic Denver, Incorporated...* Mas a postura de glorificação dos grandes homens nos museus não é privilégio dos americanos: um catálogo de museus mundiais declara sobre a Argentina que “este país fez penosos esforços para assegurar-se que seus heróis nacionais e cidadãos proeminentes de todos os tipos fossem celebrados de forma adequada em coleções e memoriais”². O mesmo catálogo elogia o Brasil, ao notar a diversidade dos museus brasileiros, que dariam mostras de maturidade ao dedicarem-se tanto aos grandes vultos da história oficial quanto à história econômica, à arte moderna e ao folclore.

Com suas coleções formadas a partir daqueles critérios, os grandes museus e seus irmãos menores produzem exposições permanentes e temporárias, para que o público visitante, ao desfilar passivamente em frente das vitrinas, adquira, pela observação, um pouco de “cultura”. Não há nenhuma intenção de envolvimento do público na *produção* deste acervo e destas exposições: isto é tarefa dos especialistas. Da seleção das peças e organização das coleções, até a elaboração do conhecimento que, em mão única, desce ao público nas exposições e outros eventos, o trabalho museológico é exclusivo dos profissionais dos museus, detentores do saber e versados nas técnicas que essa prática requer. O público participa somente como expectador. Os museus são, no dizer de Jacques Rigaud, conservatórios, isto é, instituições cuja função é a de velar pela integridade de um conteúdo e pela fidelidade de sua transmissão³.

Por isso, talvez, nossos museus se assemelhem tanto a igrejas ou templos religiosos: nestes recintos consagrados às artes e às ciências, onde os simples mortais não passam de figurantes, fala-se baixo, caminha-se devagar, mãos atrás das costas, e observa-se com respeitosa curiosidade as relíquias dos “tempos de outrora”.

2 ICOM. **World Museums general catalogue**, Londres, ICOM, 1983. p. 34.
3 RIGAUD, Jacques, **La culture pour vivre**. Paris, Gallimard, 1975, p. 120.

Talvez para o público a motivação para a visita a um museu não seja exatamente “adquirir cultura”. O australiano Donald Horne, em seu livro *The Great Museum*, analisa o turismo na Europa em suas relações com as concepções de História e de sociedade, e os museus ocupam um espaço importante nessa análise. Diz ele que durante muito tempo, um dos principais motivos para visitar museus no século XIX era a oportunidade de ver mulheres nuas, lá expostas não como tal, mas como valores artísticos ou patrióticos. Mesmo quando as mulheres eram simbolicamente identificadas com “A Pátria”, “A Revolução”, “A Polônia”, etc., era regra expor pelo menos um seio.

Hoje outras atrações são necessárias. O fóssil teórico do positivismo tem encontrado nas novas técnicas de exposição uma maneira interessante de permanecer “vivo”: holografia, vídeo, exposições interativas, técnicas áudio-visuais; parece que o problema maior dos museus é o de continuarem sendo vistos como atração, como espetáculo. Muitas vezes, é a própria tecnologia, e não o assunto abordado, a atração principal. No Museu de História Natural de Londres, numa exposição sobre os grandes répteis pré-históricos, com utilização de painéis eletrônicos e micro-computadores, jovens escolares faziam fila frente às telinhas. Os comentários: — “puxa, que legal esse micro! Que barato essa caneta ótica! Que lindas cores nesse monitor!”. Quase nada sobre os dinossauros... Frente à acirrada disputa pelo controle do tempo de lazer do público pelos meios de comunicação de massa, os museus tentam renovar suas técnicas de exposição sem, contudo, renovarem seus pressupostos básicos. O público *olha*; no máximo, aperta alguns botões.

Os objetos museológicos são as relíquias modernas — no sentido de que servem para instituir ou incentivar o culto aos santos seculares modernos. Horne lembra que na Disneylândia existe um “Abraham Lincoln” eletrônico, que fala e anda, e que desempenha junto aos turistas americanos e estrangeiros o mesmo papel simbólico que o corpo mumificado de Lênin na Praça Vermelha...

Horne comenta ainda sobre os ossos de santos no período medieval, que constituíam então um referencial simbólico para os homens que viviam nessa época, de profunda importância religiosa, cultural e moral, e que hoje ainda são expostos nos museus, mas agora estão lá principalmente para nos lembrar do quão esclarecidos nós nos tornamos⁴.

Para que um objeto possa tornar-se objeto museológico, ou documento, é preciso que ele esteja fora de seu lugar — que ele seja “desistorizado”, retirado de seu contexto original, para o qual ele existia e no qual adquiria sentido. Jean Baudrillard nos mostrou que todo objeto tem duas funções: a de ser utilizado e a de ser possuído⁵. Um objeto abstraido de seu uso, privado de sua função, “toma um estatuto estritamente subjetivo: torna-se objeto de coleção”. Assim, os trabalhos de “resgate” da memória são na realidade trabalhos de “seqüestro”: somente fora de seu lugar os objetos/documentos podem adquirir os novos sentidos que queremos lhes emprestar, seja nos museus ou na universidade. Isso não quer dizer que devêssemos tentar conservar ou preservar seus sentidos originais, mas que um mesmo objeto, atravessando épocas e espaços distintos, pode significar muitas coisas diferentes.

Nos museus, movemo-nos entre símbolos que ajudam a explicar o mundo de modo a justificá-lo. Mas existem linguagens de legitimação diferentes, até mesmo conflitantes (a religião, a nação, a ciência, o progresso, a revolução). Nesse sentido é possível afirmar que existe uma retórica dos monumentos, que pode mudar com as mudanças na ordem social. “Os museus se propõem a ajudar as pessoas a definirem quem elas são e o que elas são, e o que é realmente importante no mundo”⁶. O próprio ato de selecionar os objetos dignos de pertencerem aos acervos dos museus e de figurarem nas exposições é significante: aquilo que é notado é, por

4 HORNE, Donald. *The great museum*. Londres, Pluto Press, 1984, p. 14.

5 BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo, Perspectiva, 1973, p. 94.

6 HORNE, Donald. *The great museum*, p. 37.

definição, *notável*, como disse Roland Barthès⁷. É no nível das práticas simbólicas da sociedade e dos grupos sociais que devemos buscar o entendimento do trabalho museológico.

Sabemos que antes da sociedade industrial a cultura dos camponeses, dos trabalhadores, da massa da população não era algo com que os governantes se preocupassem; estes *exibiam* seu poder e suas legitimações. Fora disso, não viam muito sentido em se preocupar com o que os camponeses pensavam, ou como produziam e transmitiam a sua cultura. “A mais significativa afirmação que os governantes podiam fazer para os governados era exibir-lhes, na ponta de uma lança, a cabeça de um rebelde executado”⁸.

Com a sociedade industrial, que afirma a igualdade legal de todos os homens, surge a preocupação com a cultura pública, a ser comungada por governantes e governados; modos de ver o mundo e de agir que estivessem tão introjetados que seriam tomados como “naturais”, como “senso comum”. Os museus fazem parte dos mecanismos utilizados nesse processo.

Stephen Bann sugere que os museus podem ser vistos como um exemplo das transformações das atitudes em relação ao passado desde a época romântica⁹. Alexandre de Sommerard, fundador do Museu de Cluny, já em 1838 procurava estabelecer a prioridade do objeto histórico sobre o texto histórico, “desde que, é claro, os objetos estejam arranjados numa *coleção metodológica*”. Uma coleção “cientificamente” arranjada não seria simplesmente parasitária sobre os discursos históricos, mas proporcionaria uma série de percepções que enriqueceriam a leitura dos textos originais. Bann chama a atenção para o que considera uma ruptura epistemológica, na transformação do objeto colecionável de *specimen* para *relicquia* (secularizando a sua função) na qual o próprio tipo de objeto mudou. Onde se conservavam fragmentos de monumentos, passa-se a colecionar e expor toda

7 BARTHÈS, Roland. A câmara clara. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984. p. 57.

8 HORNE, Donald. The great museum, p. 3.

9 BANN, Stephen. “Historical Text and Historical Object: the poetics of the Musée de Cluny”. *Theory and History*, 198: 252-3, 1979.

a gama de objetos preciosos ou utilitários que “sobreviveram”.

A organização desses objetos é fundamental, pois significados são derivados também das relações entre eles, tanto quanto de cada objeto considerado isoladamente. “O objeto é símbolo, não de qualquer instância ou valor exterior, mas antes de tudo na série completa de objetos da qual é termo”¹⁰. Daí o empenho de muitos museus em “reconstruírem” quartos, salas, casas inteiras nos mínimos detalhes, procurando dar-lhes uma “atmosfera” da época retratada ou do ambiente onde morou ou trabalhou algum de seus personagens, sejam políticos importantes ou artistas famosos.

Assim, vemos hoje os museus montando exposições e mostras de forma tão rica e profissional que as pessoas que produziram em épocas passadas os objetos ali expostos certamente não reconheceriam suas próprias criações. Ainda mais porque as coleções dos museus adquirem sentido na sociedade industrial na qual existem e que os mantém: o culto ao progresso, à idéia de trabalho dignificante, à produção e ao consumo de mercadorias, faz dos museus as suas capelas. Certos ideais aristocráticos ainda são presentes, mas convivem com os símbolos do triunfo do mundo burguês e do industrialismo. O progresso tecnológico é o *telos*: “o industrialismo, que vê a sociedade como uma fábrica e a humanidade como meio de produção econômica, tomou o lugar do cristianismo como o significado oficial da vida na Europa (...). Não é a intervenção divina, mas o crescimento econômico que dará proteção contra o desastre”¹¹.

Nos museus de alguns países socialistas pode-se notar que o culto ao mundo da indústria não é privilégio dos países capitalistas: os planos de industrialização, principal prova da verdade da fé, são expostos com riqueza de detalhes e técnicas, monumentos tanto à revolução quanto à revelação.

Outro aspecto das exposições museológicas é a presença dessa obscura entidade chamada *povo*, lado a lado com as antigas legitimações (o cristianismo, o poder político, a in-

10 BAUDRILLARD, p. 88.

11 HORNE, Donald. *The great museum*, p. 110.

dústria). Burgueses, nacionalistas, socialistas, buscam na autoridade do “povo” a legitimação de seu poder e de suas ações. Coleções museológicas de objetos populares, da vida cotidiana ou do mundo do trabalho, relíquias de revoltas camponesas e movimentos revolucionários bem sucedidos ou abortados — monumentos ao povo —, estabelecem sua “verdade” intrínseca, sua coragem e abnegação, ou mesmo as marcas de seu glorioso destino¹².

O mesmo se pode perceber com relação à “nação” ou a outros elementos catalizadores do que se quer estabelecer como a “identidade” de um grupo social, de uma classe, de uma sociedade. É a busca de fatores comuns, de elementos repetidos, que orienta a constituição das “identidades”, que no fundo se prestam em primeiro lugar a mascarar as diferenças e a ocultar os conflitos, em nome de algo comum, transcendente, a-histórico.

Nos museus de Taiwan, a nostalgia por uma pátria perdida é apresentada como a legitimação de um “direito”. No catálogo geral de museus mundiais já citado, lê-se sobre eles: “os museus de um povo de 18 milhões de pessoas que se pretende o verdadeiro e legítimo governo de um país com mais de 1 bilhão, certamente tenderão a ter uma atmosfera de irrealdade pairando sobre eles” (p. 170). A identidade aqui é dada por valores tomados de um passado idealizado; em outros casos pode ser buscada em função de algo que ainda virá a ser (como no caso do Museu do Século XXI, no qual são selecionadas hoje as peças que terão valor museológico amanhã, dentro da idéia de evolução linear da técnica e, por conseguinte, da própria humanidade, confundida com os americanos, ou reduzida a seus inventos e técnicas).

No Brasil, o caso mais palpável do papel dos museus na construção de “identidades” é o dos museus regionais, geralmente ligados à idéia dos “ciclos” econômicos, que visam fornecer os elementos principais para o reconhecimento e valorização de identidades locais. Por exemplo, museus “do Tropeiro”, “do Mate”, “da Mineração”, “do Açúcar” (parece

12 HORNE, Donald, *The great museum*, p. 56.

que toda cidade de hoje deve ter um museu como uma peça fundamental na constituição de sua identidade coletiva, e desde que a cultura de uma cidade em nossa sociedade industrial não difere muito daquela da cidade vizinha, torna-se necessário buscar raízes diferenciadoras na região). Do mesmo modo, os grandes museus nacionais procuram por todas as formas estabelecer a grande identidade da nação. Manter um museu nacional tornou-se hoje “tão necessário quanto uma companhia aérea nacional e uma cadeira nas Nações Unidas”¹³. Pitt-Rivers mostra ainda que os museus de folclore perfazem a dupla função de marcar a superioridade dos habitantes da cidade sobre os do campo e de integrar a todos numa única *nação* (p.5).

De qualquer forma, os visitantes dos museus quase não examinam os objetos expostos. Sua função principal é ler as legendas, guias e textos explicativos. O que importa não é o que vêem, mas o que lhes dizem que estão vendo¹⁴. Estabelecem-se agendas rituais, daquilo que deve ser visto obrigatoriamente, e às vezes até mesmo a ordem em que devem ser vistos os elementos destacados. Numa entrevista, o diretor de um museu alemão de arte oriental afirmou que uma visita ao seu museu proporcionaria ao visitante ocidental um conhecimento da vida oriental mais profundo do que uma viagem turística àqueles países¹⁵. A organização das coleções, as explicações disponíveis, o saber de especialistas tornado acessível ao público, a visita planejada, fazem do *olhar* uma experiência mais rica e mais abrangente do que a que alguém poderia conseguir vivendo. O ato de ver seria, em si, educativo. Mostrar é educar, ver é aprender...

Desta maneira, o caráter pedagógico dos museus se reforça: “Visitar museus torna-se parte da educação moderna (como antes as crianças eram levadas às catedrais para ver os baixos-relevos e vitrais). Agora elas aprendem a natureza do homem e do mundo através das exposições”. Muitos mu-

13 PITT-RIVERS, Julian. Reflections on the concept of museum and interdisciplinarity. *Museum*, 32(1/2): 7, 1980.

14 HORNE, Donald. *The great museums*, p. 10.

15 HORNE, Donald. *The public culture*. Londres, Pluto Press, 1986. p. 42.

seus brasileiros propõem-se a uma tarefa educativa, como forma de redenção do que tem sido até aqui a prática de suas instituições. A idéia de Educação que permeia a maioria dos projetos educativos dos museus é a da simples transmissão de informações, quando não se trata meramente de ampliar o número de visitantes através de convites a escolas e colégios. Os objetos falariam por si próprios, "contando" a história: um engano que já foi chamado de "mito do objeto ventriloquo"¹⁶. Parte-se do princípio que exposições permanentes e temporárias, organizadas segundo critérios estabelecidos pelos museólogos e outros técnicos, são *em si* educativas: basta que as crianças as vejam para que aprendam. O Museu do Jura, em Eichstätt, Alemanha Ocidental, é bem explícito a esse respeito:

De modo a preencher seu propósito educativo, um museu deve ser montado de modo a agradar a um público vasto. A melhor maneira de fazer isso é montá-lo de tal modo que uma visita torne-se uma experiência excitante, uma fonte não somente de prazer mas de maravilhas. O assombro freqüentemente dá origem a um desejo de estudar os temas tratados na exposição mais de perto, e de aprender mais¹⁷.

Ultimamente tem sido comum, em encontros de museologia, afirmar-se que a verdadeira tarefa dos museus é complementar a educação formal, numa "política pedagógica de cultura". Como isso seria conseguido? Através de exposições temporárias, da renovação das permanentes, da revitalização do acervo, e, principalmente, da ação dos museólogos. Há muita coisa em comum entre a concepção de Educação centrada na figura autoritária do professor, que tudo sabe e que tudo dirige, e a concepção de museu centrada no museólogo que tudo conhece e tudo organiza. Em ambas, o público não é mais do que isso: ele é convocado para *olhar*, assim como o público que vai ao cinema ou a um jogo de futebol.

¹⁶ CLEMENT, Bernard. Le mythe de l'object ventriloque. In: GUINGE, A-M & WOZNÝ, D. org. *Histoires d'expo*. Paris, Centre George Pompidou, 1983, p. 37.

¹⁷ VIOHL, Günter. The Jura Museum at Eichstaett, Bavaria. *Museum*, 32(1/2):

Ora, o exercício da crítica pressupõe outras formas de envolvimento e comunicação. Numa instituição onde não há espaço para que outros agentes sociais que não os encarregados oficialmente manifestem-se sobre seu passado coletivo, produzindo interpretações e representações diversas, não há diálogo, não há debate, e a pluralidade cultural e social permanece restrita às palavras que enfeitam projetos e planos de ação.

Isso nos leva a repetir a indagação — hoje tão comum, dentro e fora dos órgãos de proteção do patrimônio histórico: os museus ainda têm sentido? O museólogo iugoslavo Tomislav Sola sugere que o impasse vivido pelos museus hoje provém de três vertentes: em primeiro lugar, dos esforços necessários para a manutenção da dignidade e do espaço social do museu tradicional; em segundo lugar, da necessidade de acompanhar os avanços das disciplinas acadêmicas; por último, da obrigação institucional de promover a preservação da herança cultural¹⁸.

Não se pode desprezar os trabalhos de preservação de uma parcela do patrimônio cultural realizados pelos museus; daí vem o seu prestígio junto às instituições acadêmicas. É preciso porém mostrá-los como o que são: parcelares. Os museus não tratam da História, mas de discursos sobre a história. Ocultando o lugar da emissão desses discursos, oferecem representações dos processos históricos, como se fossem naturais, neutros, verdadeiras máquinas do tempo nas quais os visitantes embarcariam para “conhecer o seu passado”. As lacunas são explicadas pelo estágio de desenvolvimento do conhecimento científico, que ainda não descobriu tudo.

Assim, como quem aguarda o retorno de uma expedição, os museus sentem a necessidade de acompanhar o avanço das disciplinas acadêmicas. A distância com que esse acompanhamento é realizado varia muito de museu para museu, de contexto para contexto, de disciplina para disciplina. No caso da História, essa distância é muito grande. Especial-

18 SOLA, Tomislav. The concept and nature of museology. *Museum*, 153:45, 1987.

mente no Brasil, onde — com raras exceções — os museus históricos têm sido um dos principais redutos da história oficial e do positivismo. Os debates em torno de questões teóricas e metodológicas, que chegam a criar modismos nos circuitos universitários, passam ao largo dos museus. Na direção inversa, os cursos de História em nosso país têm evitado sistematicamente o envolvimento com os órgãos oficiais de proteção e preservação do patrimônio cultural. Poucos são os currículos que possibilitam a formação de historiadores capazes de atuar profissionalmente nessas áreas, mesmo sendo estas hoje responsáveis por uma parcela considerável do mercado de trabalho.

Isso ocorre porque a ação preservacionista é muitas vezes encarada pelos historiadores acadêmicos como uma ação meramente técnica. Preservar um objeto é, porém, codificá-lo, adaptá-lo a um discurso, criando significados, às vezes permanentemente impossibilitando a emergência de outros olhares. As técnicas de conservação e restauro, tão valorizadas no âmbito dos museus e arquivos, procuram perpetuar as características de imutabilidade e imunidade ao tempo e às influências do meio, fossilizando e mumificando os objetos, quando não os alteram para “restaurar” alguma característica “original” prezada por especialistas. “Preservar” é manter como está: mas como preservar significados, se as práticas e trocas simbólicas são dinâmicas e irredutíveis por qualquer processo criogênico desenvolvido pelos museólogos? Como preservar elementos da cultura material, cujos significados são dados socialmente e não através de legendas ou textos explicativos?

Suzan Pierce, escrevendo sobre os objetos museológicos, esclarece que nossas coleções de artefatos, dados todos os problemas de escolha e método envolvendo sua acumulação e exposição, “são metáforas para a realidade social inatingível que eles pretendem representar”¹⁹. Ulpiano Bezerra de Menezes também argumenta no mesmo sentido, em palestra sobre o patrimônio ambiental urbano, entendido como “um

19 PIERCE, Suzan. Objects as Signs and Symbols. *Museums Journal*, 87:134, 1987.

sistema de objetos, socialmente apropriados, percebidos como capazes de alimentar representações do ambiente urbano”²⁰. Assim, os objetos não significam *por si*, mas constituem um sistema vinculado a um eixo de significados referentes à sociedade na qual são produzidos.

Jacques Le Goff refere-se ao processo pelo qual documentos são transformados em monumentos, e vice-versa. A palavra “Monumento” é tomada por ele “em seu duplo significado de elevação moral e de construção de um edifício”²¹. Segundo Paul Zumther, citado por Le Goff, o que transforma um documento num monumento é a sua *utilização pelo poder*. Talvez resida aqui um interessante campo de investigação para o historiador preocupado com os trabalhos de preservação do patrimônio histórico e com os museus. Como se instaura, historicamente, este processo, em conjunturas e espaços específicos?

Ao mesmo tempo, onde se encontram os limites da ação dos profissionais trabalhando nos museus, interessados na renovação da prática museológica, e que se recusam a manter o positivismo em estado de animação suspensa no âmbito de suas instituições? O que é possível fazer?

Os museus hoje estão em busca de novos espaços, novos objetos e novos agentes. A dessacralização do museu como templo cultural passa pela migração dos espaços tradicionais, as sedes, para outros espaços ocupados pelos demais agentes sociais. Não há o que temer nessa proposta — que não implica a eliminação das sedes, mas na renovação da concepção de museu — pois de qualquer maneira a maioria da população nunca pôs os pés naqueles recintos consagrados às ciências e às artes. Experiências como a do Museu de Rua, dos museus de acervo disperso, da própria cidade vista como acervo museológico, podem e devem ser estudadas e aprofundadas, assim como a busca de outras forma de utilização dos espaços tradicionais.

20 MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Patrimônio ambiental urbano. Palestra proferida no Solar do Barão, Fundação Cultural de Curitiba, setembro de 1988.

21 LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. ENCICLOPÉDIA Einaudi. Memória/história. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Porto, 1984.

Quanto aos objetos, estes não mais podem ser reduzidos ao raro, ao original ou ao alegórico; o próprio avanço das disciplinas acadêmicas jogou por terra esses critérios. Por outro lado, não podemos cair na armadilha de considerar *tudo* como objetos museológicos, pois podemos pensar então que se tudo serve, os objetos não são mais necessários. O caráter seletivo da ação preservacionista é inevitável; trata-se antes de tudo do problema de *quem* decide o que deve ser preservado e através de quais mecanismos. Explicitar os critérios utilizados para seleção e preservação do patrimônio cultural, ao mesmo tempo em que se deixa claro que esta não é uma questão meramente técnica, mas antes de tudo *política*, é fundamental.

Isso traz para o centro do debate o problema dos agentes envolvidos na prática museológica, e as diversas instâncias de atuação. Infelizmente para aqueles técnicos e profissionais descontentes com as práticas de suas instituições até aqui, esta questão não pode ser resolvida exclusivamente no âmbito dos museus e órgãos preservacionistas — só pode ser resolvida politicamente, no sentido mais abrangente da palavra. Ao pessoal profissional especializado resta discutir esses problemas, investigar formas de renovação das práticas preservacionistas que abram espaços para os agentes sociais que demandam esses espaços, estudar os eixos de representação sociais sobre os quais se assentam simbolicamente os objetos e a ação museológica.

Não se trata de “colocar o museu a serviço da comunidade”, chavão que ocupa hoje lugar de destaque nos programas de ação dos museus que continuam a tradição que até aqui temos criticado. A visão do Estado como lugar neutro, cujas instituições poderiam ou não estar “a serviço da comunidade”, e a idéia de que existe uma só cultura, que deve ser “partilhada” com o público, revelam uma postura populista e paternalista, que na maioria das vezes só serve para impedir a emergência de outras formas de pensar a ação cultural numa sociedade que está longe de ser homogênea e indivisa.

Afirmar que a renovação das práticas museológicas é antes de tudo uma questão política não significa que os profissionais envolvidos com o museu devam aguardar passivamente a resolução de seus problemas pela sociedade como um todo. Como agentes privilegiados dessas práticas, cabe-lhes enfrentar os desafios colocados no âmbito do museu, tanto pelas disciplinas acadêmicas quanto pelas questões mais amplas trazidas pela sociedade no qual está inserido, ou, como disse Jacques Rigaud, “podemos crê-lo condenado a permanecer inerte, com suas obras pregadas às paredes como para um suplício”²².

REFERÉNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BANN, Stephen. Historical Text and Historical Object: the poetics of the Musée de Cluny. *Theory and History*, 198: 251-266, 1979.
- 2 BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- 3 BARTHES, Roland. *A câmera clara*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.
- 4 ECO, Umberto. *Viagem à irrealdade cotidiana*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.
- 5 GUINLE, A-M & WOZNY, D., org. *Histoires d'expo*. Paris, Centre George Pompidou, 1983.
- 6 HORNE, Donald. *The Great Museum*. Londres, Pluto Press, 1984.
- 7 _____. *The Public Culture*. London, Pluto Press, 1984.
- 8 ICOM. *World Museums General Catalogue*, Londres, ICOM, 1983.
- 9 LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *ENCICLOPÉDIA Einaldi*. V. 1, Memória/história. Imprensa Nacional/Casa da Moeda. Porto, 1984.
- 10 PIERCE, Suzan. Objects as Signs and Symbols. *Museums Journal*, 87: 131-135, 1984.
- 11 PITT-RIVERS, Julian. Reflections on the concept of museum and interdisciplinarity. *Museum*, 32, (1/2): 3-15, 1980.
- 12 RIGAUD, Jacques. *La culture pour vivre*. Paris, Gallimard, 1975.
- 13 SOLA, Tomislav. The concept and nature of museology. *Museum*, 153: 45-49, 1987.
- 14 VIOHL, Günter. The Jura Museum at Eichstätt, Bavaria. *Museum*, 32 (1/2):8-16, 1980.

22 RIGAUD, Jacques, p. 125.

CONFERÊNCIAS

HISTÓRIA, HISTORICIDADE, HISTORICISMO*

FRÉDÉRIC MAURO

Professor da Universidade de Paris X e do Instituto de Altos Estudos da América Latina.

Estamos numa época em que a ciência histórica aparece como uma das mais importantes ciências humanas e sociais, talvez a mais importante de todas. O prodigioso avanço que ela fez em cinquenta anos, a contribuição que ela deu a outras disciplinas e o proveito que tirou daí, tudo isto colaborou para sua posição central no conhecimento humano, e, em consequência, para uma mentalidade que poder-se-ia chamar de triunfalista. Já estamos longe da era dos pioneiros.

A história, por estas mesmas razões, estaria em crise? Da era dos pioneiros estamos passando à era dos questionamentos, das interrogações. Crise comparável à do positivismo no século XIX ou àquela que, nos anos 20 e 30 do século XX, deu origem e vigor ao movimento chamado *Annales*. Este movimento conseguiu fazer da história, num sentido amplo, o conjunto das ciências sociais do passado, considerando as do presente como as outras ciências sociais. Não retomemos a discussão sobre esta íntima colaboração que tanto valorizou a história aos olhos de outros especialistas. Esta é que foi verdadeiramente a “nova história”. O que freqüentemente se apresenta hoje com esta expressão já existia há quarenta anos. Referimo-nos, por exemplo, à história das mentalidades, chamada de nova, mas que foi fundada em 1942 por Lucien Febvre num livro célebre: *Le problème de l'incroyance au XVI siècle; la religion de Rabelais*.

Ora, se a nossa ciência histórica está em crise, é porque ela está ameaçada, entre outros, por dois grandes perigos:

* Conferência proferida no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, no dia 24 de agosto de 1987. Tradução de Roseli M. Rocha dos Santos, revisada pelo autor.

a historicidade e o historicismo. Fiquemos por enquanto com a historicidade. A idéia nos surgiu enquanto lembrávamos de uma discussão presenciada nos anos 50 ou 60 e da qual participava o filósofo Paul Ricoeur. Estávamos ainda sob o charme do existencialismo e Ricoeur refletia sobre a historicidade do fato histórico. Ele não insistia tanto na objetividade do fato como garantia dessa historicidade, mas muito mais no seu caráter efêmero. Quanto mais um fato fosse único, excepcional, quanto mais rápido, passageiro, fatual, mais seria histórico: *Amem aquilo que não se verá duas vezes*. O romantismo tem o sentido da história; é aliás uma das formas de introdução da história na filosofia. Mas, no limite, é a história dos milagres, dos fatos extraordinários.

Esta orientação é novamente perceptível hoje a partir do retorno de alguns historiadores ao *événemementiel* porque este conquista um público cuja preocupação é literária, e é mais fácil fazer a literatura com o *événemementiel* do que com a conjuntura ou com as estruturas. O objetivo não é mais responder às necessidades dos especialistas, mas, assim como Racine, a preocupação é de agradar. Um aspecto ainda mais espetacular dessa orientação é o sucesso da “biografia” e o furor com o qual muitos historiadores a ela se dedicam. Não se trata de uma biografia “amostra”, que permitisse, através de um exemplo, compreender a situação, ou o destino de um grupo étnico ou de um grupo profissional. Não é nem mesmo a biografia “pretexto”, à maneira anglo-saxônica, que sob a aparência de uma história pessoal, nos descreve toda uma época. É verdadeiramente a biografia pela biografia, a do grande homem, único no seu gênero, genial e cuja história pessoal interessa mais do que o papel que desempenhou e sobretudo do que os problemas com os quais se defrontou. Naturalmente, quando tal biografia é feita por um bom historiador, ela não pode fugir muito da história geral. Mas este não é o seu objetivo. Percebe-se até mesmo neste tipo de autor uma tendência em considerar que os problemas são os mesmos em todas as épocas e que a sua solução depende do gênio individual. Não estabelece a diferença, ao nível das

estruturas profundas, entre o que é comum a todas as épocas e o que é próprio daquela onde se situa o seu personagem.

Um caso particular da biografia é o romance histórico, que talvez ainda faça mais sucesso do que a biografia histórica num sentido estrito. Toma-se aí mais liberdade com a história, pois como não se sabe o que aconteceu, é preciso inventar. Um dos romances mais bem sucedidos neste gênero é *L'allée du Roi* de Chandernagor. A autora não hesita em distinguir entre aquilo que teve de inventar e aquilo que corresponde à verdade histórica, usando para tal até mesmo um anexo com as fontes. Jeanne Bourrin, nos seus romances sobre a Idade Média, reconstitui fielmente o ambiente da vida medieval, no qual ela faz evoluir os personagens de sua imaginação. Mas alguns traços da mentalidade destes personagens são demasiado modernos. Eles têm, por exemplo, um sentido muito apurado do tempo, que era ignorado na Idade Média.

Toda essa literatura mais ou menos histórica dá ao leitor de hoje uma visão da história mais diacrônica do que sincrônica. Estamos longe da análise das estruturas e dos conjuntos de estruturas que chamamos sistemas: políticos, econômicos e culturais, dos quais os historiadores dos *Annales* se esforçaram para conhecer os “mecanismos”. É o oposto de uma história abstrata, e não se pode dizer a seu respeito o que dizíamos da história tal como a concebíamos: *História, ciência do abstrato*.¹

Por que observamos essa evolução hoje? Seria apenas o princípio da balança, da ação e da reação, que intervém? Muitos não gostaram da transformação das ciências históricas nos últimos cinqüenta anos. Muitos, sobretudo, não a compreenderam. Por exemplo, é falso dizer que os novos historiadores queriam suprimir aquilo que se chamou de *l'événementiel*. A tese de Fernand Braudel sobre *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* dedica sua última parte aos acontecimentos. Ora, esta tese

¹ MAURO, F. *Des produits et des hommes*. Paris, Mouton, 1972. p. 29-41.

é a Bíblia da história segundo os *Annales*. Da mesma forma, estes nunca desprezaram o papel dos homens e nem mesmo o dos indivíduos, das personalidades. Menos ainda com relação à história política, que se procurou ampliar e jamais reduzir simplesmente a uma história *événemmentielle*.

A verdadeira razão desta evolução, deste “desvio”, é a influência dos meios de comunicação de massas sobre nossa disciplina. A matéria histórica, o passado, tornou-se uma reserva inesgotável para o cinema, o rádio, a televisão, o teatro, a literatura. Trata-se neste caso de divertir e distrair um público cada vez maior, cada vez menos culto. O que interessa ao público são os grandes dramas pessoais e tudo o que se refere aos sentimentos e mesmo ao sexo. O *Montaillou*, de Emmanuel Le Roy Ladurie, foi vendido nas bancas de jornais porque os processos da Inquisição revelam sempre mistérios sedutores sobre o comportamento social. O *Louis XIV* de François Bluche — um dos grandes *best-sellers* — chegou, nos meados da primavera de 1988, perto de 155.000 exemplares. É uma grande tentação para homens cujas obras eruditas não haviam, até então, rendido um único centavo, descobrir isto e explorar uma fonte de renda com a qual não contavam.

Percebe-se o perigo: a vulgarização histórica pode tornar-se mais importante para o pesquisador universitário do que o trabalho científico propriamente dito. Estamos diante de uma forma de história “aplicada”, isto é, aplicada a distrair o povo. Azar do trabalho propriamente científico. A história corre o risco então de retornar a ser uma forma, um domínio da literatura. A partir deste ponto de vista vivemos numa certa ambigüidade. Por um lado, a vulgarização histórica pode ser muito brilhante no sentido literário e pode mesmo produzir obras-primas da literatura universal. De outro lado, alguns historiadores podem ter, além de tudo, não somente um estilo claro e agradável, mas até mesmo brilhante, de um grande valor literário. Esta é uma das razões pelas quais Fernand Braudel entrou para a Academia Francesa. E, no

Brasil, que homem de letras escreveu de maneira mais brilhante que Sergio Buarque de Holanda?

Que fazer diante de tais perigos e de tais problemas? Alguns propuseram mudar os nomes. Não mais chamarmos de historiadores. Reação idêntica à dos economistas e dos geógrafos, pois todo mundo se acredita capaz de escrever ou de dar uma opinião nessas disciplinas. Mas seria possível mudar os nomes, os hábitos de linguagem de um dia para outro?

Talvez o melhor a fazer seja manter, contra ventos e marés, o verdadeiro trabalho do historiador, mesmo com seus aspectos técnicos muitas vezes áridos, e sobretudo sua vontade de abstração, de análise teórica em contato com outras ciências sociais. Isto não nos impedirá de dar nossa contribuição à vulgarização, desde que delimitemos bem o nosso papel, de especialista, por exemplo.

* * *

O outro perigo que enfrentamos é o historicismo. É um perigo mais grave que ameaça não apenas os historiadores mas todo o pensamento contemporâneo. Ele é consequência remota do grande movimento que abalou o Ocidente no século XIX com a revolução econômica e política: a transformação da filosofia e o aparecimento dos filósofos do devir, cujo romantismo é apenas uma nova forma literária. Parece que hoje o historicismo atinge o nosso próprio comportamento.

Como podemos defini-lo? Falaremos de um relativismo histórico. Tomemos uma comparação com a filosofia da arte: o ceticismo estético de Tolstoi. Não há, para ele, nenhum valor definitivo ou eterno na arte. O valor de uma obra-prima estaria ligado à sua época, ao seu meio. O que é belo para alguns pode ser feio para outros. É a negação dos valores e da hierarquia dos valores. Renan falava da admiração histórica. Um valor pode ser percebido em função da época em que ele se realizou. Socrates deve ser compreendido em sua época e assim situado ele é admirável. O mesmo seria válido

para os templos gregos ou as pinturas do Renascimento. Hoje, nós somos capazes de considerá-los igualmente notáveis, mas o que causa admiração é a sua realização, sua criação, quatro séculos antes de Cristo ou há quatro séculos.

Levado a extremo, esse raciocínio destrói qualquer valor. Tudo se explica e tudo se justifica. Então por que escolher? Por que hierarquizar? As civilizações se equivalem, as culturas se equivalem.

Estamos hoje tomando consciência desse problema. O filósofo Etienne Borne, num artigo de *France Forum*² chamou nossa atenção citando um certo número de autores que caminham na mesma direção. Bernard Henry Levy, por exemplo, lança a idéia do *Sartron*: um misto de Sartre e de Raymond Aron, possível porque apesar das oposições, estes dois personagens tinham a mesma formação e procuravam uma espécie de diálogo em que ambos tinham razão colocando-se ao nível do social, do relativo. Levy declara: a verdadeira literatura é metafísica. Em reação a esse relativismo, ele retorna à idéia, já francamente abandonada no Quartier Latin, de certos valores absolutos. Alain Finkielkraut criticou um certo romantismo político. Michel Henry critica também um certo relativismo científico e abre o caminho para uma metafísica imanentista. Finalmente, Allan Bloom escreve um livro eloquente sobre a queda do nível de cultura geral entre os estudantes norte-americanos sob a influência de uma falsa vanguarda européia.³

Todas essas obras chegam à mesma conclusão. O desenvolvimento atual das ciências humanas, inclusive a história, representa um perigo porque esquecem do homem em si mesmo e são redutoras dos valores. Não tentemos retomar detalhadamente essas obras, mas refletamos e interroguemos em que medida e de que forma a nossa experiência atual

2 Paris, avr. / juin 1987.

3 LEVY, Bernard Henri. *Eloge des intellectuels*. Paris, Grasset, 1987. FINKIELKRAUT, Alain. *La défaite de la pensée*. Paris, NRF, 1987. HENRY, Michel. *La barbarie*, Paris, Grasset, 1987. BLOOM, Allan. *L'âme désarmée; essai sur le déclin de la culture générale*. Paris, Juillard, s. d.

junta-se à desses autores. Retiremos daí os pontos mais importantes.

Tomemos inicialmente as ciências humanas em geral. Seu "neocientificismo", seu positivismo corta o homem em pedaços: homo politicus, economicus, etc.; o estudo a seu respeito é pragmático, operacional. O conteúdo dessas ciências é sobretudo o conjunto das soluções dadas aos problemas da organização social. Em consequência, para essas disciplinas não existe problema metafísico, problemas do homem, do que ele é, de sua origem, de seu destino. As ciências humanas ignoram por exemplo o problema da transcendência e da imanência. Em consequência, se ficarmos apenas nessas ciências, não há mais valores absolutos, mas apenas valores relativos. O fim justifica os meios. Matar, ser desleal, mentir, tudo isto não tem importância. Por conseguinte, não há hierarquia de valores e nem tampouco conflitos de valores.

Tomemos alguns exemplos. A antropologia coloca no mesmo plano todas as culturas. Elas se equivalem. Desta forma, Bach e o *rock-and-roll* tem o mesmo valor. Isto vale também para Carlos Drummond de Andrade e a literatura de cordel. Todas as técnicas também são equivalentes. A civilização asteca não conhece a roda, mas se equivale à civilização européia que a conhece. Os povos ameríndios utilizam o automóvel, mas desprezam o automóvel. Todas as espiritualidades, todas as religiões são equivalentes: fetichismo, candomblé, budismo, *A Cidade de Deus* de Santo Agostinho, os *Pensées* de Pascal e a mística de Santa Tereza d'Avila, tudo tem igual valor. Santos e heróis são colocados no mesmo nível que Sade e Casanova. Todas as ciências também são iguais, a chinesa e a norte-americana por exemplo, e não são mais vistas segundo seu conteúdo, mas no que elas representam de uma certa cultura e de uma certa sociedade.

Tudo aparece assim como o reflexo da época e da sociedade. Não há mais verdade e erro, belo e feio, bem e mal. Ora, o progresso da civilização humana em geral, e ocidental

em particular, foi fundado sobre a convicção de que existiam valores: o belo, o bem, o verdadeiro e que era procurando atingi-los que o homem se superava e progredia. A estes valores, autores cristãos recentes acrescentaram também o amor, como uma outra forma de superação.

Ora, a história tem sua parte de responsabilidade nesta relativização dos valores. Ela, em particular, insistiu sobre a sucessão das civilizações, que são mortais, mundos fechados onde os valores são próprios a cada um e mudam quando se passa de uma civilização a outra. Fenômeno tanto mais espetacular quando essas civilizações não evoluem na mesma velocidade, apresentando defasagens umas em relação às outras. Além disso, sendo a história a soma das ciências humanas do passado, todas as críticas dirigidas às ciências humanas do presente se estendem a ela.

Quais os remédios?

O primeiro talvez seja o de fazer bem a distinção entre as ciências humanas pragmáticas, direta ou indiretamente operacionais, e a filosofia, meditação sobre o Ser e o Valor que continua a ser indispensável ao homem. É preciso então não fazer crer que a filosofia é incompatível com a ciência. Estas duas atitudes são complementares. São as “duas extremidades da cadeia”. Não se pode rejeitar nem uma nem outra.

É preciso não esquecer também que a filosofia encontra-se subjacente à ciência e que o problema científico esconde sempre um problema filosófico. Fala-se hoje da morte das ideologias. Isto significaria então o triunfo da técnica pura ou da ciência pura na política, por exemplo? Na realidade, as ideologias cuja morte se anuncia são apenas a escória da filosofia: filosofias simplistas, filosofias sociais superficiais utilizadas como instrumento de manipulação das massas, na tradição do século XIX.⁴ A História revela o que muda no homem. Ela permite pois, a longo prazo, valorizar

4 FURET, François. *Penser la révolution*. Paris, Gallimard, s. d.

aquilo que não muda, aquilo que é permanente: sua natureza. E talvez além da natureza, a sobrenatureza e além do físico, a metafísica.

* * *

A reação atual contra o relativismo histórico é acompanhada de um retorno à historicidade. Esta guarda como postulado que o homem é sempre o mesmo. Dessa forma, o homem do passado pode ser compreendido hoje porque ele é sempre o mesmo. Assim, a história avança entre dois preceitos: o historicismo segundo o qual o homem não existe e a historicidade segundo a qual o homem é sempre o mesmo. Aliás, a historicidade enfatizaria a diacronia e o historicismo a sincronia, mas uma sincronia ou sincronias indiferentes ao tempo. Arnold Toynbee percebeu o problema. Para ele, as civilizações são mortais, mas elas deixam uma certa herança. E as civilizações que foram criadas com o cristianismo possuem um fermento que permitirá a sua sobrevivência. Toynbee dá então ao problema do Homem na História uma solução teológica, isto é, uma solução metafísica fundada sobre a revelação cristã.

Uma história bem compreendida não elimina então o problema metafísico, nem a cultura humanista fundada sobre valores universais. Basta que cada coisa esteja em seu lugar.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- 1 BLOMM, Allan. *L'âme désarmée; essai sur le déclin de la culture générale*. Paris, Juillard, s. d.
- 2 BORNE, Etienne. *France Forum*, Paris, avr./juin 1987.
- 3 FINKIELKRAUT, Alain. *La défaite de la pensée*. Paris, NFR, 1987.
- 4 FURET, François. *Penser la révolution*. Paris, Gallimard, s. d.
- 5 HENRY, Michel. *La barbarie*. Paris, Grasset, 1987.
- 6 LEVY, Bernard Henri. *Eloge des intellectuels*. Paris, Grasset, 1987.
- 7 MAURO, F. *Des produits et des hommes*. Paris, Mouton, 1972.

HISTÓRIA E SOCIOLOGIA *

MARCIN KULA

Professor da Universidade de Varsóvia.

Poucos são os historiadores teorizadores ambiciosos que conseguem se conter de escrever ou, pelo menos, de apresentar um ensaio sobre a história e a sociologia, embora a delimitação dessas e outras disciplinas seja talvez menos importante do que a procura de temas comuns e a observação mútua dos métodos e da utilização das experiências.

Antoni Maczak, *Governantes e Governados*.

Convencido da convergência da história e da sociologia, estudei simultaneamente ambas essas disciplinas. Entretanto, na Universidade de Varsóvia da época (1960-1967), constituíam seções bastante contrastantes entre si. Na História era ensinado o bom ofício; eram educados artesãos que sabiam descrever o “fato histórico”. Com toda a imprecisão desse último termo, é claro que o objeto de pesquisa por ele construído estava estreitamente definido nas categorias de tempo e espaço. Durante esses tudos, não se percebiam problemas mais amplos, essenciais para as diferentes épocas ou diferentes áreas.

Na Sociologia acontecia o contrário. Apreciada era a reflexão geral, difícil de ser verificada, pois não encontrava um ponto de referência nas situações sociais concretas. Em moda estava a reflexão metodológica, valiosa na execução dos notáveis cientistas, mas um pouco sem sentido no seio da massa de estudantes, que não possuía ainda experiência própria de pesquisas.

A essas características das direções dos estudos sobreponham-se as questões humanas. Meus professores historiadores não apreciavam os sociólogos. Encaravam-nos um

* Conferência proferida no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, no dia 25 de abril de 1988.

pouco como criadores “de teorias gerais do tudo”. É dispensável acrescentar que eu mesmo, estudando bastante história, procurava não falar muito dos estudos sociológicos; acho que nunca resolvi até o fim as formalidades relacionadas com o empreendimento dos estudos de Sociologia, para o que eram necessários diferentes assentimentos da História; mas, graças à abençoada desordem, isso não me atrapalhou a fazer todo o curso e obter a licenciatura.

Na Sociologia, a atitude face à história e aos historiadores era um pouco diferente, embora de idênticas consequências. Para além de louváveis exceções, diante dos livros históricos dava-se aí de ombros (“questões tão minuciosas!”). Contudo, com freqüência era discutido o tema “História e Sociologia” ou “Sociologia e História”, o que aliás não era uma especificidade justamente desse meio (podemos indicar inúmeros trabalhos com tais títulos). Contudo, nas discussões tudo terminava, se não considerarmos a referência acidental e freqüentemente ahistórica, a fatos históricos casualmente escolhidos, necessários como material para certas reflexões. Sobre a História do Pensamento Social representada na Sociologia, aqui não falo como uma disciplina histórica por força das coisas.

Hoje em dia, após uma série de anos de prática profissional, vejo que tanto um como outro estudo refletiam, não de forma totalmente adequada, o estado real de ambas as disciplinas. Na prática criadora não estavam, apesar de tudo, tão afastadas, assim então como estudante me parecia. Os historiadores desenvolviam na época justamente — utilizando o acervo da Sociologia — investigações sobre a estrutura social ou a marginalidade social. A tendência às reflexões no campo da “teoria geral do tudo” e ao desvio metodológico entre os sociólogos originava-se parcialmente das condições em que os nossos professores tinham de trabalhar. Quando abriram-se maiores possibilidades, muitos metodólogos, seja entre os pesquisadores ou entre os estudantes de então, revelaram-se observadores bastante criativos da realidade nas suas manifestações muito concretas. Durante os estudos, não percebia que a metodologia era para eles

certa forma de abrigo e o interesse pela mesma uma fuga. Claro, isso não contraria o fato de que poderiam se interessar realmente pelos problemas metodológicos e trabalhar de forma criativa nesse campo.

Hoje em dia, muitos sociólogos interessam-se pela problemática histórica. Sobretudo sob a influência dos processos dos anos oitenta, alguns deles tomaram consciência de que o conhecimento da história, em particular da mais recente, é indispensável para a compreensão dos fenômenos da Polônia contemporânea. Por sua vez, os historiadores perceberam que inúmeras questões contemporâneas são a continuação, inclusive a coroação daquelas de que se ocupavam. Inclusive as barreiras institucionais, tão fortes na Polônia, sofrem de certo modo diminuição: desde há vários anos, por iniciativa de Tadeusz Łepkowski e Janusz Gockowski, funciona a comissão comum da Sociedade Histórica Polonesa e da Sociedade Sociológica Polonesa. Um fator de ligação constitui talvez o fato de que, tanto face aos historiadores como aos sociólogos, a sociedade avançou com força intensificada o postulado da explanação do mundo envolvente.

Vejamos de maneira sistemática por que vias a história pode ir e vai em direção da sociologia. Essas não são vias da história mais recente, sendo que o processo de aproximação de ambas as disciplinas não é exclusivamente um processo polonês dos anos oitenta.

Em certo tempo, observou-se que o “Sociólogo é um historiador que não quer trabalhar, o historiador um sociólogo que não quer pensar” (Donald R. MacRae, citado por J. Szacki, Sociólogos face à história, em *Teoria e pesquisas sociológicas e a prática social*, red. A. Kwiecki, PWN, Varsóvia 1972, pág. 355). Independentemente do grau em que essas palavras fossem verdadeiras no momento em que foram proferidas (1956), hoje em dia já não são verdadeiras com certeza, pelo menos no que toca aos historiadores. A fotografia que exige o trabalho, ao invés de pensamento, não está presentemente em moda. Ao encontro da sociologia vai a tendência — presentemente acentuada de modo forte entre os historiadores — à reflexão geral sobre as premissas do surgimen-

to do mundo em sua forma atual. A recomendação de Braudel para se ocupar de fenômenos de longa duração, a reflexão de Wallerstein sobre o mecanismo de surgimento das desigualdades do desenvolvimento econômico, na Polônia o estudo de M. Malowist sobre a divisão da Europa em Leste e Oeste, constituem o *pars magna* da tendência mencionada. Na busca da resposta à pergunta como surgiu o mundo atual, são questionadas cada vez mais as premissas históricas até então consideradas como evidentes. Nós, na Polônia, nos habituamos às reflexões sobre as causas pelas quais o nosso país se recompôs após 1918. As discussões sobre o que define a "polacidade" (conjunto de características polonesas) — são levadas a efeito na diáspora polonesa; no que respeita aos judeus, na diáspora judia. Os turcos e brasileiros colocaram em questão a localização de sua capital, presentemente os argentinos estão planejando a mudança. Enquanto isso, Fernand Braudel colocou justamente essa pergunta em relação à França! Em seu último livro *L'Identité de la France* (1986) fez a pergunta sobre as premissas da unidade do país, onde cada um tem o "son pays", onde a cada passo apresenta-se outra paisagem e a cada passo é produzido outro queijo ou outro vinho. Perguntou o que seria se Paris não fosse a capital, mas digamos Reims, ou para contrastar, um porto marítimo. Em relação à França, que cada criança sabe é "une et indivisible", que não foi um país varrido pela história, tais perguntas são duplamente características para a tendência referida. Quanto mais perguntas desse tipo fizermos, inclusive referentes a questões aparentemente evidentes, tanto melhor compreenderemos como surgiu o mundo presente, portanto porque é assim como é, e, em consequência, como é e quais são as tendências de longa duração de sua evolução. Os sociólogos ou economistas apenas nos agradeceriam.

A segunda via pela qual a história aproxima-se da sociologia é a aplicação da abordagem problemática. A constante ironização por parte dos representantes de outras ciências sociais quanto ao estudo pelos historiadores dos acontecimentos individuais deixa de ser justificada, pois o conhecimento

do fato deixa de ser um fim em si mesmo (embora não se despreze também esse segmento do trabalho do historiador), mas torna-se fonte para o melhor reconhecimento, compreensão e ilustração de determinado problema, quando a pesquisa torna-se um certo gênero de *case study* de um problema mais amplo. A análise de cada fato histórico, inclusive do mais particular, contribui para as generalizações mais amplas. A discussão desencadeada em certo período nas páginas do *Polityka* sobre o sentido de fazer um trabalho de doutorado sobre o jogo de paleta constituiu um exemplo clássico da incompreensão disso. Independentemente de se o trabalho, que por azar atraiu justamente a atenção do jornalista, era bom ou mau, o tema em si mesmo não era absurdo, assim como não constituem absurdo inúmeros outros temas de trabalhos de doutorado, de cuja particularidade se admiraram os leitores dos jornais. Repetimos, cada acontecimento histórico, o mais particular, pode se tornar ponto de partida para a análise de questões mais gerais, ou simetricamente, para a verificação de teorias gerais.

Os historiadores vêm com freqüência cada vez maior os objetos de suas pesquisas na perspectiva do problema. Na Polônia, o melhor dos recentes exemplos dessa evolução é talvez o livro de Antoni Maczak, *Governantes e Governados* (1986), pela análise das instituições do Estado moderno contribuindo para a teoria do Estado e, simultaneamente, verificando as teorias existentes à base de um exemplo concreto. É verdade que às vezes esse tipo de abordagem continua a ser superficial e expressa-se sobretudo pela atribuição ao trabalho de um título geral sob a pressão dos editores que, por motivos comerciais, preferem que o tema concreto, próprio, encontre-se no subtítulo. Às vezes tal operação no âmbito do título é efetuada sob a pressão do esnobismo. Independentemente das causas, inclusive tais procedimentos decorativos constituem, contudo, um fenômeno positivo. Com o tempo — tenhamos esperanças — haverá um número cada vez maior de historiadores que desejarão efetuar pesquisas não só para “preencher lacunas” na imagem do passado.

Uma observação ainda: a história problemática liquida o falso dilema, ante o qual, com freqüência, se defrontam os historiadores: até que ponto entrar nos detalhes ao fazer o relato. Quantas vezes escutamos o conselho de “não sobrecarregarmos com detalhes” os nossos livros ou críticas nesse sentido. Ora, quando o nosso trabalho serve à compreensão de um problema, o detalhe desempenha um papel diferente do que mais uma pedrinha no mosaico em formação. Se permite compreender o problema examinado ou melhor ilustrá-lo para que o leitor compreenda-o mais facilmente, deveria se encontrar no livro.

A terceira via de aproximação da história da sociologia passa pelo fazer generalizações com base no método comparativo. Enquanto as comparações sincrônicas dos fenômenos que se apresentam em diferentes regiões constituem já um método desde há muito considerado, as comparações diacrônicas são feitas mais raramente. Ora, estou convencido de que não existe teoria de qualquer fenômeno sem a consideração das formas mais antigas — ao lado das contemporâneas — de sua apresentação. O exame do fenômeno “x” só em suas manifestações de hoje é, de uma maneira geral, o exame de somente parte desse fenômeno. Para a compreensão de cada “x” — não só no campo da história humana — é indicado considerar as diferentes manifestações e formas de sua apresentação. Para a compreensão dos fenômenos sociais é indicado considerar na reflexão os seus correspondentes ou fenômenos dessa mesma classe, não só em diferentes áreas, mas também em outros períodos.

Compreendo que as comparações diacrônicas apresentam uma série de dificuldades enormes. Todo o estilo de até agora de cultivo da nossa disciplina leva à especialização em problemas de determinado lugar e período. As dificuldades lingüísticas, a barreira de conhecimento da base das fontes, a especificidade das pesquisas sobre as diversas épocas históricas, a necessidade do conhecimento do contexto, em que o fenômeno que interessa ao investigador se insere, tudo isso não facilita as excursões dos historiadores em outros territórios. O dia como se sabe tem somente 24 horas, o que faz com

que — mesmo que seja lamentável — o ir “de largo” seja contrário ao ir “em profundidade”. O elevado padrão da nossa disciplina, do que podemos somente ficar satisfeitos, condena o “deslize” superficial pelos problemas, inclusive se o postulado da utilização da totalidade da base de fontes em relação às épocas mais novas seja uma inevitabilidade, tão só uma ornamentação dos manuais metodológicos.

O meio dos historiadores tradicionalmente aprecia as fontes mais interessantes do que os pensamentos sábios, o que tem o seu lado bom, que às vezes protege contra a inundação da burla científica (a controvérsia do que é sábio?), mas também não facilita a aplicação da abordagem aqui postulada. O historiador verdadeiramente apaixonado facilmente é atraído pelo estudo do concreto, do caso; através de toda a sua formação é orientado no sentido da pesquisa monográfica. É-lhe penoso renunciar ao fenômeno em cuja pesquisa começou tão só a penetrar, inclusive para um idêntico num outro lugar e período, não se falando do fato de ter pena do livro, que potencialmente começa a se delinejar, inclusive após um período curto de estudos, do livro em que poderia utilizar todo o conhecimento adquirido — em outro caso indo ao desperdício — sobre as circunstâncias que acompanham o fenômeno e toda a época.

As dificuldades “técnicas” acrescentam-se as de fundo. Como verter o postulado do conhecimento dos fenômenos “da mesma classe” (de outras manifestações desse mesmo fenômeno) para a diretiva de pesquisa? Onde fixar a fronteira “da mesma classe”? Pesquisando as leis dos movimentos revolucionários, em geral passamos ao lado dos movimentos das seitas religiosas da Idade Média. Embora atuassem igualmente no sentido da transformação da ordem social, sentimos que foram qualitativamente diferentes das revoluções modernas. Por esse mesmo motivo passamos ao lado, em geral, da chamada grande colonização grega, quando nos interessamos pelas leis dos movimentos migratórios. Não considerarmos a escravidão da Antigüidade nem a da época moderna nas análises contemporâneas, talvez, às vezes, a dos casos mais horríveis, de utilização da força para-escravagista de

trabalho. Todas essas limitações do campo de pesquisas são contudo discutíveis; com freqüência são ditadas unicamente pela convenção.

A dificuldade de fundo resulta da complexidade dos fenômenos que interessam ao investigador no contexto situacional. Esses mesmos fenômenos em diferentes períodos, em outra área, entre outros processos, deixam de ser "esses mesmos". Mas, o fato de os fenômenos sociais nunca se apresentarem isolados constitui uma enorme dificuldade. Se não se quer por esse motivo cair na ahistoricidade, vale ter em mente a advertência de Stefan Kieniewicz: "A comparação da história de diferentes nações tem razão de ser, quando entram em consideração sociedades semelhantes em épocas análogas. Seria sem sentido comparar os nossos destinos com os destinos dos povos perdidos da Antigüidade, ou com os destinos atuais dos povos do Terceiro Mundo. Contudo, vale refletir — por exemplo — sobre o paralelismo da história moderna da Polônia, Ucrânia e Irlanda". (*Polityka*, 11-10-1986). Vale lembrar essa opinião inclusive se a própria pessoa não tiver — como não tem o autor dessas palavras — nada contra as comparações justamente da Polônia com inúmeros países do Terceiro Mundo.

A dificuldade de fundo na condução de pesquisas comparativas resulta do fato que a ocorrência de fenômenos exerce um influência modificadora sobre análogos fenômenos posteriores. Na pesquisa da revolução industrial, deve-se considerar tanto o caso inglês como o japonês. Entretanto, é claro que o surgimento da civilização industrial na Inglaterra modificou profundamente o processo da industrialização do Japão. Cada revolução é diferente da anterior, entre outras coisas, porque herda as experiências dessa última (com freqüência também das anteriores). A configuração do modelo europeu de nação determinou de alguma maneira outros processos criadores das nações. As leis dos movimentos migratórios sofrem modificações sob a influência das ações do legislador, que toma em consideração os efeitos de até então dos deslocamentos populacionais.

Ainda um risco do empreendimento de tentativas comparativas-generalizantes resulta de que é extraordinariamente fácil nas mesmas chegar à banalidade. Quanto mais elevado o nível de generalização, tanto maior o risco da banalidade. No máximo chegaremos à conclusão, aliás verdadeira, de que todas as pessoas são em algum grau semelhantes entre si, pois o mecanismo biológico de nascimento, de preservação da vida, de sua transmissão à geração seguinte e da morte é em todas as pessoas o mesmo.

Tendo feito todas as advertências acima, é todavia difícil não fazer a observação de que, por exemplo, o fascismo, em todo o seu complexo, não é passível de se pesquisar somente à base de um episódio histórico e isso somente na Alemanha. Para dar outro exemplo, o papel particular da intelectualidade em algumas situações históricas não pode ser definido somente no exemplo da Polônia dos séculos XIX e XX. A constatação por René Girard da semelhança das acusações feitas na história contra os judeus e das acusações feitas contra os cristãos em Roma antiga fala enormemente da natureza do fenômeno do bode expiatório. Os fenômenos revolucionários têm elementos comuns independentemente do tempo e do lugar de ocorrência. ("Para se chegar à teoria geral das revoluções, deve-se compará-las entre si" — escreveu Stefan Czarnowski; *Obras*, v. 2, PWN, Varsóvia, 1956, p. 234).

Apesar de todos os temores que justificadamente podemos ter em relação ao método comparativo, parece o mesmo ser uma das vias mais importantes da aproximação da história do modelo das ciências criadoras de teorias, que analisam o problema (fenômeno) no lugar de acontecimentos concretos, procurando buscar as leis no caos aparente que constitui a história humana, elaborando até o fim também conhecimentos mais gerais ao invés de reunir (em verdade, com métodos cada vez mais requintados) conhecimento sobre os fatos individuais. Stefan Garnowski escreveu no final dos anos vinte: "À base de suas pesquisas, o historiador pode construir somente a síntese no tempo: pode definir que rumo fixo tem, por exemplo, o desenvolvimento da nação

polonesa ou francesa, ou inclusive da Europa. Entretanto, as suas conclusões referentes a essa última não terão aplicação para a América e a China, a não ser que faça uso do método comparativo. Contudo, a partir desse momento deixa de ser historiador, tornando-se sociólogo" (*Obras*, v. 5, PWN, Varsóvia, 1956, p. 88). Desde o momento em que essas palavras foram escritas, o método das comparações diacrônicas tornou-se um método considerado das pesquisas sobre os processos de industrialização, de formação e comportamento das classes sociais, da patologia em suas diversas manifestações, da história das medidas, isso para nos limitarmos a alguns exemplos diversificados.

Na historiografia polonesa do período mais recente, vale chamar a atenção para algumas iniciativas coletivas que vão no sentido examinado. A série da editora Czytelnik, *Grandes problemas da história do ser humano*, agrupa volumes cujos autores por princípio não se limitam à pesquisa de um período e um lugar, mas examinam o fenômeno em suas manifestações que ocorrem em diferentes áreas e em diferentes períodos. Até o momento apareceram os trabalhos de Jan Baszkiewicz sobre as revoluções burguesas, de Antoni Maczak sobre as viagens como fenômeno histórico, de Jerzy Kloczowski ("Desde o deserto até a comunidade") e de Iza Biezunská-Małowist e Marian Małowist ("Escravidão"). Essa série é um empreendimento muito interessante, de futuro, e, podemos somente lamentar que, em verdade, não os grandes problemas da humanidade, mas os da Polônia, fizeram com que os seguintes volumes apareçam lentamente. Outra iniciativa que vale assinalar é constituída pelas conferências da comissão comum acima mencionada da Sociedade Histórica Polonesa e da Sociedade Sociológica Polonesa, que cria ocasião para a apresentação de exposições agrupadas em torno de um tema escolhido, mas referentes a diferentes áreas e períodos. Até o momento (setembro de 1987) tiveram lugar três reuniões da comissão; a primeira, de certo modo introdutória, intitulada "História e Sociologia. Afinidades e distinções" (1984); a segunda, dedicada aos laços nacionais (1985), e a terceira intitulada "Como nascem as revoluções"

(1986). A quarta, anunciada para breve, deverá ser dedicada às visões da pátria que funcionam nos diferentes países e em diversos meios. *Last but not least*, vale chamar a atenção, para o fato de que durante o último (de Poznan) Congresso de Historiadores, inúmeros temas representaram as abordagens gerais e de perfil numa escala cronológica.

A quarta via de aproximação da história da sociologia passa através da inserção dos historiadores nas pesquisas da contemporaneidade. A realidade social não se divide no "que foi antigamente" e no "que é agora". O que observamos hoje, amanhã torna-se história. O "hoje" é a prolongação e resultado do "ontem". A contemporaneidade por mais que se destaque do passado não é livre do mesmo. Inclusive as revoluções mais radicais, aquelas cujas "mãos varrem os vestígios do passado", não se constróem em raízes cruas. Aliás, também não se poderia compreendê-las se não perguntássemos como era o passado contra o qual se apresentavam ou se apresentam. Por sua vez, o historiador necessita em muitos casos de conhecimento sobre a contemporaneidade, para, através do conhecimento do "ponto de chegada" dos processos estudados, compreendê-los melhor. Através de seu conhecimento da história, pode ser útil para a pesquisa da contemporaneidade, revelando-a na perspectiva indispensável, localizando-a no contexto dos processos comparativos mais antigos, pela possibilidade da interpretação em categorias de conhecimento mais geral sobre as atividades humanas. Apesar das aparências, existem historiadores que não estão mal preparados para a pesquisa da contemporaneidade. São treinados na interpretação seja de fenômenos sociais mais amplos ou de acontecimentos políticos. A capacidade da condução de pesquisas críticas de fontes também predestina-os para a análise da contemporaneidade.

O engajamento dos historiadores na direção em exame tem boas tradições na Polônia. O nosso patrono Lelewel (1786-1861) considerava a pesquisa da contemporaneidade como dever refletido da história, sendo que o meio dos estudantes inspirado por ele empreendeu as ações adequadas nesse sentido. Em tempos posteriores, pelo menos uma vez,

aconteceu que parte significativa do meio histórico empreendeu — com efeitos de chamar a atenção — a análise dos acontecimentos correntes. A Comissão de Informação e Propaganda do Comando-Geral do Exército Nacional (Movimento subterrâneo de resistência), estabelecimento encarregado, entre outras coisas, da reunião e elaboração de informações sobre a situação do país ocupado, era conduzida em grande medida por historiadores. Vale a pena nesse contexto lembrar também duas iniciativas individuais do período da ocupação: em Włochy, nos arredores de Varsóvia, Ludwik Landau (economista e historiador, aliás também ligado à mencionada comissão) escreveu a sua “Crônica dos anos da guerra e da ocupação”, enquanto do outro lado do muro que dividia Varsóvia, Emanuel Reingelblum reunia a documentação e analisava a realidade diária do gueto. Ser-me-ia difícil não citar as pesquisas do meu próprio pai Witold Kula, sobre as mudanças populacionais em Varsóvia no início da ocupação e sua participação nas pesquisas empreendidas pelo grupo de Krzywicki sobre o nível de vida da população da cidade ocupada, não se falando do trabalho posterior, juntamente com os colegas, na Comissão de Informação e Propaganda ou na redação do “Boletim Informativo”.

A tradição em exame manteve-se também posteriormente, manifestando-se sobretudo na análise dos fenômenos sociais da passagem dos anos setenta e oitenta. Não entrando em detalhes, assinalaremos somente que entre as análises dos anos poloneses de 1980-81, aquelas de autoria de historiadores poloneses ou estrangeiros (sobretudo Timothy Garton Ash, Jerzy Holzer, Tadeusz Lepkowski, Martin Malia) confirmaram que o historiador sabe analisar a contemporaneidade, sendo que a sua perspectiva torna a análise interessante. Desejar-se-ia ter a esperança de que a participação dos historiadores na pesquisa da contemporaneidade ampliar-se-á e terá lugar não somente nas circunstâncias dramáticas. De qualquer maneira, a atitude dos historiadores de se limitarem às pesquisas do passado e dizerem à sociedade que essas pesquisas servem também à compreensão da contemporaneidade, constitui uma espécie de comodismo: a passa-

gem para os leitores do trabalho intelectual que justamente o historiador, provido de seu conhecimento sobre a experiência da humanidade e do método de análise crítico e de fonte, poderia assumir.

A quinta via de aproximação da história (em direção à sociologia) passa pela associação dos métodos de pesquisa. Técnicas como entrevista ou questionário são já adotadas de forma generalizada pelos historiadores dos tempos mais recentes. Por causa de Znaniecki também a pesquisa, generalizada entre os sociólogos dos chamados "documentos pessoais" (livros de memórias, cartas), é entre os historiadores uma coisa evidente, sendo que certos documentos desse tipo revelaram ou apresentaram impressos. Eu mesmo tive uma vez a satisfação de participar na publicação e na análise de cartas de emigrantes do Brasil e dos Estados Unidos do final do século XIX, e fiquei impressionado pela riqueza desse material. Rico não só graças às informações transmitidas *expressis verbis* (embora essas também não possamos desprezar), mas igualmente em virtude das informações implícitas, inconscientemente, através de um princípio tácito, acentuação de certas questões e, algumas vezes, inclusive do silenciamento. Os historiadores nunca avançaram com a crítica do "znanieckismo", o que aconteceu entre os sociólogos, nos anos cinqüenta, e isto de um lado inesperado.

No final, vale chamar a atenção que não só a história aproxima-se da sociologia, mas também tem lugar o processo contrário. Sobretudo nos Estados Unidos configurou-se a direção que poderíamos denominar de sociologia histórica, que opera sobretudo o método da análise comparativa. Excelente exemplo pode constituir aqui o livro amplamente conhecido de Thedy Skocpol, que contém reflexões sobre a teoria da renovação, efetuadas com base nos exemplos das revoluções francesa, russa e chinesa (*States and Social Revolutions*, Cambridge UP, 1979). Também em algumas disciplinas particulares conduzidas no mundo das pesquisas sociológicas teve lugar a sua enorme historização. Exemplo podem constituir as pesquisas sociológicas sobre a imigração e os imigrantes. No contexto dessas últimas, devemos lembrar o livro de Ewa

Morawska — nossa colega até recentemente de Varsóvia (de certo modo de Poznan), presentemente da Filadélfia — sobre os imigrantes eslavos nos Estados Unidos (*For Bread with Butter*, Cambridge UP, 1986).

Na Polônia, a “sociologia histórica” (inclusive sem essa denominação) tem uma enorme tradição, a começar de Krzywicki (1859-1941) e Czarnowski (1879-1937). Contudo, com o tempo, essa tradição enfraqueceu, enquanto o testamento espiritual dos “pais-fundadores”, segundo minha convicção, não foi executado. Isso estava ligado tanto à evolução da sociologia mundial como — em grau maior certamente — aos destinos complicados da sociologia polonesa. Quaisquer que tenham sido as causas, permanece, no entanto, o fato de que entre os sociólogos surgiram poucos livros como o de Nina Assorodobraj, *Primórdios da Classe Operária* (entregue para impressão em 1938, publicado em 1946 pela editora Czytelnik, e em segunda edição pela PWN em 1966), livro histórico escrito pela socióloga, uma espécie de realização do testamento de Czarnowski, à cuja memória foi dedicado pela autora.

Se omitirmos o meio dos historiadores do pensamento social, que por natureza se lembram do passado, acontece que poucos sociólogos o pesquisam. A orientação histórica manteve-se em verdade na reflexão sociológica sobre a intelectualidade, tradicionalmente forte na Polônia. Apelou para a história Stanislaw Ossowski, quando escreveu o seu livro *Estrutura de classe na consciência social* (Ossolineum, Lódz, 1957; reeditado nas *Obras*, v. 5, PWN, Varsóvia 1968). No entanto, constituem antes reflexões dos sociólogos sobre a história do que pesquisas históricas conduzidas por sociólogos. Não foi por acaso também que os historiadores apresentaram com o tempo grandes reservas em relação às afirmações — em verdade hipóteses — de Józef Chalasinski sobre a intelectualidade. Eu mesmo como historiador tenho reticências quanto ao livro citado de Ossowski (arbitrariedade de escolha dos exemplos na série dos fenômenos analisados, arbitrariedade da definição do objeto da análise), embora, evidentemente, saiba estimar o esforço de vontade do

autor que escrevia num período de marginalização forçada da vida científica e seu significado “de degelo” no momento em que apareceu o trabalho.

A questão é mais ampla. Também para parte significativa da “sociologia histórica” americana é típica a reflexão sobre a história no lugar da reflexão articulada com a pesquisa direta *stricto sensu* histórica (pela fixação através de fonte do curso dos fenômenos). Skocpol afirmou diretamente no livro citado que o “comparatista” não tem tempo nem, com freqüência, capacidade para conduzir pesquisas básicas; o seu trabalho começa quando os especialistas tiverem já reunida a reserva básica das determinações. Embora essa afirmação pareça ser lógica, a atitude nela expressa cria o perigo de deixar o pesquisador distante da realidade que é objeto de sua reflexão. A investigação de fonte direta, pelo autor, de pelo menos somente um seu fragmento torna mais real a imagem. Por experiência própria, sei o quanto me aproximava da realidade o exame das fontes históricas, inclusive se não entravam diretamente — com referências e citações — na análise que eu conduzia. Porque realmente como obstáculo para a pesquisa de fonte às vezes se ergue a falta de qualificações correspondentes do sociólogo, o futuro da sociologia histórica condiciona à consideração de suas necessidades nos programas de estudos. Não dão maus resultados também as uniões pessoais: *Primórdios da classe operária*, de Nina Assorodobraj (socióloga) foram escritos com o pleno domínio pela autora do ofício de historiador. Ewa Morawska, já mencionada, e o não mencionado até agora Jerzy Jedlicki (*Jóia e barreiras sociais*, PWN, Varsóvia, 1968) são historiadores e sociólogos, o que ficou fortemente expresso em seus livros. Pode ter um bom resultado a união de ambas as profissões nos quadros de uma instituição. Exemplo disto é o Instituto de Pesquisas sobre as Emigrações Polonesas da Universidade Jagiellon em Cracóvia, onde para as pesquisas históricas ativas se voltam às vezes também os sociólogos. Isso é resultado tanto das tendências acima lembradas — talvez resultantes da própria natureza do objeto pesquisado — da sociologia polonesa e mundial da mi-

gração, como da interdisciplinaridade fortemente acentuada na própria concepção do Instituto. Entretanto, isso é também, infelizmente, efeito da pobreza das possibilidades da condução de pesquisas de campo entre os centros da emigração polonesa no estrangeiro, pelo que os autores das pesquisas sobre a emigração polonesa conduzidas na Polônia efetuam, com freqüência, uma viragem “resignativa” no sentido da história.

O que a sociologia pode dar aos historiadores? Estímulo para a criação de generalizações e hipóteses para verificação. Noções possivelmente precisas do campo das ciências sociais, ou, antes, talvez a consciência de sua imprecisão. Através da recordação dos fenômenos de que se ocupa e das categorias que opera, pode chamar a atenção dos historiadores para os fenômenos e categorias por eles pouco ou imprecisamente percebidos (um bom exemplo da ação potencial positiva nesse domínio, no último período, foi a organização, em 1985, pela Seção de Varsóvia da Sociedade Sociológica Polonesa, da sessão intitulada “Em torno da problemática das gerações”). Entretanto, pode nos dar também um enfoque desde o exterior de nós mesmos, nos quadros de uma específica sociologia da história (não confundir com a sociologia histórica!). Pode nos conscientizar e conscientizar os condicionamentos sociais das pesquisas, do conhecimento e da consciência histórica; pode nos tirar da tendência de vermos a história como conhecimento objetivizado à semelhança das ciências naturais. Isso constitui uma espécie de pagamento, pela lembrança, à sociedade como um todo e aos sociólogos em particular, da parte dos historiadores, que cada estado da sociedade é passageiro, que as leis estabelecidas pelos sociólogos têm limitações de tempo. Nesse matrimônio, ambas as partes só podem ganhar, sobretudo quando ambas têm idêntico fim: servir à sociedade em sua aspiração a dominar o próprio destino, ajudar-lhe a se livrar da convicção de que cada sistema de problemas é secular, eterno e normal. Os historiadores, pelo menos alguns deles, são dessa opinião, conscientes, do que exemplo e prova constitui um pequeno livro

de historiadores mexicanos traduzido na Polônia, intitulado *De que nos serve a história?* (PIW, Varsóvia, 1985).

Penso que no futuro o processo de aproximação da história e da sociologia aprofundar-se-á — e desejo que assim seja. Desejo o fortalecimento da “sociologia histórica” (da história sociologizante). Desejo que os historiadores, ao colocarem as perguntas, partissem dos problemas e fossem no sentido das generalizações, enquanto os sociólogos verificassem suas teorias à base do material histórico mais antigo e contemporâneo; que uns e outros conheçam as formas mútuas de pensamento e técnicas de pesquisa num grau que possibilitasse, se não a sua aplicação perfeita, pelo menos a capacidade de utilização das mesmas. Somente uma ciência criada assim em comum terá o direito real à denominação “conhecimento da sociedade” (sociologia).

Sei, simultaneamente, que na prática uma aproximação da história à sociologia é difícil. Numa das recordações publicadas, após a morte de Fernand Braudel, foi lembrado o quanto esse historiador era consciente das dificuldades de encontrar uma via entre “Cila da generalização ahistórica e Caríbdis da reprodução do curso miúdo dos acontecimentos”. “Alguns pesquisadores — prosseguia o autor da recordação — estão sentados orgulhosamente numa rocha, anunciando vitoriosamente o acesso à fonte da verdade. Outros, atormentados pelas vozes das sereias, despedaçam-se sem retorno. Chegam a outra margem poucos” (*Review*, vol. IX, n.º 3, 1986, p. 323).

Recordando os temores do cientista que teve tão grandes méritos para a integração das ciências sociais, terminemos essa argumentação com uma nota de otimismo. Entre a história e a sociologia surgem campos cultivados em comum. A “Maison des Sciences de L’Homme” construída por Braudel em Paris no Boulevard Raspail —, símbolo de seu anseio em relação à aproximação das disciplinas, que devem servir a esse fim pelo menos pelo fato de facilitar a possibilidade do encontro num lugar dos pesquisadores de diferentes proveniências profissionais —, mantém-se firmemente de pé.

O BONAPARTISMO

OCTAVIO IANNI
Professor da Pontifícia Universidade Católica —
São Paulo.

A obra de Marx, tomada como um todo, contém uma extensa e complexa reflexão sobre o estado burguês. São poucas as referências às formas precedentes de estado. O feudalismo e o escravismo do mundo antigo, por exemplo, aparecem de maneira episódica e fragmentária. O próprio estado socialista recebe alusões ocasionais, além das indicações apresentadas em *A Guerra Civil na França* e na *Crítica do Programa de Gotha*. Nos escritos de Marx, não há um estudo sistemático sobre o estado em outras configurações históricas. Predomina a análise das condições de formação, desenvolvimento, transformação ou crise do estado capitalista.

Acontece que os escritos de Marx sintetizam uma vasta pesquisa sobre as leis de tendência do regime capitalista de produção. O seu interesse é conhecer a anatomia da sociedade civil, ou seja, burguesa. Estuda a sua economia política, relações de classes, forças produtivas, relações de produção, direito, religião, literatura, filosofia, estilos de pensamento, movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, lutas sociais, revoluções, contra-revoluções. Nesse percurso, sobressai também o estado. O que está em causa é o modo pelo qual os movimentos da sociedade, em suas classes e setores de classes, grupos sociais e diversidades regionais, em seus arranjos e confrontos, sintetizam-se na fisionomia e movimentos do estado. Assim, tornados em conjunto e em suas contribuições históricas e teóricas, nos escritos de Marx encontra-se uma extensa e complexa reflexão sobre o estado capitalista, ou burguês.

Ao escrever sobre a França, Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, Itália, Espanha, Rússia, Polônia, Irlanda, Índia e outros países e colônias, Marx realiza também análises sobre várias formas do estado. Examina as revoluções burguesas, crises econômicas, conjunturas políticas, lutas sociais, revoltas populares, levantes camponeses, revoluções operárias e outros acontecimentos. A partir daí, explica as articulações e os desencontros entre as classes sociais e o poder estatal. Aos poucos, delineiam-se as características do absolutismo, liberalismo, bonapartismo, bismarckismo, tzarismo, cesarismo, pretorianismo, democracia, socialismo e outras formas de organização do poder. Cada expressão do estado é vista no âmbito das relações e processos sociais específicos do país em causa, da conjuntura em questão.

Esse enfoque fica particularmente nítido nos escritos sobre a história francesa, destacando-se **As Lutas de Classes na França**, obra de 1850, **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**, de 1852 e **A Guerra Civil na França**, de 1871. São escritos fundamentais, quanto à explicação dialética de configurações históricas, no que se refere à construção de categorias dialéticas. Elaboram-se categorias tais como sociedade civil, classe social, estado, revolução, contra-revolução, bonapartismo, socialismo e outras. Além de toda uma história da sociedade francesa, na qual desenvolve-se o capitalismo, esses escritos registram as primeiras manifestações da classe operária como categoria histórica, como classe revolucionária. Em **As Lutas de Classes na França** e **A Guerra Civil na França** há toda uma épica da revolução operária. Há um *pathos* atravessando o escrito e a escritura, mostrando o autor e o leitor arrastados pelo impacto, desafio e revelação contidos na forma pela qual a classe operária entra na história.

Em **O 18 Brumário de Luis Bonaparte** a farsa predomina sobre a tragédia, a contra-revolução sobre a revolução. O sobrinho imita a estátua do tio. Nesse sentido é que o golpe de estado de Luis Bonaparte, em 1851, é uma paródia do 18 brumário de Napoleão Bonaparte, de 1799. Acontece que o bonapartismo de Napoleão I é um momento da revolução burgue-

sa, ao passo que o bonapartismo de Napoleão III é um momento da contra-revolução burguesa.

O bonapartismo de que trata **O 18 Brumário de Luis Bonaparte** pode situar-se nessa perspectiva. Compreende uma forma singular de estado burguês, criado segundo as condições vigentes entre a Revolução de Fevereiro, de 1848, e a Comuna de Paris, de 1871.

Nos primeiros momentos, cai a Monarquia, proclama-se a República, convoca-se a Assembléia Nacional Constituinte, promulga-se a Constituição e elege-se Luis Bonaparte Presidente da República. Há avanços e recuos, em termos de conquistas democráticas, liberdades públicas, organização política, debates sobre questões sociais. Mas as forças conservadoras e reacionárias, apoiadas pelos militares, a polícia, o clero e remanescentes da monarquia logo reagem e conquistam posições. Firma-se a posição de Luis Bonaparte, ao mesmo tempo que persiste o descontentamento social. Persiste uma conjuntura de crise de direção, no sentido de que nenhuma das forças sociais presentes tem condições de impor o seu ponto de vista e compreender as reivindicações das outras forças sociais. Há uma crise de hegemonia, no sentido de que as forças sociais estão gastas, debilitadas, divididas.

O golpe de estado de Luis Bonaparte é dado no dia 2 de dezembro de 1851. Dissolve-se a Assembléia Nacional, são detidos os principais chefes dos partidos políticos, proclama-se o estado de sítio e deportam-se muitos opositores. Há protestos e sublevações em diferentes cidades e regiões, compreendendo correntes democráticas e socialistas, setores políticos, intelectuais, populares, operários e camponeses. No plebiscito realizado nos dias 20 e 21 de dezembro, a esmagadora maioria pronuncia-se em favor de Bonaparte. Em 1852, promulga-se a nova Constituição e realiza-se o plebiscito sobre o restabelecimento da Monarquia, com esmagadora votação em favor. No dia 2 de dezembro de 1852, Luis Bonaparte é proclamado Imperador, como Napoleão III.

Está em marcha a emergência de uma forma de estado singularmente importante. O bonapartismo é a forma neces-

sária do estado num país em que a classe operária, ainda que tendo alcançado um alto nível de desenvolvimento nas cidades, mas numericamente inferior aos camponeses que se acham no campo, tenha sido vencida em um grande combate revolucionário pela classe dos capitalistas, a pequena burguesia e o exército.¹ É no jogo das forças sociais, expressando as relações e os antagonismos de classes, que se encontra a raiz do bonapartismo. “Demonstro como a luta de classes na França criou condições e circunstâncias que possibilitaram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar um papel de herói”.² Em essência, no entanto, o bonapartismo funda-se no impasse decorrente das relações e contradições de classes. “Pode-se afirmar que o cesarismo exprime uma situação em que as forças em luta se equilibram de modo catastrófico, isto é, equilibram-se de tal forma que a continuação da luta só pode levar à destruição recíproca”³ Corresponde ao desenvolvimento das contradições de classes, tanto assim que pode ser “reacionário” ou “progressista”, conforme o andamento dessas mesmas contradições. Tanto assim que a economia e a sociedade francesas mudaram muito durante o reinado de Napoleão III. E desenvolveu-se de forma particularmente acentuada o aparelho estatal.

Entre 52 e 70, há um acentuado desenvolvimento do capitalismo francês, com implicações sociais e culturais, além das políticas. Expande-se a indústria, intensifica-se a urbanização, desenvolvem-se as classes sociais, realizam-se conquistas coloniais. Como potência capitalista européia, a França está influenciando a unificação alemã e a italiana. Forma-se o sistema colonial francês. Quando Napoleão III põe em prática a aventura colonial no México, em 1867, e provoca uma guerra com a Alemanha de Bismarck, em 1870, o seu bonapartismo entra em colapso. O Imperador cai prisioneiro dos alemães, termina o regime monárquico, proclama-se um governo provisório em Versailles. Agravam-se as contradições

¹ F. ENGELS, citado por RUBEN, Maximilien. *Karl Marx devant le Bonapartisme*. Paris, Mouton, 1960. p. 117.

² MARX, K. *O 18 brumário de Luis Bonaparte*. 2. ed. São Paulo, Escriba, 1968. p. 8. Citação do prefácio do autor.

³ GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. p. 63. Citação de “O Cesarismo”.

de classes em escala interna e externa. Em 1871, durante três meses, realiza-se a experiência da Comuna de Paris.

Pode-se dizer que o bonapartismo de Luis Bonaparte está delimitado historicamente por dois momentos particularmente críticos das relações de classes; duas configurações de agravamento das contradições de classes. Um, o primeiro, no começo, em 1851, quando precipitam-se as lutas sociais e forma-se uma espécie de vazio político que desemboca no golpe de estado. Outro, o último, no fim, quando a sociedade francesa encontra-se em outro patamar, em termos econômicos e sociais. Já é uma potência capitalista. Agora os erros de Napoleão III, que provocam a derrota no México, a perda da Alsácia e Lorena para a Alemanha e o levante popular simbolizado na Comuna de Paris, agora esses erros mostram à burguesia que os exageros do bonapartismo podem ser dispensáveis. O controle do poder estatal, segundo os interesses das classes dominantes, pode organizar-se de outra maneira; segundo as experiências acumuladas e as conveniências do grande capital.

Acontece que cada revolução, cada choque mais aberto das forças sociais, cada ruptura que afeta a composição das forças que detêm o comando da sociedade, provoca um rearranjo do aparelho estatal. É o que ocorre com Napoleão III, desde 51; e com Thiers, desde 71; como já havia ocorrido com Napoleão I, a partir de 1799. “A primeira revolução francesa, em sua tarefa de quebrar todos os poderes independentes — locais, territoriais, urbanos e provinciais — a fim de estabelecer a unificação civil da nação, tinha forçosamente que desenvolver o que a monarquia absoluta começara: a centralização, mas ao mesmo tempo o âmbito, os atributos e os agentes do poder governamental. Napoleão aperfeiçoara essa máquina estatal. A monarquia legitimista e a monarquia de julho nada mais fizeram do que acrescentar maior divisão do trabalho, que crescia na mesma proporção em que a divisão do trabalho dentro da sociedade burguesa criava novos grupos de interesses e, por conseguinte, novo material para a administração do estado. Todo interesse comum era imediatamente cortado da sociedade, contraposto

a ela como um interesse geral, retirado da atividade dos próprios membros da sociedade e transformado em objeto da atividade do governo, desde a ponte, o edifício da escola e a propriedade comunal de uma aldeia, até as estradas de ferro, a riqueza nacional e as universidades da França. Finalmente, em sua luta contra a revolução, a República parlamentar viu-se forçada a consolidar, juntamente com as medidas repressivas, os recursos e a centralização do poder governamental. Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, ao invés de destrórá-la”.⁴ Continua a desenvolver-se o aparato estatal burguês. “A medida que os progressos da moderna indústria desenvolviam, ampliavam e aprofundavam o antagonismo de classes entre o capital e o trabalho, o poder do estado foi adquirindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de força pública organizada para a escravização social, de máquina do despotismo de classe. Depois de cada revolução, que assinala um passo adiante na luta de classes, revela-se com traços cada vez mais nítidos o caráter puramente repressivo do poder do estado”.⁵

Como tendência predominante, a burguesia prefere exercer o poder por intermédio de aliados das outras classes ou setores da sociedade: políticos profissionais, militares, intelectuais, membros das classes médias. A burocacia é um vasto exército de funcionários civis e militares, garantindo a operação do poder estatal além dos governos de ocasião, eleitos ou impostos. As oscilações devidas ao processo político — eleições, crises ministeriais, escândalos, quarteladas, golpes etc. — pouco afetam a operação regular do poder estatal. Aos poucos, com os desenvolvimentos do aparelho de estado, a burocacia pública expande-se e diversifica-se. Assim cresce o segmento do pessoal selecionado, intelectualmente adestrado, com formação científica, competente. A tecnocracia pode ser considerada um segmento especial, de elite, sofisticado, da burocacia pública. Desse modo aperfeiçoa-se a capacidade de operação do poder estatal, à reve-

⁴ MARX, O 18 brumário..., p. 130-1.

⁵ MARX, K. A guerra civil na França. São Paulo, Global, 1986. cap. 3, p. 70.

lia das oscilações da política, das lutas sociais, das emergências que não abalam mais profundamente o bloco de poder.

Ocorre que o poder burguês freqüentemente se encontra imerso em conjunturas críticas. À medida que se desenvolve o capitalismo, a economia de mercado, a acumulação de capital, as classes sociais, desenvolvem-se também as contradições de classes. A democratização das instituições políticas — em termos de partidos, sindicatos, correntes de opinião pública, eleições, representatividade, legalidade etc. — acompanha com dificuldades o desenvolvimento das relações e antagonismos sociais. Assim se põe em causa o governo, o regime ou o próprio estado. Simultaneamente — muitas vezes em conexão com as contradições de classes — agravam-se as divergências entre as classes e setores de classes que compõem o bloco de poder. Em lugar de serem excepcionais, as conjunturas críticas são freqüentes, contínuas, endêmicas. Diante dessa realidade, os interesses predominantes na sociedade privilegiam o poder executivo. Em lugar do “equilíbrio” entre o legislativo, o executivo e o judiciário, prevalece a crescente hipertrofia do executivo. Expandem-se os instrumentos de controle das classes assalariadas e as agências de atuação econômica, em favor do mercado, empresa, acumulação. O poder executivo, na prática, reduz a margem de atuação do legislativo e judiciário. A força e o âmbito desse poder estatal não só responde aos interesses da burguesia como subsiste mais ou menos incólume às oscilações do processo político.

O bonapartismo é uma vocação da burguesia. “O bonapartismo é, afinal de contas, a verdadeira religião da moderna burguesia”. Como essa “burguesia não tem estofo para governar diretamente”, ou não tem interesse em expor-se no exercício direto do poder, a semiditadura bonapartista é a solução normal. Ela garante os grandes interesses materiais da burguesia, mesmo contra a vontade da burguesia, mas não concede a ela nenhuma parcela de poder de governo. A ditadura, por seu lado, é forçada, contra a própria vontade, a

adotar os interesses materiais da burguesia como os seus próprios interesses.⁶

Um segredo dessa “ambiguidade” era a presença das classes assalariadas e do campesinato no cenário político nacional. Os diferentes setores populares pressionavam sempre e, às vezes, explodiam em motins, revoltas e revoluções. A presença crescente e audaciosa da classe operária nas lutas sociais, como na França e em outros países da Europa nos anos 1848-49, assustava a burguesia. Eram vários os motivos — e este em particular — que levavam a burguesia a “renunciar” ao controle direto do poder de estado. “A burguesia conservava a França resfolegando de pavor ante os futuros terrores da anarquia vermelha”. Assim se justificava a repressão generalizada, inclusive em meios burgueses “vacilantes”. Criaram-se condições políticas e ideológicas para que o aparelho repressivo policial e militar fosse acionado. “A burguesia fez a apoteose da espada; a espada a domina. Destruiu a imprensa revolucionária; sua própria imprensa foi destruída. Colocou as reuniões populares sob a vigilância da polícia; seus salões estão sob a vigilância da polícia”. Ela “perde” várias conquistas democráticas, para que estas não sirvam de espaços políticos para as classes assalariadas. Assim, “seus júris são substituídos por comissões militares” e os “movimentos da sua sociedade são reprimidos pelo poder do estado”. Entretanto, esse mesmo estado atuava em conformidade com os interesses econômicos e políticos da burguesia, ao “administrar” duramente as classes assalariadas. “Bonaparte gostaria de aparecer como benfeitor patriarcal de todas as classes. Mas não pode dar a uma classe sem tirar de outra”.⁷

É claro que a história das sociedades nacionais, não só na Europa mas também nos outros continentes, revela diferentes formas de estado; umas mais nítidas e desenvolvidas, outras pouco desenvolvidas, ou mesclando elementos “heterogêneos”. Estas são algumas das principais formas históricas

⁶ F. Engels a K. Marx, Carta de Manchester, 3 abr. 1966, publicada em: MARX, K. & ENGELS, F. *Selected correspondence*. 2.ed. Moscow, Progress Publ., 1965. p. 177

⁷ MARX, O 18 brumário..., p. 127 e 143.

de estado: absolutismo, liberalismo, democracia, autoritarismo, ditadura, pretorianismo, bonapartismo, cesarismo, fascismo, populismo, liberal-democracia, social-democracia e outras. Mas pode haver ingredientes bonapartistas em algumas dessas formas do poder estatal. Mais que isso, o bonapartismo parece subsumir várias formas de estado, diversas modalidades de organização das relações entre o estado e a sociedade. Parece o leito principal, “natural”, no qual tendem a acomodar-se os interesses das classes dominantes e seus aliados militares, policiais e clericais.

E há casos em que o estado se organiza em moldes propriamente bonapartistas, naturalmente segundo as condições históricas peculiares de cada país e conjuntura. É o que se verifica com o bismarckismo, cavourismo, tzarismo, kerenskismo, fascismo, cesarismo, entre outras, como sugerem os escritos de Marx, Engels, Lenin, Trotsky, Gramsci. Acontece que o bonapartismo passou a fazer parte da fábrica da sociedade burguesa. Desde que as classes assalariadas, e o operariado em especial, emergiram no cenário político, como forças sociais fundamentais, o bonapartismo passou a ser uma espécie de vocação política da burguesia e seus aliados. “No mundo moderno, as forças sindicais e políticas, com os meios financeiros incalculáveis de que podem dispor pequenos grupos de cidadãos, complicam o problema. Os funcionários dos partidos e dos sindicatos econômicos podem ser corrompidos ou aterrorizados sem que haja necessidade de ações militares em grande estilo, tipo César ou 18 Brumário”.⁸

Sob o bonapartismo, muitos têm a ilusão de que o estado está solto no ar, descolado dos interesses desta ou daquela classe, deste ou daquele setor de classe. “Unicamente sob o segundo Bonaparte o estado parece tornar-se completamente autônomo”.⁹ Na prática, no entanto, ele se organiza e funciona segundo esses interesses. Diante das desigualdades e antagonismos inerentes à organização da sociedade, quando os movimentos sociais e os partidos políticos de base popular

⁸ GRAMSCI, Maquiavel..., p. 64.

⁹ MARX, O 18 brumário..., p. 131.

põem em causa o poder estatal, o bonapartismo tende a ser a solução mais conveniente para as classes e os grupos dominantes na ocasião. Diante da crise de direção, muito freqüente na sociedade burguesa, o homem forte, seja pela sua figura, seja pelas alianças que simboliza, confere a muitos a ilusão de que o poder está acima de todos, exercido em benefício de todos. "E, não obstante, o poder estatal não está suspenso no ar".¹⁰

O bonapartismo expressa a marcha da contra-revolução burguesa. Aos poucos, desenvolve-se um arranjo de interesse entre a burguesia ascendente e os setores conservadores e reacionários que se sentem prejudicados pelas lutas e conquistas populares. Acomodam-se as classes e os grupos dominantes presentes e pretéritos, de modo a consolidar o poder do capital, propriedade, terra, mercado, lucro, etc. As divergências diminuem diante da solidariedade de interesses econômicos e políticos. Acresce que essa acomodação é tanto mais rapidamente alcançada quanto mais ativas estiverem as outras forças sociais. A crescente atividade política operária e as reiteradas manifestações de descontentamento do camponesinato, além das reivindicações de setores médios, logo afligem a burguesia e os seus aliados presentes e potenciais, tais como militares, policiais, clero, intelectuais e outros. Entra em curso a contra-revolução burguesa. A burguesia sempre está disposta a sacrificar conquistas políticas e culturais, quando se trata de garantir a continuidade dos seus interesses econômicos e políticos.

Nesse sentido é que o bonapartismo expressa a marcha da contra-revolução burguesa. É com Napoleão III que a burguesia francesa se recompõe com a Igreja Católica, o Vaticano, tanto no âmbito da sua diplomacia europeia como no que se refere às suas relações com os trabalhadores. O Imperador começa a ser qualificado de "salvador da religião".¹¹ Ao mesmo tempo que reforça a aliança do estado com o capital, submetendo os setores populares na cidade e no campo,

10 MARX, O 18 brumário..., p. 102.

11 MARX, K. La declinación de la autoridad religiosa. In: MARX, K. & ENGELS, F. La cuestión nacional y la formación de los estados. Mexico, Pasado y Presente, 1980. p. 236-40.

alimenta a contra-revolução burguesa na Itália e em outras áreas de sua influência. “As revoluções burguesas, como as do século dezoito, avançam rapidamente de sucesso em sucesso; seus efeitos dramáticos excedem uns aos outros; os homens e as coisas se destacam como gemas fulgurantes; o êxtase é estado permanente da sociedade; mas estas revoluções têm vida curta; logo atingem o auge, e uma longa modorra se apodera da sociedade antes que esta tenha aprendido a assimilar serenamente os resultados de seu período de lutas e embates”.¹² Na medida em que a classe operária se apresenta como figura histórica, a burguesia ascendente ingressa no leito da contra-revolução permanente. “Encerra-se momentaneamente o período das revoluções de baixo para cima; sucedeu-lhe um período de revoluções de cima para baixo”.¹³

Sob vários aspectos, o bonapartismo é a religião, isto é, a vocação da burguesia. Muito do que esta classe representa, como classe dominante, governante e dirigente, sintetiza-se no bonapartismo. Essa é uma forma particularmente eficaz de organizar as relações do estado com as classes e o conjunto da sociedade, privilegiando os interesses da burguesia e seus aliados; e “administrando” os interesses das classes e setores sociais assalariados. Acontece que os ingredientes bonapartistas envolvem o predomínio do executivo sobre o legislativo e judiciário; uma espécie de ditadura ou semi-ditadura da burguesia, exercida por meio de aliados de outras classes ou setores de classes, como políticos, militares, intelectuais, clero e outros; um poder burguês que se exerce por meio de uma poderosa e numerosa burocracia pública civil e militar, privilegiando o estado antes de mais nada, de tal maneira que ele pareça solto no ar, acima de todos; uma forma de estado que responde às conjunturas críticas mais ou menos inerentes e crônicas da sociedade burguesa; uma solução autoritária, em face de conjunturas de crise de hegemonia. Interrompe-se o processo de formação do povo, como

12 MARX, O 18 brumário.... p. 19-20.

13 ENGELS, F. Introdução, In: MARX, K. As lutas de classes na França. Rio de Janeiro, Ed. Vitória, 1956. p.9-28. Citação da p. 16.

categoria política. As conquistas democráticas são restrin-gidas, abolidas ou reformuladas. A cidadania passa a ser administrada, tutelada, regulada, mostrando-se um ideal, mais do que uma realidade. Povo e cidadania revelam-se mais claramente como ficções políticas. Nesse tempo desven-dam-se, outra vez, sob nova luz, as relações e os antagonis-mos de classes que governam os movimentos da sociedade burguesa.

REFERÉNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- 2 MARX, K. **O 18 brumário de Luis Bonaparte.** 2. ed. São Paulo, Es-criba, 1968.
- 3 _____. **A guerra civil na França.** São Paulo, Global, 1986.
- 4 _____. **As lutas de classes na França.** Rio de Janeiro, Ed. Vitória, 1956.
- 5 MARX, K. & ENGELS, F. **La cuestión nacional y la formación de los estados.** Mexico, Pasado y Presente, 1980.
- 6 _____. **Selected correspondence.** 2. ed. Moscow, Progress Publ., 1965.

PESQUISAS:

Projeto, Comunicação e Fontes

ELEIÇÕES E PARTIDOS: PRÁTICAS POLÍTICAS NO PARANÁ, 1946-86 — PROJETO DE PESQUISA*

FRANCISCO MORAES PAZ

Professor da Universidade Estadual de Maringá.
Pesquisador no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES. Coordenador.

MARISE MANOEL

Pesquisadora do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES.

LEONIDAS RODRIGUES, MÁRIO ANTONIO MOYSÉS NADAF e SORAYA REGINA GOMES DE OLIVEIRA

Estudantes do Curso de História, da Universidade Federal do Paraná. Estagiários.

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES, atento aos desdobramentos políticos dos anos 80 iniciou, em 1985, um estudo sobre as relações sócio-políticas no Paraná, notadamente a partir das *práticas de governo*. Para tanto, a análise foi dirigida às Mensagens dos governadores, de 1947 a 1982, nas quais detectou-se um conjunto de práticas que visavam à consolidação das instituições políticas através de múltiplos dispositivos do Executivo. A essa análise impôs-se um estudo sobre o comportamento eleitoral, procurando reconhecer as respostas da população, pelo menos a nível de voto, às medidas do governo estadual.

O estudo da organização político-partidária, não contemplado no primeiro projeto, apresenta-se como uma necessidade indispensável para a complementação do quadro que

* Estudo em desenvolvimento no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES, em convênio com a Universidade Estadual de Maringá — UEM, e com apoio financeiro do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia — CONCITEC, tendo como Consultor o prof. Edgar S. de Decca.

Na discussão e elaboração deste texto participaram, ainda, Marionilde Dias Brepohl de Magalhães, Maria Lucia Cidade, Marcos Antonio Cordioli e Nelson Ari Cardoso, integrantes do projeto "História Política do Paraná". Agradecemos os comentários do professores Alcir Lenharo e Maria Stella Bresciani.

pode ser sinteticamente entendido como *poder, governo e população*. Contudo, as diferentes formas de agremiação da vontade popular, suas relações com outras esferas de poder e sua capacidade de ação tornaram-se questões de difícil elucidação a partir das fontes trabalhadas na primeira pesquisa.

Por essa razão, optou-se por um estudo específico com relação a tal temática, em que se procura incorporar parte da metodologia e dos pressupostos teóricos do projeto “O Paraná reinventado”.¹ Pela combinação dos projetos de pesquisa referidos, pretende-se tratar de duas questões. Em primeiro lugar, avançar com os estudos sobre o Paraná, levantando novas questões, bem como (re)avaliando antigas, colocando-as sob a ótica de uma leitura interdisciplinar. Em segundo, propor novos arranjos teórico-metodológicos a temas paranaenses — no caso, a política local —, de modo a submeter fontes tradicionalmente utilizadas a uma outra perspectiva, recuperando discursos e repensando práticas políticas.

O TEMA DA POLÍTICA NA HISTORIOGRAFIA: breves considerações

Ao se proceder a uma breve avaliação dos trabalhos publicados sobre partidos políticos no Brasil, observa-se uma significativa produção nos anos 60 e 70. Essa caracteriza-se por privilegiar o estudo dos partidos existentes entre 1946 e 1966, particularmente a União Democrática Nacional — UDN, Partido Social Democrático — PSD e Partido Trabalhista Brasileiro — PTB. Ainda, esses estudos apresentam um caráter regional, como “o PTB no Rio Grande do Sul”, de Miguel Bodea e “O caso da UDN na Guanabara”, de Izabel F. Picaluga. Quando ditos de caráter nacional, de fato privilegiam indivíduos e estados de maior “expressividade” no período.

Os trabalhos que se propõem a ser um estudo de um partido nacional, acabam muitas vezes se limitando ao caráter que um determinado partido assume em estados como São Paulo, Minas Gerais ou Rio de Janeiro, bem como à

1 IPARDES — Fundação Édison Vieira. **O Paraná reinventado**. Curitiba, 1987.

atuação de seus políticos nos Diretórios Nacionais. Em estudos da UDN ou do PSD, de Maria Victória Benevides e Lúcia Hippolito², respectivamente, observa-se uma total ausência de políticos paranaenses, sendo citados, quando o são, unicamente os governadores do período — Moysés Lupion, Bento Munhoz da Rocha Netto ou Ney Braga. Da mesma forma, o peso da bancada paranaense na Câmara Federal e a ocupação de cargos nessa Casa ou na direção dos partidos é omitida sistematicamente.

Completando o quadro, deparamo-nos com uma quase total inexistência de estudos sobre os partidos políticos no Paraná, com exceção de monografias e teses que tomam questões políticas de determinados municípios, como os trabalhos de Ivani R. Omura e Ana Cleide Cesário.³ Entretanto, algumas pistas apontam para a necessidade de se compreender, por exemplo, o comportamento do eleitorado do estado que, nas eleições presidenciais de 1955, apesar do avanço do PTB (coligado ao PSD), deposita seus votos no Partido Social Progressista — PSP (Ademar de Barros) ou no Partido de Representação Popular — PRP (Plínio Salgado, ex-líder integralista).⁴

Ainda, nessa mesma conjuntura de avanço do trabalhismo, o Partido Democrata Cristão — PDC apresenta um excepcional desempenho nas urnas, elegendo o governador em 1960 (Ney Braga) e igualando sua bancada na Assembléia Legislativa, em 1962, com a do PTB.⁵ Ou, então, o inexpressivo desempenho nas urnas dos partidos de “esquerda” quando, em outros estados, chegam a compor bancadas significativas e até eleger representantes ao Senado Federal. O Partido Comunista Brasileiro — PCB, em 1945, elege, por exemplo, dezoito deputados para a Assembléia Legislativa fluminense, onze para a paulista, nove para a pernambucana

2 Ver *Bibliografia Básica*.

3 Ver *Bibliografia Básica*.

4 Sobre a vitória de Plínio Salgado em Curitiba, nessa ocasião, ver SZVARCA, D.R. & CIDADE, M.L. 1955: o voto “verde” em Curitiba. Curitiba, 1988. Monografia, Bacharelado, Universidade Federal do Paraná.

5 Sobre as eleições de 1958 e 1962 ver, respectivamente, MARTINS, W. Paraná, uma incógnita. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 8:229-54, abr. 1960. SANTOS, J.N. Comportamento eleitoral do Paraná nas eleições de 1962. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 16:227-50, jan. 1964.

e seis para a carioca. Nesse mesmo ano, a Guanabara elege para a Câmara Federal três deputados: São Paulo, quatro; Pernambuco, três; e o Rio de Janeiro, dois. Ainda, Luis Carlos Prestes é eleito ao Senado pela Guanabara; e, em 1947, Abel de Abreu Chermont, outro comunista, é eleito seu Suplente. Já o Partido Socialista Brasileiro — PSB, coligado ao PTB, em 1962, elege onze deputados federais na Guanabara; Aurélio Viana e Adamastor Lima, respectivamente, Senador e Suplente.⁶

Esse quadro partidário, contudo, torna-se menos conhecido quando pensamos nos partidos políticos após a reforma partidária de 1966. Nesse caso, dispõe-se tão somente dos resultados das eleições, sem maiores tentativas de entendimento do comportamento do eleitorado ou estudo sistemático dos partidos. Tais questões, entre outras, apontam para a necessidade de compreensão da história política do Paraná — aparentemente de pequena tradição ou de pouca expressão nacional — e, em particular, dos partidos políticos no estado. As composições políticas locais, os posicionamentos partidários e as plataformas eleitorais são questões a serem pensadas e avaliadas, considerando-se as intenções desses partidos em tornarem-se porta-vozes de demandas sociais e de assumirem as instituições governamentais.

Antes de pretender-se uma “memória” fragmentada de uma fase da história do Paraná, objetiva-se um estudo sistemático das relações de poder inseridas num quadro histórico mais amplo, permeado de experiências das camadas populares, das quais os partidos se pretendem representantes. Assim, os partidos — em suas ações no Legislativo — são tomados como instância de uma existência política em constante redefinição, na qual pode-se captar de forma privilegiada, as relações poder/saber, os recortes efetuados sobre a população e os efeitos de verdade construídos através de suas produções discursivas.

6 Cabe ressaltar que em São Paulo esses partidos participaram das coligações que elegeram os governadores em 1947 e 1957. Mesmo que não se possa avaliar o peso desses nas vitórias, em 1947 Ademar de Barros foi eleito governador pelo PSP-PCB; e, em 1954, Jânio Quadros e seu vice, José Porfírio da Paz, pelo PSB-PTN. Ver BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Dados censitários; eleições federais e estaduais, Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1973.* p. 203.

POPULAÇÃO, GOVERNO E PARTIDO: formulação do problema

O entendimento das práticas de “construção” do estado, segundo as marcas de um dado procedimento teórico-metodológico, implica retomar as considerações de Michel Foucault sobre o desbloqueio da arte de governar, bem como sobre as relações poder/saber.⁷ A partir desse duplo recorte, se evidencia o caráter próprio das práticas de governo, considerando-se a produção de um discurso específico, revestido de efeitos de verdade, sobre a sociedade que se pretende “construir”, isto é, uma sociedade disciplinada e gerida no(s) detalhe(s). As práticas de governo se apresentam, portanto, como práticas de um poder positivo e que são elaboradas a partir de um processo de explicitação das esferas pública e privada, fazendo-as, simultaneamente, objetos de um conjunto de dispositivos — isto é, instituições, reflexões, táticas e procedimentos.

A governamentalização do estado — processo verificado a partir do século XVIII — elimina o modelo familiar de gestão da “coisa pública”. A família mantém-se como um instrumento privilegiado para o governo, porém é a *população* que passa a ser tomada como modelo de gerenciamento, sendo vista como sujeito de necessidades e aspirações. Ainda, se a população é o alvo das práticas de poder, a *economia política* se coloca como a principal forma de saber e os *dispositivos de segurança* como os instrumentos técnicos essenciais. População, economia política e dispositivos de segurança são, pois, as peças fundamentais na política de gestão da “coisa pública” do estado, o qual se caracteriza enquanto *estado de governo*.

Logo, o saber produzido — segundo a genealogia de Michel Foucault⁸ — não é ideológico nem repressivo. No pri-

⁷ FOUCAULT, M. A governamentalidade e Verdade e poder. In: _____. *Microfísica do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1982. p. 277-93 e 1-14, respectivamente. Ver também *As palavras e as coisas; uma arqueologia das ciências humanas*. 3. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1985.

⁸ Seu chamado “projeto genealógico” — isto é, o estudo das relações saber/poder, foi desenvolvido em *Vigiar e Punir* (Petrópolis, Vozes 1983) e *História da sexualidade* (Rio de Janeiro, Graal, 1980), interrompido no volume IV. Cabe acrescentar a coleção de textos de *Microfísica do poder*, especialmente o artigo “Genealogia e poder”.

meiro caso, por não se encontrar em oposição a algo que seria a verdade ou submetido a outra "instância" capaz de determiná-lo; pelo contrário, ele busca produzir efeitos de verdade sem estar situado numa posição secundária. No segundo, por não ser punitivo, sim construtivo de uma nova ordem moral e disciplinar. Ainda, todo saber produzido é político, à medida que ambos estão mutuamente implicados, isto é, as práticas de poder se constituem dentro de um campo de saber, o qual produz simultaneamente novas relações de poder.

Assim, pensar a questão do estado significa remetê-lo ao estudo das práticas de governo, tomadas dentro de um conjunto de instituições, análises, táticas e procedimentos de um poder positivo. Da mesma forma, analisar a gestão da "coisa pública" significa pensar tanto os limites e possibilidades de tais práticas, como o caráter do saber produzido em torno dos dispositivos articulados à arte de governar.

A atuação do governo em seus diversos setores requer, para todos os seus membros, um conhecimento da sociedade que se pretende "construir". As práticas de governo estão permeadas por diferentes interesses da sociedade em questão, não sendo portanto de caráter meramente técnico. O entendimento da esfera política faz-se necessário à medida que coloca aos responsáveis pela gestão pública tais limites e possibilidades, pois, enquanto governo, necessita ser legitimada pela população que os elegeu. Ao mesmo tempo, a fala do governo pressupõe a existência nítida de um receptor, legitimando-se justamente através dessas categorias que informam o discurso de verdade, isto é, emissor/receptor.

Nos estudos desenvolvidos no Paraná, à semelhança de outros estados, tem-se evidenciado uma certa prioridade àqueles de cunho econômico que, apesar de sua irrefutável importância, não explicitam os múltiplos recortes do campo da política. Isso resulta na ausência de uma bibliografia sobre as práticas de governo, implicando ainda o risco de uma análise parcial, restrita apenas às potencialidades ou limitações da organização da produção.

Nos últimos anos, órgãos de pesquisa vinculados ao governo estimularam estudos sobre “desenvolvimento” e “modernização”, que serviram para direcionar políticas de planejamento. Porém, ao governo cabe também atender demandas sociais que nem sempre incluem em suas expectativas as restrições econômicas impostas pelas políticas de “desenvolvimento” e “modernização”. Não se coloca aqui a idéia de um estado que se comporte como árbitro entre diferentes forças sociais, mas sim de um “locus” privilegiado de expressão do poder político, onde se operam relações entre soberania e disciplina e se verificam os impasses dessas relações. Ainda, ao ampliar gradativamente suas funções, a administração pública estabelece novas intersecções na sociedade que, por sua vez, passa a exigir contínuos e sucessivos recortes. Somente a partir de um conhecimento maior desses mecanismos é que se pode ter uma expectativa de melhor compreensão das relações entre planejamento governamental e sociedade.

Nesse universo de tensões se colocam os partidos políticos, os quais buscam se apresentar como intermediários entre o governo e a população. Enquanto a esfera administrativa se projeta também a médio e longo prazos, aos partidos políticos cabe, em especial, responder às demandas da população a curto prazo, notadamente condicionados pelo voto nos diversos níveis.

Claus Offe, Gero Lenhardt, e outros, têm apontado para o descompasso cada vez maior entre as ações planejadas pelo Executivo e as prioridades apresentadas pelo Legislativo.⁹ Além disso, a sociedade também se organiza *apesar* dos partidos ou demais interferências, segundo necessidades de diferentes ordens, fazendo com que eles “corram” no sentido de incorporar tais demandas aos seus discursos, pretendendo reafirmar sua condição de expressão das vontades sociais.

É justamente nesse mosaico de discursos e práticas que se inscrevem as preocupações que orientam a formulação do projeto em questão, à medida que ele objetiva reconhecer as

⁹ Ver, OFFE, C. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1984. 386 p. Particularmente, o artigo de OFFE, C. & LENHARDT, G. *Teoria do estado e política social*, p. 10-53.

áreas de tensão entre a representação político-partidária e a ação governamental.

PRÁTICAS POLÍTICAS: delimitação do objeto de pesquisa

O processo político de uma unidade da federação, no caso o Paraná, constitui uma estrutura parcial inserida em outra, mais ampla, o contexto nacional. Logo, ao se iniciar o estudo, tomaram-se como datas-balizas os anos de 1946 e 1986, período que, por sua vez, pode ser dividido em três. O primeiro corresponde aos anos 1946-66; o segundo, 1966-78; e, finalmente, 1978-86. Apesar da existência de alguns trabalhos, não se dispõe de estudos mais específicos sobre os desdobramentos dos diferentes partidos políticos nos estados brasileiros e, particularmente, no Paraná.

Em linhas gerais, pode-se entender a primeira fase (1946-66) como uma época fortemente influenciada pela atuação de um governo que busca “trazer para si” diversos setores da população, seguida de um golpe de estado e de mudanças nas instituições políticas. Cabe observar que o período compreendido entre 1945-64 tem sido denominado, por parte significativa da historiografia, de “estado populista”; contudo, essa terminologia não dá conta das diferentes estratégias encontradas em unidades administrativas e nos governos a nível nacional. As reformas político-partidárias de 1966, ao mesmo tempo que extinguem os partidos existentes, deslocam o campo político.

A redemocratização restringida cumpre a exigência de uma nova Carta Magna, mantendo a legislação trabalhista e sindical da fase anterior. Essa conjuntura pode ser analisada como uma fase de consolidação da burguesia industrial e de constituição de um estado que se apresenta corporativo. Abandonando parcial ou totalmente a ação “policialesca”, o governo busca a harmonização dos interesses de diversos setores sociais segundo seus próprios objetivos imediatos. Para tanto, diminui o centralismo administrativo, remetendo aos políticos estaduais boa parte da responsabilidade no controle dos movimentos populares. Esse desdobramento é extrema-

mente importante para o entendimento da formação das lideranças nos estados; UDN, PSD e PTB representam, no contexto nacional, os partidos de maior expressividade.¹⁰

No caso do Paraná, ainda que o PSD eleja governador em 1947 e 1955 — Moysés Lupion —, acompanhando a tendência nacional, gradativamente ele recua face ao avanço do PTB¹¹. Também, ao se observar a composição da Assembléia Legislativa estadual, vê-se que o PSD perde cadeiras ao PTB e PDC, partido com expressivo crescimento no final dos anos 60. O PTB, segundo Magalhães Filho¹², não era um partido homogêneo: compunha-se de pequenos proprietários do Sudoeste, cafeicultores do Norte e “trabalhistas autênticos” dos setores urbanos de Curitiba, Paranaguá e União da Vitória. O ganho de expressividade eleitoral nessas regiões será o responsável pela formação de lideranças paranaenses. Embora derrotado pela aliança formada pelo Partido Democrata Cristão — PDC e Partido Libertador — PL, na eleição de 1960, o PTB se aproxima do candidato eleito, Ney Braga, o qual se apresenta como representante de uma nova geração de políticos e elabora propostas “modernizadoras”. A UDN, por sua vez, ao se coligar com pequenos partidos — Partido Republicano — PR, Partido Social Trabalhista — PST, Partido Libertador — PL e Partido Republicano Trabalhista — PRT —, elege, em 1950, para o governo local, Bento Munhoz da Rocha Netto, integrante do PR, recompondo-se da derrota sofrida em 1947; e, ao contrário do PSD, mantém sua representação parlamentar. Esses dados, ainda por serem estudados, em certa medida refletem a adequação do estado à política nacional.

10 Para Lúcia HIPPÓLITO — em consonância com o esquema teórico de Giovanni Sartori sobre o equilíbrio partidário, o PSD ocupava no período uma posição de “fiel” de jogo político, assegurando um equilíbrio entre a direita, representada pela UDN e a esquerda, representada pelo PTB. Na medida em que este passou a ocupar uma posição mais à esquerda, cabia ao PSD deslocar-se neste “eixo político”, assegurando o equilíbrio entre os partidos. Não tendo feito isso, o PSD acabou por ficar mais próximo da direita, rompendo o tênuo equilíbrio do jogo político partidário, o que resultou numa radicalização de posições. Ver, *De raposas a reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-1964*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. 289 p.

11 Sobre os resultados eleitorais referidos, ver IPARDES — Fundação Édison Vieira. Resultados Eleitorais: Paraná — 1945-82. — Curitiba, 1988.

12 MAGALHÃES FILHO, F.B.B. Os três tempos do planejamento; entrevista a Tato Taborda. *Correio de Notícias*, Curitiba, 4 nov. 1984.

O período em questão, de 1946 a 1964, entendido como uma fase em que vigoram governos com fortes apelos populares, traz consigo, como todo pacto político, contradições e antagonismos que engendram seu próprio esgotamento. De um lado, os interesses da burguesia industrial vão se sobrepor aos acordos clientelistas dos dirigentes do governo. Por outro, quanto aos trabalhadores, observa-se que suas práticas políticas extrapolam os limites aceitáveis da "modernização conservadora"¹³ enquanto prática política (em oposição à política nacionalista), através da aliança da burguesia industrial, dos latifundiários, das elites militares, além de grande parte da Igreja, das camadas médias urbanas, da intelectualidade conservadora e parlamentares ligados à Aliança Democrática Parlamentar.

O tripé econômico — capital nacional associado, capital internacional e capital de estado — será, a partir daí, o responsável pelo desenvolvimento do país. Ao regime caberá o papel de alijar os setores populares do processo político. Contudo, entende-se que esse regime autoritário percorre um caminho específico de implantação; a grosso modo, pode-se subdividi-lo em três momentos. Inicialmente, mesmo com o golpe, são mantidas as instituições liberais no intento de se implantar o grande capital, conservando a legitimidade d aquelas e recuperando a harmonia de interesses fracionada nos anos pré-64.

Num segundo momento, a resistência por parte de diferentes segmentos contrários ao governo teve como decorrência a reação do regime, no sentido de reforçar o pacto político dos interesses do grande capital. Os princípios autoritários são incorporados à Carta Magna pela Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969¹⁴; o governo confina a atividade política ao interior de sua burocracia, especialmente nas entidades de caráter econômico. Foram adotadas medidas favoráveis à recuperação dos níveis correntes da

13 Sobre a questão da modernidade, ver OFFE, **Problemas estruturais...** e ROUANET, S.P. **As razões do iluminismo.** São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

14 A Junta Militar resolve outorgar então, repetindo Castelo Branco, uma constituição nova para o novo general-presidente. RETRATO do Brasil: da monarquia ao estado militar. São Paulo, Política, s.d. v. 3, p. 47.

atividade industrial, levando à retomada do crescimento, via concentração de renda. Paralelamente, verifica-se um aumento da ação repressiva junto aos movimentos de contestação. Foi uma fase em que o regime alargou suas bases de sustentação através da cooptação econômica, atingindo as camadas médias, uma parte da pequena burguesia e até faixas do operariado.

Finalmente, observa-se a emergência de movimentos populares que terão ressonância junto às ações articuladas por setores de sustentação do governo. Esse busca o alargamento de suas bases de apoio através de determinadas concessões que objetivam atenuar os possíveis conflitos. Ainda, segundo Carlos Artur K. Passos¹⁵, as modificações na forma institucional do regime se intensificam em resposta às pressões dos setores populares e dos de apoio, face a suas distensões internas agravadas a partir do período recessivo pós-1974.

Visto no conjunto, ao período não mais se aplica o princípio da governamentalidade; rompido o pressuposto do discurso/verdade, pela supressão de uma das categorias que o informam — o receptor —, vê-se que o discurso e as práticas se legitimam em outro campo. Anteriormente tal legitimidade era buscada no campo político; nos anos 70, ela passa a sê-lo no da técnica, de modo a concretizar o binômio ciência/trabalho.¹⁶

No Paraná, a proposta desenvolvimentista ensaiada no primeiro governo de Ney Braga se confirma a partir de 1964 e se amplia na década de 70, sob a égide da industrialização¹⁷. A política econômica que visava transformá-lo numa cópia de São Paulo, dentro da “ideologia” desenvolvimentista autônoma, não logrou resistir ao esforço centralizador da União. O governo local engajou-se “(...) em um projeto moderni-

15 PASSOS, S.A.I.K. *Estat et capital au Brésil; essai sur la genèse de l'état brésilien et sa réalisation organique avec le capital*. Paris, 1983. 287 p. Thèse, Douctorat du 3è. cycle, Université Paris III.

16 OFFE, C. O sistema político da tecnocracia. In: DREITZEL, H.P. et alii. *Tecnocracia e ideologia*. Rio de Janeiro, Templo Brasileiro, 1975. p. 70-84.

17 Sobre esta questão, ver AUGUSTO, M.H.O. *Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista; estudo sobre a CODEPAR*. São Paulo, Simbolo, 1978. RISCH-BIETER K. Incentivos à industrialização paranaense. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 30:7-23, maio/jun. 1972.

zador nacional, cabendo-lhe a função de grande produtor e beneficiador de grãos (soja, trigo, milho)".¹⁸

Os partidos políticos, à medida que são criados pelo governo apenas para legitimá-lo, perdem o sentido anterior de representação social; a Aliança Renovadora Nacional — ARENA, e o Movimento Democrático Brasileiro — MDB, passam a se constituir, respectivamente, em representantes oficiais de situação e oposição consentida. Os governadores caracterizam-se por não possuírem representatividade política emanada de seu partido, muito embora reflitam segmentos de interesses estaduais, adequando-se em maior ou menor medida aos condicionantes da política federal.

Um momento significativo desse contexto, a nível local, pode ilustrar tal mecanismo: a gestão de Jayme Canet, na época do governo Geisel, quando avançam os discursos pela retomada do crescimento, reflete-se no impulso à agroindustrialização do Paraná — seu papel é complementar à modernização nacional. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE passa a financiar investimentos de grande porte, contando com o apoio do capital estrangeiro. Tal apoio também se dará no plano político, com vistas à concretização das transferências econômicas dos anos 70.¹⁹

O terceiro período, de 1978 a 1986, é marcado pela “abertura” política, na qual novos partidos são criados e a polarização partidária em torno da ARENA e MDB, que resultava num voto plebiscitário, cede às novas possibilidades de agrupamentos políticos. Inicialmente são fundados seis partidos — Partido Trabalhista Brasileiro — PTB, Partido Democrático Trabalhista — PDT, Partido dos Trabalhadores — PT, Partido Democrático Social — PDS, Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB e Partido Popular — PP, que, mais tarde, foi incorporado pelo PMDB —, os quais buscam firmar seus quadros e sua identidade própria.

Nas urnas, o PMDB e o PDS se apresentam como os partidos de maior expressão,²⁰ tendo os demais obtido algumas

18 MAGALHÃES FILHO.

19 QUATRO visões sobre o Paraná. *Análise Conjuntural*, 7(2): 1-3, fev. 1985.

20 Ver, IPARDES, *Eleições no Paraná*.

vitórias pontuais, como nas eleições para governador em 1982, em que Leonel Brizola elege-se no Rio de Janeiro. Também neste estado e em São Paulo, o PTB compôs bancadas expressivas na Câmara Federal e na Assembléia Legislativa, o mesmo ocorrendo em São Paulo com o PT. Em 1984, nas eleições para presidente da República, o quadro político-partidário apresenta uma nova configuração, na qual se destaca a Aliança Democrática composta pelo PMDB e uma dissidência do PDS, intitulada Frente Liberal. Apóiam a Aliança o PTB, PDT, PCB e PCdoB — esses dois últimos ainda na ilegalidade.

Após a vitória dessa coligação no Colégio Eleitoral, inicia-se uma ampla reforma partidária, originando mais de trinta partidos (Anexo II). O PMDB continua sendo o de maior expressão, seguido do Partido da Frente Liberal — PFL, formado por ex-pedessistas. Nas eleições para prefeitura das capitais estaduais, dos municípios áreas de Segurança Nacional e Estâncias Hidrominerais, alguns dos considerados pequenos partidos obtiveram vitórias expressivas, como São Paulo (PTB), Rio de Janeiro (PDT), Porto Alegre (PDT), Fortaleza (PT) e Recife (PSB). Cabe ressaltar que o PDS já não apresenta a expressividade anterior tendo, nessa ocasião, eleito somente o prefeito de São Luis.

Em 1986, tem-se eleições para governador e Congresso Nacional, este acrescido das responsabilidades de uma Assembléia Nacional Constituinte. O PMDB elege vinte e dois dos vinte e três governadores, confirmando seu favoritismo. O PFL, de certa forma o grande derrotado, elege o governador de Sergipe (coligado ao PSB), e três vice-governadores (RJ, MA, RN); contudo ele aparece como a segunda expressão político-partidária nacional. Ainda, PMDB e PFL apresentam uma esmagadora maioria na Assembléia Nacional Constituinte, na qual são ensaiados novos arranjos políticos.

Tais arranjos, contudo, não são propriamente uma novidade na vida partidária nacional. Desde as reformas políticas de 1978, por exemplo, vê-se uma alteração desses quadros — especialmente pelo abandono do PDS. Da mesma for-

ma, são produzidos outros discursos e práticas políticas capazes de aproximar os partidos das demandas sociais, trazendo para o seu interior tais expectativas. A evidência dessas formas de existência política leva-os a múltiplos esforços no sentido de continuarem se apresentando como a instância privilegiada de representação do povo — sentido usualmente atribuído aos partidos enquanto forma institucionalizada de vida pública.

Questões como essas apontam para a necessidade de situar, em particular, a vida política paranaense nos quadros da vida política nacional, avaliando seus desdobramentos e singularidades. Logo, esse quadro geral — esboçado e dividido nas conjunturas preliminares — procura ilustrar as possibilidades desse estudo, que tem como objetivos analisar, em primeiro lugar, a evolução do comportamento eleitoral, verificando em que ponto acompanha as tendências a nível nacional e em que medida são procedentes as análises consagradas da influência dos diferentes partidos nas diversas regiões locais; a regionalização da influência partidária a partir desse mapeamento constitui um primeiro avanço no reconhecimento da base política do estado. Em segundo, a atuação dos partidos na Assembléia Legislativa paranaense, considerando as grandes questões colocadas e o tratamento a elas dispensado. Finalmente, as relações entre os discursos desses partidos e os do Executivo local, de modo a detectar as possíveis convergências dessas falas e suas influências nas práticas de governo.

A FALA DOS PARTIDOS: metodologia e fontes

O estudo dos partidos políticos brasileiros tem uma série de respostas que se colocam como “clássicas” à experiência partidária nacional²¹. Dentre elas, pode-se referir a constituição de partidos nacionais somente a partir de 1945, quan-

21 Fazemos referência a conclusões gerais de autores como Bolívar Lamounier, Fernando Henrique Cardoso, David Fleischer, Carlos Esteavam Martins, Olavo Brasil e outros, cujas indicações bibliográficas estão no item 5 deste texto. Acreditamos que a não determinação de autor não chega a comprometer o texto, pois abordamos tão somente questões e conclusões amplas, comungadas, e que não se colocam como dados desconhecidos.

do, após o Estado Novo, cerca de trinta agremiações solicitaram registro ao Tribunal Superior Eleitoral (Anexo I). As organizações partidárias republicanas anteriores são definidas, na maioria, como regionais e a legislação partidária da República Nova passou a exigir uma configuração nacional aos partidos. Esta e outras determinações levaram ao cancelamento do registro de diversos partidos.

Dentre aqueles que permaneceram, PSD, UDN, PTB, PR e PSP foram os que obtiveram melhor desempenho eleitoral. Ainda, segundo a tradição dos estudos, o PSD é tido como representante dos latifundiários, a UDN das classes médias urbanas e o PTB das camadas populares; o PR e o PSP, embora ditos nacionais, têm um desempenho relativo e limitado a estados do centro-sul. PSD, UDN e PR são tidos como “conservadores”; PTB e PSP, como “populistas-reformistas”. O desempenho eleitoral desses partidos pode levar a uma avaliação de tendências políticas. Contudo, como mostram algumas análises, a “opinião eleitoral” não reflete necessariamente a “opinião política”; nem o voto expressa um alinhamento partidário — o eleitor não vota no PTB, UDN ou PDC, sim no Getúlio, no Brigadeiro ou no Jânio. Tais questões reforçam a crítica costumeira acerca da inexistência de uma tradição partidária, o que leva à conclusão sobre a impropriedade de denominação das organizações enquanto partidos políticos.

Esse quadro parece se agravar — segundo as interpretações referidas — na primeira metade dos anos 60, quando verificam-se a decomposição dos partidos e o avanço das alianças e coligações. Em 1962, por exemplo, enquanto o PSD obteve 2,2 milhões de votos, o PTB 1,7, e a UDN, 1,6, as alianças obtiveram 4,8 milhões de votos.²² Tais resultados levam a prever uma reforma partidária e que foi consubstanciada — no plano da imprevisibilidade — através do Ato Institucional n.º 2, de 1965. O PSD, PTB, UDN, PTN, PST, PRT, MTR, PR, PSP, PDC, PRP, PL e até o Partido da Boa Von-

22 SOUZA, P. Eleições de 1962: decomposição partidária e caminhos da reforma. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 16: 7-20, jan. 1964.

tade — PBV, foram extintos, dando lugar ao bipartidarismo.²³ A Reforma de 1979 amplia as possibilidades de formação de novos partidos, levando a que trinta partidos estivessem habilitados a concorrer nas eleições municipais de 1985 (Anexo II), sem falar nos seis que foram indeferidos pelo TSE.²⁴ Certamente esses expedientes e reorganizações em nada contribuíram para refutar as teses da falta de tradição política nacional, pelo contrário, parecem reforçá-las.

Por outro lado, as análises das eleições evidenciam que as mesmas não podem ser tomadas isoladamente. O desempenho de um partido torna-se eleitoralmente compreensível quando visto num intervalo de tempo capaz de evidenciar as tendências dos eleitores. Como as eleições para diferentes cargos ocorrem em tempos diferentes, é na próxima que se confirma uma tendência, a fidelidade do eleitor. Tomando-se, por exemplo, os estudos sobre as eleições paranaenses de 1958 e 1962²⁵, vê-se que ambos os autores apostam na mesma tese: as eleições para a Câmara Federal e Assembléia Legislativa (Anexos III e IV) apontam numa direção a ser confirmada nas eleições para governador. Wilson Martins constata o avanço simultâneo do PTB e PSD, em 1958, cabendo certamente a um deles a vitória nas eleições de 1960; José Nicolau dos Santos remete para 1965 a definição da supremacia partidária estadual dividida, em 1962, entre PTB e PDC. Contudo, no primeiro caso, contrariando as expectativas, o eleitor inclinou-se pelo PDC, elegendo Ney Braga; no segundo, pelo PTN, elegendo Paulo Pimentel.

Com o Ato Institucional n.º 2, tais avaliações ficaram comprometidas: seja pela falta de tradição partidária, adoção de estratégias “eleitoreiras” que anteciparam a vitória do partido situacionista, ou falta de uma manifestação eleitoral em todos os níveis.

23 Cabe observar que diante do bipartidarismo, em algumas ocasiões, parte significativa da população eleitoral optou por votar em branco ou anular seu voto. O caso mais conhecido foi o das eleições de 1970, quando diversas organizações desencadearam a “campanha do voto em branco”. No caso do Paraná, por exemplo, nas eleições para o Senado, os votos em branco (834.871) superaram os votos atribuídos à oposição (José Richa, MDB, 543.033).

24 São eles: Partido Democrático Cristão, Partido Esportista Brasileiro, Partido Social Democrático, Partido Democrático Republicano, Partido da Reforma Nacional e Partido Social Trabalhista.

25 Respectivamente, Wilson MARTINS e José Nicolau dos SANTOS. Ver nota 5.

Isto posto, cabe explicitar que o estudo estabelece como propósito de análise a avaliação do desempenho eleitoral dos partidos, sem pretender apresentá-lo como uma avaliação da política estadual. Metodologicamente, o percurso consiste num levantamento dos resultados das eleições majoritárias e proporcionais junto ao Tribunal Regional Eleitoral para, então, detectar as tendências eleitorais de diferentes regiões do estado, tomando-o em cinco mesoregiões: Região Metropolitana de Curitiba, Litoral, Paraná Tradicional, Norte Cafeeiro e Oeste Paranaense. Tal procedimento objetiva avaliar as regionalizações já consagradas por diversos cientistas sociais que buscam uma correspondência entre a base econômica e a esfera político-partidária, bem como a influência geoeleitoral das regiões de ocupação recente sobre a vida política do estado.

Os estudos preliminares já permitem afirmar que, além dos cinco "maiores" partidos nacionais (PSD, PTB, UDN, PR e PSP), no caso paranaense, há que se acrescentar o PDC — face a seu desempenho a partir do final dos anos 50. Por outro lado, o retorno ao pluripartidarismo, em 1979, não altera a representação partidária paranaense, na Câmara e Assembléia. A despeito de desempenhos individuais, nenhum dos novos partidos atingiu o coeficiente partidário para diplomação de seus candidatos. Em 1986, por exemplo, Luis Carlos Martins Gonçalves, candidato à Assembléia estadual foi o quarto mais votado, contudo sua legenda — PSC — não atingiu o coeficiente partidário requerido. Nesse recorte preliminar, cabe acrescentar as alianças partidárias, comparando-as com as tendências nacionais, avaliando sua expressividade eleitoral e seu significado regional.

Em segundo lugar, o projeto incide sobre o discurso político veiculado na Assembléia Legislativa estadual, tendo em vista o tratamento dispensado pelos parlamentares às grandes questões produzidas no interior desse mesmo discurso. O pressuposto de análise de tais falas não parte das determinações implícitas, ideológicas ou semânticas; sim dos efeitos de verdade produzidos numa economia de discursos jun-

to à prática legislativa. Para tanto, serão tomados os programas partidários e outros documentos daqueles que se expressaram nessa Casa.

Considerando, também, que os partidos não se antecipam necessariamente a todas as questões de interesse público, chegando mesmo a incorporá-las em sua prática cotidiana — pretendendo apresentar-se como interlocutores dessas demandas e do campo político institucional —, cabe identificar o tratamento dispensado pelos parlamentares aos temas ausentes dos programas. Nesse caso, há que se confrontar o texto programático com os Anais da Assembléia, ainda que por amostragem, numa tentativa de avaliação das (re) construções discursivas.

Finalmente, tendo em vista a investigação das relações entre os discursos dos partidos na Assembléia e os do Executivo, cabe avaliar a mútua interferência dessas falas nas práticas políticas de ambos. Para tanto, cumpre identificar os rearranjos partidários na Assembléia, bem como a formação de “grupos de sustentação” do governo — ou de oposição. A partir de tais identificações, o estudo volta-se àquilo que foi tematizado pelo Legislativo estadual na produção de uma economia de discursos.

Dessa forma, “Eleições e partidos: práticas políticas no Paraná” visa buscar o sentido que a fala dos partidos imprime à política local, pretendendo-a como expressão de uma experiência política ou simulacro das expectativas de uma população e de um território, cujos contornos passam por múltiplas redefinições e tematizações.

BIBLIOGRAFIA BASICA

1 — DOCUMENTOS

BRASIL. Senado Federal. Legislação eleitoral e partidária. Brasília, 1946-86.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Dados censitários; eleições federais, estaduais e municipais realizadas no Brasil. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1946-86.

PARANÁ. Assembléia Legislativa. Anais. Curitiba, 1947-87.

PARANA. Governo. Mensagens enviadas à Assembléia Legislativa. Curitiba, 1948-86.

PARANA. Leis, decretos, etc. Decretos e leis. Curitiba, 1947-87.

PARANA. Tribunal Regional Eleitoral. Coleção das atas dos resultados das eleições majoritárias e proporcionais no Estado do Paraná. Curitiba, 1946-86.

2 — LIVROS E TESES

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil; 1964-1983. Petrópolis, Vozes, 1984.

ARAÚJO, Maria Celina Soares d'. O segundo governo Vargas; 1951-1954; democracia, partidos e crise política. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista; estudo sobre a CODEPAR. São Paulo, Símbolo, 1978.

BARBOSA, Francisco de Assis. JK: uma revisão na política brasileira. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1960.

BENEVIDES, Maria Victória. A UDN e o udenismo; ambigüidades no liberalismo brasileiro, 1945-1965. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

—. A União Democrática Nacional; o partido em questão. São Paulo, Brasiliense, 1978.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

BOITO JR., Armando. O golpe de 1964; a burguesia contra o populismo. São Paulo, Brasiliense, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique. O modelo político brasileiro. São Paulo, DIFEL, 1973.

— e **LAMOUNIER,** Bolívar. Os partidos e as eleições no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

CASALECCHI, José Enio. O Partido Republicano Paulista; 1889-1926. São Paulo, Brasiliense, 1987.

CESÁRIO, Ana Cleide. Poder e partidos políticos numa cidade média brasileira; um estudo sobre poder local; Londrina, Paraná, 1934-79. São Paulo, 1985. Tese, Doutorado, USP.

CHACON, Valmireh. História dos partidos brasileiros; discurso e práxis de seus programas. Brasília, UNB, 1985.

COVRE, Maria de Lourdes M. A fala dos homens; análise do pensamento tecnocrático. São Paulo, Brasiliense, 1983.

DEBRET, Guita Grin. Ideologia e populismo. São Paulo, T.A. Queiróz, 1979.

DEBRUN, Michel. A conciliação e outras estratégias. São Paulo, Brasiliense, 1983.

DREITZEL, Hans Peter et alii. Tecnocracia e ideologia. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.

- DREYFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Vozes, 1981.
- ENCONTRO NACIONAL PELA DEMOCRACIA, Rio de Janeiro, 1979. Painéis da crise brasileira; anais. Rio de Janeiro, Avenir, 1979. 4 v.
- FAUSTO, Boris, dir., O Brasil republicano; sociedade e política. São Paulo, Difel, 1981.
- FERNANDES, Florestan. A ditadura em questão. São Paulo, T. A. Queiróz, 1982.
- _____. Que tipo de democracia? São Paulo, Brasiliense, 1986.
- FLEISCHER, David V., org., Os partidos políticos no Brasil. Brasília, UNB, 1981.
- FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas; uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo, Martins Fontes, 1985.
- _____. Vigiar e punir; nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1983.
- _____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- _____. El orden del discurso. Barcelona, Tusquets, 1980.
- _____. História da sexualidade I; a vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. História e teoria do partido político no direito constitucional brasileiro. Rio de Janeiro, Forense, 1974
- GUIMARAES, Cesar. Lei eleitoral e sistema político. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1975.
- HIPPOLITO, Lúcia. De raposas e reformistas; o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- IPARDES. Fundação Édison Vieira. Eleições no Paraná, 1945-82. Curitiba, 1987.
- _____. O Paraná reinventado. Curitiba, 1988.
- JAGUARIBE, Hélio. A crise do populismo no Brasil. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1975.
- KULINSKI, Bernardo. Abertura; a história de uma crise. São Paulo, Brasil Debates, 1982.
- LAMOUNIER, Bolívar, org. Voto de desconfiança; eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979. Petrópolis, Vozes, 1980.
- _____, org. A ciência política nos anos 80. Brasília, UNB, 1980.
- _____, & MENEGUELO, Raquel. Partidos políticos e consolidação democrática; o caso brasileiro. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- _____, et alii. Como renascem as democracias. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- LENHARO, Alcir. Sacralização da política. Campinas, Papirus, 1986.
- LIMA JR., Olavo Brasil. Partidos políticos brasileiros; 1946-64. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- LIPPI, Maria Lúcia Leite. O Partido Social Democrático. Rio de Janeiro, 1983. Dissertação, Mestrado, IUPERJ.

- MARCONDES FILHO, Ciro. **Política e imaginário nos meios de comunicação para massa no Brasil.** São Paulo, Sommus, 1985.
- MARTINS, Carlos Estevam. **Estado e capitalismo no Brasil.** São Paulo, HUCITEC, 1977.
- MATHIAS, Gilberto e SALAMA, Pierre. **O estado super-desenvolvido.** São Paulo, Brasiliense, 1983.
- MOTA, Lorenço Dantas, coord. **A história vivida; entrevistas.** São Paulo, O Estado de São Paulo, 1981. 2 v.
- NOVAES E CRUZ, Adelina Alves et alii. **Impasse na democracia brasileira; 1951-55; coletânea de documentos.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista:** Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- OMURA, Ivani Rogatti. **Eleitores e eleitos: composição e comportamento,** Maringá, 1956-64. Curitiba, 1982. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- PASSOS, Carlos Artur K. **Etat et capital au Brésil: essai sur la genèse de l'état brésilien et sa relation organique avec le capital.** Paris, 1983. Thèse, Doctorat du 3è. cycle, Université Paris III.
- PICALUGA, Izabel Fontenelle. **Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara.** Petrópolis, Vozes, 1980.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. **O estado autoritário e movimentos populares.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo.** São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- SAMPAIO, Regina. **O Partido Social Progressista em São Paulo.** São Paulo, 1979. Dissertação, Mestrado, USP.
- SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários.** Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
_____. **A política.** Brasília, UNB, 1981.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Getúlio a Castelo; 1930-64.** Rio de Janeiro, Saga, 1969.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil; 1930 a 1964.** São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- SOUZA, Maria Tereza Sadek Ribeiro de. **Concentração industrial e estrutural partidária: o processo eleitoral no ABC, 1966-1982.** São Paulo, 1984. Tese, Doutoramento, USP.
- SORJ, Bernardo, coord. **Sociedade e política no Brasil pós-64.** São Paulo, Brasiliense, 1983.
- VIANNA, Luiz Werneck. **O sistema partidário e o Partido Democrata Cristão.** São Paulo, Brasiliense, 1982.
- WEFFORT, Francisco Correia. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
_____. **Por que democracia?** São Paulo, Brasiliense, 1985.

3 — ARTIGOS

- BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Teoria geral dos partidos políticos. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 50:19-76, jan. 1980.
- BRITTO, Luiz Navarro de. As eleições legislativas de 1978. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 51:8-35, jul. 1980.
- CARDOSO, Fernando Henrique. O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro. **Dados**, 26(1):9-27, 1983.
- CARVALHO, Orlando M. Os partidos nacionais e as eleições parlamentares de 1958. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 8:9-19, abr. 1960.
- FLEISCHER, David V. A evolução do bipartidarismo brasileiro, 1966-1979. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 51:155-85, jun. 1980.
- _____. O pluripartidarismo no Brasil: dimensões sócio-econômicas e regionais do recrutamento legislativo, 1946-1967. **Revista de Ciência Política**, 24(1):49-75, jan./abr. 1981.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Os partidos políticos brasileiros. **Revista de Ciência Política**, 25(2):7-13, maio/ago. 1982.
- FRANCO SOBRINHO, Manoel de Oliveira. Balanço das eleições de 1974 no Paraná. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 43:155-85, jun. 1980.
- LAMOUNIER, Bolivar. Perspectivas da consolidação democrática: o caso brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 4(2):43-64, jun. 1987.
- _____. & CARDOSO, Fernando Henrique. A bibliografia de ciência política sobre o Brasil, 1949-74. **Dados**, 18:3-32, 1978.
- _____. & KINZO, Maria D'Alva Gil. Partidos políticos, representação e processo eleitoral no Brasil, 1945-78. **BIB**, 5:11-32, 1978.
- LIMA JR., Olavo Brasil. Evolução e crise do sistema partidário brasileiro: as eleições legislativas estaduais de 1947 a 1962. **Dados**, 17:29-51, 1978.
- _____. Realinhamento político e desestabilização do sistema partidário: Brasil 1945-1962. **Dados**, 25(3):365-77, 1982.
- MARTINS, Carlos Estevam. A democratização da vida partidária. **Revista de Cultura e Política**, 8:7-55, jun. 1988.
- _____. Governabilidade e controles. **São Paulo em Perspectiva**, 1:10-7, jan./fev. 1988.
- MARTINS, Wilson. Paraná: uma incógnita. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 8:229-54, abr. 1960.
- MEIRA, Silvio. Os partidos políticos. **Revista de Ciência Política**, 18(2):
- MENDONÇA, Otávio. Partidos políticos brasileiros. **Revista de Ciência Política**, 24(1):18-29, jan./abr. 1981.
- OLIVEIRA; Isabel Ribeiro de. Notas sobre o comportamento das coligações eleitorais no Brasil, 1950-62. **Dados**, 10:166-95, 1973.

- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Notas sobre o estudo do Partido Social Democrático. *Dados*, 10:146-53, 1973.
- OFFE, Claus. A democracia partidária competitiva e o welfare state keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização. *Dados*, 26(1):29-51, 1983.
- SANTOS, José Nicolau. Comportamento eleitoral no Paraná nas eleições de 1962. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 16:227-50, jan. 1964.
- SOUZA, Pompeu de. Eleições de 62: decomposição partidária e caminhos da reforma. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 16:7-20, jan. 1964.

4 — ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS

- ARZUA, Ivo. Jogo da verdade. *Correio de Notícias. Supl. Bomdomingo*, Curitiba, 1(3):3-6, 30 ago. 1987. Entrevista a Roseli Abrão, Suzana Branco e Dirceu Martins Pio.
- BRAGA, Ney. Jogo da verdade. *Correio de Notícias. Supl. Bomdomingo*, Curitiba, 1(7):3-6, 27 set. 1987. Entrevista a Renato Schaitza, Roseli Abrão e Suzana Branco.
- CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. Entrevista concedida à equipe do projeto História Política do Paraná. Curitiba, out. 1986.
- CURI, Anibal. Jogo da verdade. *Correio de Notícias. Supl. Bomdomingo*, Curitiba, 1(1):3-5, 16 ago. 1987. Entrevista a Luiz Geraldo Mazza, Roseli Abrão e Susana Branco.
- FRANCO, Adolpho de Oliveira. Jogo da verdade. *Correio de Notícias. Supl. Bomdomingo*, Curitiba, 1(5):3-6, 13 set. 1987. Entrevista a Roseli Abrão e Susana Branco.
- MACEDO, Norton. Entrevista concedida à equipe do projeto História Política do Paraná. Curitiba, nov. 1986.
- MAGALHÃES FILHO, Francisco B. B. Entrevista concedida à equipe do projeto História Política do Paraná. Curitiba, out. 1986.
- MARTINS, Wilson. Depoimento do professor Wilson Martins: reflexões sobre a história política do Paraná nos anos 50. *História: Questões e Debates*, Curitiba, 7(12):79-85, jun. 1986.
- . Entrevista concedida à equipe do projeto História Política do Paraná. Curitiba, jul. 1986.
- PINHEIRO MACHADO, Brasil. Entrevista concedida à equipe do projeto História Política do Paraná. Curitiba, jul. 1985.
- REQUIÃO, Roberto. Jogo da Verdade. *Correio de Notícias. Supl. Bomdomingo*, Curitiba, 1(4):3-6, 6 set. 1987. Entrevista a Roseli Abrão e Susana Branco.
- ROCHA, Espedito. Entrevista concedida à equipe do projeto História Política do Paraná. Curitiba, ago. 1985.
- SILVA, Amaury. Jogo da Verdade. *Correio de Notícias. Supl. Bomdomingo*, Curitiba, 1(6), 20 set. 1987. Entrevista a Luiz Geraldo Mazza, Roseli Abrão e Susana Branco.

SILVÉRIO, Erondy. Jogo da Verdade. **Correio de Notícias. Supl. Bom-domingo**, Curitiba, 1(2), 23 ago. 1987. Entrevista a Roseli Abrão e Susana Branco.

ANEXO I: RELAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS, BRASIL — 1945

Aliança Social Democrática (1)
 Confraternização Social Democrata (2)
 Esquerda Democrática (3)
 Partido Agrário Nacional (4)
 Partido Comunista Brasileiro (5)
 Partido Democrata Cristão
 Partido Democrático Progressista (1)
 Partido Industrial Agrícola Democrático (1)
 Partido da Lavoura, Indústria e Comércio (1)
 Partido Libertador
 Partido Nacional Classista (1)
 Partido Nacional Evolucionista (1)
 Partido Nacional Popular Democrático (1)
 Partido Orientador Trabalhista (6)
 Partido Proletário do Brasil (7)
 Partido Popular Sindicalista (4)
 Partido Regenerador (1)
 Partido de Representação Popular
 Partido Republicano
 Partido Republicano Democrático (7)
 Partido Republicano Progressista (4)
 Partido Social Democrático
 Partido Social Progressista (8)
 Partido Social Progressista
 Partido Socialista Cristão (1)
 Partido Trabalhista Brasileiro
 Partido Trabalhista Nacional
 União Democrática Nacional
 União Nacional do Trabalho (1)
 União Social pelos direitos do homem (1)

FONTE: CHACON, V., 1985.

LIMA JR., O. B., 1983.

NOTAS:

- (1) Partidos com registro cancelado pelo TSE, em 1948.
- (2) Cancelamento não-registrado.
- (3) Em 1947 passou a denominar-se Partido Socialista Brasileiro.

- (4) Em 1946 os partidos Agrário Nacional, Popular Sindicalista e o Republicano Progressista fundiram-se, dando origem ao Partido Social Progressista, o qual não obteve registro definitivo e foi cancelado em 1952.
- (5) Partido com registro cancelado em 1947.
- (6) Partido com registro cancelado em 1951.
- (7) Em 1948 passou a denominar-se Partido Republicano Trabalhista e, em 1950, Partido Rural Trabalhista.
- (8) Partido organizado em 1946, manteve o registro e a sigla.

ANEXO II: RELAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS, BRASIL — 1985

PASART — Partido Socialista Agrário e Renovador Trabalhista
PCB — Partido Comunista Brasileiro
PC do B — Partido Comunista do Brasil
PCN — Partido Comunitário Nacional
PDC — Partido Democrata Cristão
PDI — Partido Democrático Independente
PDS — Partido Democrático Social
PDT — Partido Democrático Trabalhista
PFL — Partido da Frente Liberal
PH — Partido Humanista
PJ — Partido da Juventude
PL — Partido Liberal
PLB — Partido Liberal Brasileiro
PMB — Partido Municipalista Brasileiro
PMC — Partido Municipalista Comunitário
PMDB — Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN — Partido da Mobilização Nacional
PN — Partido Nacionalista
PND — Partido Nacionalista Democrático
PNR — Partido da Nova República
PTB — Partido do Povo Brasileiro
PRP — Partido Renovador Progressista
PRT — Partido Reformador Trabalhista
PT — Partido dos Trabalhadores
PTB — Partido Trabalhista Brasileiro
PS — Partido Socialista
PSB — Partido Socialista Brasileiro
PSC — Partido Social Cristão
PTN — Partido Trabalhista Nacional
PTR — Partido Trabalhista Renovador

FONTE: TSE.

**ANEXO III — CAMARA FEDERAL: REPRESENTAÇÃO PARANAENSE SEGUNDO PARTIDOS
E LEGISLATURA, 1945-82.**

Partidos/Legislatura	1945	1950	1954	1958	1962	1966	1970	1974	1978	1982
Partido Social Democrático	6	3	4	4	6					
União Democrática Nacional	2	—	3							
Partido Trabalhista Brasileiro	1	—	4	6	10					
Partido Democrata Cristão	—	—	—	1						
Partido de Representação Popular	—	—	—	1						
Partido Republicano	—	—	2							
Partido Social Progressista	—	—	1							
Coligação UDN-PR-PST-PRP-PL	—	3								
Coligação PTB-PSP	—	3								
Coligação UDN-PSP-PR	—	—	—	2						
Coligação UDN-PDC-PTN	—	—	—	—	9					
Aliança Renovadora Nacional	—	—	—	—	—	20	19	15	19	
Movimento Democrático Brasileiro	—	—	—	—	—	5	4	15	15	
Partido do Mov. Dem. Brasileiro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	20
Partido Democrático Social	—	—	—	—	—	—	—	—	—	14
Representação	9	9	14	14	25	25	23	30	34	34

FONTE: TSE

ANEXO IV — ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA: REPRESENTAÇÃO PARANAENSE SEGUNDO PARTIDOS E LEGISLATURA, 1947-82.

Partidos/Legislatura	1947	1950	1954	1958	1962	1966	1970	1974	1978	1982
Partido Social Democrático	16	16	11	17	7					
União Democrática Nacional	7	8	8	—	8					
Partido Trabalhista Brasileiro	6	12	11	13	12					
Partido Comunista do Brasil	1	—	—	—	—					
Partido de Representação Popular	2	1	—	—	—					
Partido Social Progressista	1	2	7	4	—					
Partido Republicano	4	—	7	—	—					
Partido Democrata Cristão	—	—	1	3	12					
Coligação PR-PST-PL	—	6	—	—	—					
Coligação UDN-PR	—	—	—	7	—					
Coligação PRP-PTN-PRT	—	—	—	1	—					
Colig. PRP-PTN-PST-PR-PSP-MTR	—	—	—	—	6					
Aliança Renovadora Nacional	—	—	—	—	—	37	38	29	34	
Movimento Democrático Brasileiro	—	—	—	—	—	8	9	25	24	
Partido do Mov. Dem. Brasileiro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	34
Partido Democrático Social	—	—	—	—	—	—	—	—	—	24
Representação	37	45	45	45	45	45	47	54	58	58

FONTE: TSE

REFERÉNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 AUGUSTO, M. H. O. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**; estudo sobre a CODEPAR. São Paulo, Símbolo, 1978.
- 2 BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Dados censitários**; eleições federais e estaduais. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1973.
- 3 DREITZEL, H. P. et alii. **Tecnocracia e ideologia**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.
- 4 FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**; uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo, Martins Fontes, 1985.
- 5 _____. **Vigiar e punir**; nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1983.
- 6 _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- 7 _____. **El orden del discurso**. Barcelona, Tusquets, 1980.
- 8 _____. **História da sexualidade I**; a vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- 9 HIPPOLITO, L. **De raposas a reformistas**; o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-1964. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- 10 IPARDES. Fundação Edison Vieira. **Resultados Eleitorais**; Paraná — 1945-82. Curitiba, 1988.
- 11 _____. **O Paraná reinventado**. Curitiba, 1988.
- 12 MAGALHÃES FILHO, F. B. B. Os três tempos do planejamento; entrevista a Tato Taborda. **Correio de Notícias**, Curitiba, 4 nov. 1984.
- 13 MARTINS, W. Paraná, uma incógnita. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 8:229-54, abr. 1960.
- 14 OFFE, C. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- 15 PASSOS, C. A. K. **Etat et capital au Brésil**; essai sur la genèse de l'état brésilien et sa relation organique avec le capital. Paris, 1983. Thèse, Doctorat du 3è. cycle, Université, Paris III.
- 16 QUATRO visões sobre o Paraná. **Análise Conjuntural**, 7(2):1-3, fev. 1985.
- 17 RETRATO do Brasil: da monarquia ao estado militar. São Paulo, Política, s. d. v. 3.
- 18 RISCHBIETER, K. Incentivos à industrialização paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, 30:7-23, maio/jun. 1972.
- 19 ROUANET, S. P. **As razões do iluminismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

- 20 SANTOS, J. N. Comportamento eleitoral do Paraná nas eleições de 1962. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 16:227-50, jan. 1964.
- 21 SOUZA, P. Eleições de 1962: decomposição partidária e caminhos da reforma: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 16:7-20, jan. 1964.
- 22 SZVARÇA, D. R. & CIDADE, M. L. 1955: o voto "verde" em Curitiba. Curitiba, 1988. Monografia, Bacharelado, Universidade Federal do Paraná.

TENSÕES DA MODERNIDADE EM LONDRINA

A FERROVIA E A NAVE*

ANTONIO CELSO FERREIRA

CRISTIANO GUSTAVO BIAZZO SIMON

Professores da Universidade Estadual de Londrina.

Sertão! Olha o Concorde que vem vindo do estrangeiro.
(Belchior, "Tudo outra vez")

APRESENTAÇÃO

Este ensaio de arqueologia industrial pretende, através do levantamento e apreciação de algumas obras arquitetônicas, planos urbanísticos e documentos da memória da cidade de Londrina, captar momentos da trajetória urbana em perspectiva histórica, de um centro que, fundado há cinqüenta anos, destaca-se hoje como metrópole do norte do Paraná e uma das cidades mais importantes do sul do Brasil, com os decorrentes problemas acarretados pelo crescimento populacional.¹ Uma arqueologia das tensões de sua modernidade é possível.

* Trabalho apresentado como conclusão do curso "ARQUEOLOGIA E A HISTÓRIA DA CULTURA MATERIAL", ministrado na pós-graduação do Departamento de História da FFLCH, da USP, pelo professor EDDY STOMS, no segundo semestre de 1987.

1 Contando com cerca de 400.000 habitantes, a cidade destaca-se como a terceira em importância no sul do Brasil. Mantém sua área central ocupada por um intenso setor de serviços, principalmente o comercial e bancário, e com uma distribuição da população estratificada em bairros ricos, de classes médias e alguns mais populares. Os processos de formação de favelas têm sido empurrados para regiões mais distantes, originando as clássicas periferias, espontâneas ou projetadas. Os planos urbanísticos conseguiram, até aqui, impedir o nascimento de favelas e cortiços, nas regiões centrais e nos bairros mais próximos. Contudo, os elevados índices de aumento populacional (8% nos últimos 5 anos) geram desafios novos aos planos de "racionais" de seu espaço, a se manterem no mesmo ritmo. (ver Londrina hoje, edição especial da Prefeitura do Município, 1987; FERREIRA, Y.N. O Paraná tem futuro. *Pretexo*, Londrina, dez. 1987/jan. 1988).

Poderia parecer um despropósito inspirar-se nos métodos da arqueologia industrial para apreciar a história da urbanização de uma cidade nascida na década de trinta deste século, em condições muito peculiares, dadas a partir da colonização da área por uma companhia privada de capital inglês, sendo, portanto, produto típico de uma conexão com os modernos quadros de especulação capitalista mundial, ainda que de base agrária, sobretudo nas suas origens. Afinal, o que se pretenderia com tal arqueologia?

Entretanto, se considerarmos que a moderna cultura industrial, assenta-se num renovar contínuo que engloba regiões não propriamente "industriais" — com a alteração de suas bases tecnológicas a promover constantemente modificações no cenário —, tornar-se-á possível pensar a cidade como espaço expressivo de transformação social, tanto naquilo que se nomeou "cultura material", quanto nas suas instituições, valores, normas e ideários.

Londrina mostra-se um exemplo significativo enquanto palco de rápida mudança urbana. Edificando-se inicialmente em função dos interesses especulativos e imobiliários da companhia colonizadora inglesa, como um acampamento de conquistadores de terras, terá em seguida uma planta desenhada, com previsão para algumas dezenas de milhares de habitantes. As instituições públicas formadas no lugar tentarão dar continuidade à planificação inicial, criando a imagem de cidade à européia, fruto de suas melhores experiências e, assim, projetá-la harmoniosamente para o futuro, agrupando seus cidadãos-proprietários, e não ao sabor das necessidades, experiência essa vivida pelas cidades brasileiras crescidas "desordenadamente". Nem por isto, todavia, pôde esquivar-se dos inúmeros problemas enfrentados pelas cidades sem planificação inicial, quando, em fins do século XIX e nos inícios deste, no Brasil, ou mesmo antes, na Europa, intensificou-se o ritmo de crescimento urbano, com a natural alteração de suas feições originais. Buscaram-se outras formas de solução espacializando-se o social, como se fez noutras cidades "racionalizadas", numa hierarquização artificial e tensa.

Pode-se afirmar, dessa maneira, que não há diferença de natureza entre as velhas cidades tornadas metrópoles do mundo industrial e as cidades com toques planificados do século XX.² As cidades de séculos anteriores e que adentraram no mundo do século XX oferecem à arqueologia industrial momentos diversos de constituição dessa cultura, justapostos em seus vários aspectos. Naquelas já fundadas nos quadros do capitalismo mundial e, especialmente, nas envoltas em planificações, como Londrina, é possível verificar não só a rapidez dos processos de mudança quanto as tentativas de “racionalização” do espaço urbano: suas crises, contradições e erosão interna. Tratando-se do mesmo fenômeno, também dão ensejo às investigações da arqueologia industrial. O que se propõe neste ensaio é, portanto, uma arqueologia do século XX, tendo em vista o nomadismo do “progresso” peculiar às regiões incorporadas à modernidade capitalista.

Para a realização do trabalho, optou-se pela escolha de alguns marcos expressivos dos processos inclusos na formação urbana de Londrina. Obras arquitetônicas representativas dos mesmos foram escolhidas para sua caracterização, a exemplo da Estação Ferroviária, hoje transformada em Museu Histórico; da Rodoviária, a ser desativada e substituída por um Terminal Rodoviário e de prédios da Praça Cívica, comportando a Prefeitura Municipal, Câmara e o Fórum. Tanto quanto possível comentar-se-á, a partir de fotos reproduzidas de construções e instantâneos do cotidiano da cidade em suas origens (décadas de 1930 e 1940), momentos da constituição urbana na região. Construções expressivas dos anos quarenta e cinqüenta, não demolidas e em madeira, foram fotografadas para marcar as sobrevivências de estilos populares e condições de vida. Algumas fotografias das moradias populares atuais, nos “conjuntos habitacionais” das periferias, indicarão o percurso refeito do plano urbanístico original, tanto quanto os dilemas do crescimento urbano e as “soluções sociais” encontradas. Como pesquisa subsidiá-

2 É desnecessário estudar aqui o parentesco entre Londrina e outras cidades deste século, bem como buscar exemplos, no Brasil ou fora, para o processo de metropolização das cidades, dado o objetivo deste ensaio.

ria, foram consultados livros e documentos da história da cidade, na maioria oficiais e comemorativos; estatísticas e matérias jornalísticas feitas pelos poderes públicos sobre o crescimento urbano e os planos da prefeitura. Recorreu-se também à consulta a reportagens de jornal, artigos e demais publicações sem teor comemorativo.

A documentação fotográfica sobre as origens de Londrina, reproduzida neste texto, foi encontrada no Arquivo Histórico do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina, à cuja coordenadora, Professora Maria Dulce A. Gotti e funcionários, apresenta-se agradecimento pela colaboração e presteza.

Vale destacar, por último, que este ensaio não objetiva compor uma história da cidade de Londrina, com pretensões à totalidade, mas tão-somente propor elementos de investigação de uma arqueologia de sua cultura material.

IDEÁRIOS DA URBANIZAÇÃO

A história da urbanização de Londrina originou alguns ideários que se têm mantido, desde sua fundação, e que são continuamente reiterados pelas instituições locais.

O mais forte deles, presente ainda e desdobrado em outras formulações e discursos de maior sofisticação, diz respeito à ação pioneira. O ideário do pioneirismo é erigido pela companhia inglesa de colonização da região,³ que buscou legitimar sua ação, transformando-a em missão histórica, a partir dos pressupostos já consagrados no interior das ideologias do século XIX, de civilização e progresso a serem estendidos às regiões até então tidas como abandonadas pela "cultura superior".⁴ As fotografias da década de 1930, época em que se iniciava a formação da cidade, mostram peculiaridades da "prática pioneira" na sua atitude civilizatória: a aceitação inconteste dos valores técnicos do

³ "Companhia de Terras do Norte do Paraná", de capital inglês, constituída em São Paulo, em 1925, e subsidiária da "Paraná Plantation Ltd", formada em Londres. Desde 1951, a empresa passa a chamar-se "Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná". Cf. JOFFILY, J. Londres — Londrina, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

⁴ Nelson D. Tomazzi, sociólogo da UEL, elabora dissertação de mestrado sobre a relação memória e mito do pioneiro na região.

capitalismo no desbravamento do território e alteração de seu **habitat**, ao se representarem com suas máquinas como a vitória do homem desenvolvido sobre a natureza; a crença na missão evangelizadora dos “pioneiros”, com a instalação das primeiras casas de culto e a introdução de profissionais da religião na escola de ensino regular que se fundava e a combinação de funções públicas e privadas pela companhia, gerando figuras políticas no estilo coronelístico comum ao restante do país.⁵

A ação pioneira, ao assumir-se como porta-voz do progresso, julgou estabelecer um padrão de civilização compatível com a magnitude de seu propósito, evidentemente molhado na cultura material e nos valores europeus. A idéia de se criar no Brasil uma cidade européia será continuamente tentada desde então, fabricando-se dessa maneira o ideário europeísta, de cidade diversa de suas congêneres brasileiras. Ser européia no Brasil equivaleria a mostrar desde cedo seu parentesco apenas político com aquelas, consideradas sinônimo de pobreza e atraso cultural, tendo como parâmetro o ideário de cidade-jardim, cuja projeção encontrava forte ressonância entre nós. Os estilos arquitetônicos das primeiras construções dos mais ricos apontam este desejo de aproximação cultural com a Europa. Com o afluxo gradativo de famílias imigrantes de diversas nacionalidades (japoneses, espanhóis, poloneses, alemães, somando duas dezenas de etnias), configurou-se um quadro eclético de manifestações nas construções urbanas, praticamente desaparecido nos anos oitenta. A entrada de japoneses acrescentava um exotismo oriental na paisagem, manifesto nas fachadas das casas populares de madeira, poucas delas sobreviventes. Ao denunciar sua aderência no sul brasileiro, no entanto, as fotografias daqueles anos revelam as matas naturais sendo devastadas, métodos de edificação aprendidos no lugar (construção de casa de palmitos) e ruas enlameadas da cobiçada terra roxa.

5 As diversas manifestações da “ação pioneira” não apresentam diferenças significativas em relação a outros projetos incursos nos processos de colonização noutras regiões.

A partir dos anos quarenta e cinqüenta, mantém-se o desejo de ser estrangeiro, numa conjuntura de prosperidade da economia cafeeira. O surgimento de construções sumtuosas dos novos-ricos, de estilos rebuscados, combinava-se com os recentes planos urbanísticos: arborização e construção de praças, numa meta de crescimento a longo prazo. Todavia, o afluxo de mão-de-obra para a cidade exigirá, nos anos subsequentes, medidas de profilaxia urbana, com vistas à manutenção de sua assepsia.

O outro ideário gestado no interior da formação de Londrina, certamente acentuado a partir das experiências das vanguardas artísticas, é o da condição de cidade moderna. Obviamente, a prática especulativo-colonizadora nas suas origens procurou sustentar-se nos pilares da modernidade capitalista. Enquanto ideário, entretanto, o modernismo chegará nas obras das vanguardas artísticas, combinando-se com os ideários anteriores.⁶ Expoentes importantes da arquitetura modernista, desde os anos cinqüenta, assinarão os principais projetos de edificação e planos públicos; em antecipação a outras cidades, mas combinando-se às experiências mais avançadas que se faziam no país. Numa época de expansão do capitalismo mundial e de início de padronização cultural, a condição moderna não se chocava com o sonho de tradição cultural estrangeira, mas sim a ele se mesclava.

As utopias modernistas, manifestas nos projetos arquitetônicos e urbanísticos, terão existência efêmera, em alguns casos, com a entrada na cidade de numerosos contingentes de trabalhadores rurais e migrantes de várias procedências, principalmente desde a década de 1960. A reorientação da política urbana far-se-á, agora, segundo parâmetros comuns à maioria das cidades médias e grandes, de natureza pragmática e atendendo aos objetivos de controle social, profilaxia urbana e interesses do empresariado. Despindo-se da utopia de criação de uma sociedade moderna, esparramada a todo o social, mal conseguirá encobrir seus verdadeiros propósitos. A padronização da cultura industrial nos anos

⁶ Para uma leitura crítica das utopias da modernidade e de suas vanguardas, ver, SUBIRATS, E. *Da vanguarda ao pós-moderno*. 3. ed. São Paulo, Nobel, 1987.

recentes indica a ambigüia homogeneização do capitalismo e a chegada de Londrina a essa pasteurização, encerrando-se o sonho de originalidade criado à sombra da empresa de especulação — colonização e dos cafezais.

Certos instantâneos da história da cidade traçam indissociáveis combinações dos diversos ideários em solo brasileiro. Sir Willie Davids,⁷ ligado à companhia colonizadora e prefeito de Londrina, de botas e roupas “estilo safari”, por sobre o lamaçal da terra roxa, poderia ter posado aqui ou na África. Aqui, como um chefe político civilizador a mais; lá, numa “caçada colonizadora”. Os padrões arquitetônicos dos segmentos ricos locais assemelham-se aos novos-ricos de qualquer lugar, em sua fase de ascensão, como a mostrar uma modernidade ostentatória e esvoaçante. Finalmente, novos personagens: populares, trabalhadores, vadios e mendigos, transeuntes como os demais passageiros, pesam sobre as curvas leves da rodoviária modernista, como a apontar os limites da racionalidade urbana de Londrina.

A CIDADE DA COMPANHIA DE TERRAS

Londrina nasceu do marketing, quando a palavra ainda nem era conhecida. A propaganda da Companhia de Terras era muito atraente.

João Penka

Londrina é um acampamento provisório de vendedores de terras quando, em 1929, a Companhia de Terras Norte do Paraná toma efetivamente posse da gleba chamada “Três Bocas”.⁸ Casas de madeira formam a edificação inicial do empreendimento de especulação imobiliária, de caráter privado, selado com o governo paranaense para lotear as vastas terras do norte do Estado e dotá-las de transporte ferroviá-

⁷ Willie Brabazon Davids, superintendente da companhia, era brasileiro de ascendência inglesa. Foi o 3º prefeito de Londrina (1935-1940). Para assumir as atividades da companhia, combinando-as com as de chefe político local, tinha experiência anterior. No município de Jacarezinho, possuía propriedade e havia se destacado como “homem público”; cf. Folha de Londrina, 31 maio 1975. Arquivo Histórico — UEL.

⁸ Quando em 1929, vêm tomar conta da terra adquirida, numa clareira começam a construção dos escritórios, armazém e hospedaria.

rio, ligando-as ao Estado de São Paulo.⁹ Empresa de capital inglês, adquirira as áreas do governo do Estado, com vistas à instalação no território de cidades, estradas e ferrovias. Duas companhias subsidiárias da "Paraná Plantation Ltd", de Londres, assumiram o lucrativo empreendimento. Sendo assim, as primeiras instalações de serviços públicos na cidade serão obra da empresa, com a finalidade de, principalmente, atrair compradores de glebas. Seus escritórios serão, durante as décadas iniciais, ponto central de união entre poder público e privado. Aliás, seria até mesmo equivocado diferenciá-los, já que o poder público aparece como apêndice do privado, face transparente de sua natureza.

Figura exemplar dessa composição foi Willie Davids, terceiro prefeito de Londrina, superintendente da companhia e que acumulou funções administrativas da mesma e executivas do município.¹⁰ A documentação da memória histórica da cidade, plena de consagrações aos pioneiros ingleses, inclui dezenas de fotografias, nas quais este personagem destaca-se como uma espécie de administrador de acampamento comercial particular.¹¹

A instalação da ferrovia, negócio rentável para a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, afigurou-se como ação irradiadora central de outros empreendimentos: proporcionava lucros próprios e apresentava o "espetáculo do progresso", atraindo novos compradores e constituindo-se em canal no processo de criação de centros urbanos.¹² O espetáculo da chegada dos trens em Londrina, saudada pela Companhia de Terras, irmã daquela, servia como avalista simbólica.

9 Como não se objetiva neste trabalho construir uma história de Londrina, ou mesmo ligá-la aos empreendimentos do capitalismo nacional e internacional no período, deve o leitor consultar, dentre outras obras: JOFFILY, já citado, que apresenta a colonização do norte do Paraná como obra do imperialismo inglês, sustentando sua tese em documentos de importância; no livro da COMPANHIA DE MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná* (São Paulo, Edanee, 1975), a história da região é apresentada do ponto de vista da ação da empresa.

10 José Joffily, em seu livro, reproduz interessante comentário escrito por jornalista inglês, sobre Willie Davids: "A cidade foi construída há 40 anos por dois ingleses, Arthur Thomas e William Davids. Eles ficaram tão orgulhosos de seu trabalho, que ergueram estátuas de si próprios". JOFFILY, p. 113.

11 Arquivo Histórico — UEL.

12 Sobre a compra das ações da antiga companhia e seus vieses financeiros, ver JOFFILY.

lico da performance dos colonizadores ingleses.¹³ Com eles vinham os primeiros automóveis públicos, de propriedade da empresa ferroviária e, a Agência Ford,¹⁴ inaugurando a entrada do sertão nos modernos sistemas de transportes. De 1938 datam os primeiros aviões a pousarem na pista local e desse mesmo ano a primeira batida de carros, devidamente registrada ao futuro maquínico.

A companhia encarregou-se de construir, em 1935, a primeira Estação Ferroviária, substituída em 1950 por outra nova. Arquitetonicamente indefinida, talvez inspirada na de Londres, talvez de estilo normando — de qualquer maneira tentando acenar à Europa —, após ter sido reformada e substituída dos anacrônicos trens e de seus já desnecessários galpões, abriga, desde 1986, o Museu Histórico local, destinado à salvaguarda da memória “pioneira”.¹⁵

A cidade foi perdendo sua fisionomia de acampamento; formavam-se então outras atividades comerciais e de serviços, algumas delas organizadas por elementos ligados à companhia. Transporte de carga e passageiros, feitos por caminhões e jardineiras, ensejaram iniciativas de constituição de serviços rodoviários, que deram origem às primeiras estações rodoviárias; a terceira delas em alvenaria e celebrada através de contrato com a prefeitura¹⁶ — vale dizer, com Willie Davids, ou a própria empresa de colonização. Destas iniciativas nasceu poderosa empresa que hoje monopoliza o setor de transporte de passageiros para outras cidades, neste

13 Quando da chegada dos primeiros trens, a curiosidade popular era tanta “que a não ser para as pessoas que iriam viajar, as demais tinham que comprar ingresso para passarem para o lado da plataforma, pelo preço de 200 réis”. (palestra de Manoel Flores Segura, em 27-05-85, no Rotary Club de Londrina; parte de um dossier elaborado por George Craig Smith, de 20-07-85 — Arquivo Histórico — UEL). Diariamente, às 16 ou 17 horas, novas famílias de japoneses, chineses, paulistas e nortistas vários, além de europeus, traziam à companhia novos “fregueses”.

14 Arquivo Histórico — UEL.

15 Museu Histórico Pe. Carlos Weiss, órgão suplementar da Universidade Estadual de Londrina.

16 A primeira estação rodoviária era particular, pertencente a Celso Garcia Cid e Mathias Heim. “Em 1935, fundada a empresa Heim e Garcia, foi assinado um contrato com a Prefeitura Municipal e a Estação Rodoviária se instalou na Praça Willie Davids. Essa primeira estação era bastante rudimentar. Ano depois (...), outro contrato seria assinado com a Prefeitura para a construção de uma nova estação de alvenaria (...). A 2 de fevereiro de 1938, a sociedade Heim e Garcia deixa de existir para dar lugar à Empresa Garcia & Garcia (...). Somente em 1945 a Prefeitura Municipal inaugurará a nova Estação Rodoviária à Praça Rocha Pombó”. GOTTI, M.D.A. *História de Londrina*. Londrina, 1968. Inédito, no Arquivo Histórico — UEL.

período em que a ferrovia foi suplantada pela era rodoviária, adequada à itinerância coletiva contemporânea.

Atividades bancárias, com a inauguração do banco Noroeste, mostram a circulação de capitais provenientes da especulação, do comércio e da agricultura. Serrarias, oficinas de foices, padarias e casas de secos e molhados, reforçam o ajuntamento urbano.

Outros registros fotográficos significativos recriam a cidade: pioneiros realizam a travessia do rio Tibagi, o mesmo transposto pelas religiosas do "Colégio Mãe de Deus". Tendo nascido no mesmo local de residência das irmãs, em uma sala de madeira, a escola instala-se, anos depois, em terreno doado pela companhia. Em 1938, inaugurava-se o prédio construído com recursos da comunidade, pelas religiosas do Instituto Secular das Irmãs de Maria de Schoenstatt, congregação sediada na Alemanha.

Cercavam-se de aura os empreendimentos civilizatórios da companhia inglesa, ao se revestirem também da missão educativa e sagrada. Com a mescla de imigrantes de variadas nacionalidades, muitas de religiões protestantes, desde sua primeira década Londrina terá uma profusão de templos. Mais recentemente, os bairros periféricos ganharam novas seitas e novos templos, a apontarem às classes populares novas necessidades sagradas.

Difícil seria compor o quadro do cotidiano da cidade apenas a partir das fotografias. Não há notícia sobre habitantes anteriores, nem sobre o significado das distinções sociais. Trabalho, sociabilidade, relações de grupos sociais e nacionalidades perdem-se na documentação memorialística, quase toda revestida do ideário pioneiro. Uma ou outra fotografia registra momentos do trabalho no comércio — o interior das "Casas Pernambucanas" —, ou nos serviços — abertura de estradas e instalações de trilhos de trens. O trabalho rural não é contemplado no conjunto iconográfico. De qualquer modo, alguns instantâneos mostram a diferença entre as casas mais ricas, dos ingleses, e as demais, uma delas feita de palmitos. José Joffily tenta investigar as relações da empresa e dos compradores de terra com os indíge-

nas, principalmente os Coroados, dos quais “restam alguns trapos humanos em Tamarana”,¹⁷ esbarrando-se na falta de informações. Em contrapartida, apresenta importantes considerações sobre a devastação da natureza, realizada pela companhia na abertura das terras, na criação de estradas e cidades, com a consequente destruição das matas naturais, cujas madeiras encontravam na Inglaterra amplo mercado até a segunda guerra mundial.¹⁸ Mais fotografias dos anos 1930 corroboram a apreciação do autor: estradas e mais estradas sendo abertas; plainas usadas para a atividade; caminhões carregando toras de perobas; máquinas usadas na conservação das estradas... Nelas, homens posam como trabalhadores, mas em postura de vitória, a mesma que os excluirá da memória.

Ironicamente, a colonização buscará eternizar-se também através da arborização planejada para a cidade, a pequena Londres. Na memória do feito, a planta: um desenho conforme desejo da companhia. “Um zoneamento orientava de forma nítida a ocupação da malha urbana londrinense. O comércio a varejo, atacadista, residências, pequenas indústrias (serrarias), etc., tinham sua localização bem delimitada”.¹⁹ Praças e ruas arborizadas, traçados harmônicos das vias, como alamedas, projetavam-se para uma cidade de proprietários de bens. O acampamento de vendedores de terras daria lugar à cidade que, sonhada como uma fotografia europeia em terra roxa lucrativa, ia sendo maculada aqui ou acolá por manchas imprevistas.

RICOS, CLASSICOS E MODERNOS

Daí, (...) podemos concluir que a ponte, a estação, o aeroporto, não são habitações, mas complementos (...) à habitação através dos quais o espaço da habitação se universaliza. A cidade é uma casa. A casa é uma cidade.
 (Vilanova Artigas, “Caminhos da Arquitetura”)

17 JOFFILY, p. 92-104.

18 JOFFILY; Nas informações elaboradas pela prefeitura no ano de 1937, ao lado da produção de algodão, café, milho e arroz, os montantes discriminam também a madeira serrada e em toras. No ano de 1938, aparecem os valores da exportação de madeira (Serviço de Estatística do Município de Londrina, anos 1937 e 1938; Arquivo Histórico — UEL).

19 BATISTA FILHO, J. Alguns aspectos do estudo do Projeto CURA em Londrina. Boletim do Centro de Letras e Ciências Humanas, 6:75, jul. 1983.

O serviço de estatística, inaugurado desde a administração Willie Davids, já possuía dados para quantificar os avanços da nova sociedade criada, dando à mesma uma história, coincidente com a da companhia e a do município: população urbana e rural; número de distritos pertencentes a Londrina; produção por ramos de atividade; número de habitações; empresas, agências bancárias; automóveis, caminhões, jardineiras, motocicletas, bicicletas e carroças. Em 1942, os 38 ônibus existentes na cidade substituem na qualificação as 13 jardineiras de 1938. Nesse mesmo ano já tem lugar na publicação uma "empresa cinematográfica"; quatro anos depois incluir-se-iam as "profissões liberais". Inexistem, na estatística, trabalhadores rurais ou urbanos. Em compensação, jornais, associações culturais, fotos, serrarias, bares e restaurantes multiplicam os números do progresso. Um levantamento do êxito do empreendimento urbano, em termos de atração populacional, já era possível em 1942: a população urbana e rural compunha-se de 80% de nacionais, além de, "por ordem decrescente, japoneses, italianos, alemanes, espanhóis e mais de 20 nacionalidades diferentes". Resultava do esforço matemático, em 1945, uma população total de 52.000 pessoas, contra as 10.000 de 1938.²⁰ Sua heterogeneidade racial e religiosa seria apontada, uma década depois, contando-se os templos religiosos: metodista, presbiteriano, presbiteriano independente, batista, Assembléia de Deus, Centro Espírita, budista japonês, além dos católicos.²¹

Os índices do progresso não discriminavam distinções sociais. Ainda que tratassem do pequeno comércio das fábricas, através deles não é possível caracterizar os quadros sociais mais populares da cidade. Nem tampouco a quantidade de empresas comerciais e industriais dá conta da situação dos trabalhadores assalariados e de suas condições gerais de vida. Mas, é certo que durante os anos quarenta e cinqüenta, a cidade havia mudado muito, apresentando contrastes sociais enormes, que alteravam o "desenho" da com-

20 Serviço de Estatística do Município de Londrina, anos 1937, 1938 e 1939; Departamento de Estatística, 1942; Agência de Estatística, 1945. Arquivo Histórico — UEL.

21 Planta da cidade, 1958, Prefeitura Municipal. Arquivo Histórico — UEL.

panhia, cujos traços previam uma área urbana composta por comércio, serviços e residências, ladeada por chácaras e granjas. Já em 1947 pode-se falar em “explosão da periferia, pois (...) a cidade contava com 53 vilas, constituindo grave problema para seu planejamento urbanístico, porque surgidas essas vilas e vendidas por pura especulação imobiliária, não obedeciam a nenhum plano ou técnicas urbanísticas”.²² Na planta de 1958, uma década após, ao lado do registro dos prédios modernistas erigidos, o aumento do perímetro urbano comportava a profusão de novos bairros, incluindo alguns tipicamente populares.²³

As construções de alguns bairros nascidos nessas décadas, hoje situados no caminho das periferias, apontam a alteração da área urbana que passava a agrupar também classes que não alcançaram a ascensão social pretendida e vendida pelo marketing da companhia. Casas de madeira, apenas algumas dezenas delas restantes, indicam heterogeneidade social, racial e construções populares improvisadas. Também a herança do marketing inicial, reproduz atualmente, nas iniciativas de preservação do patrimônio histórico, capitaneadas pela Universidade e Museu, a idéia de uma memória pioneira, a partir daquelas sobrevivências. Como tentando sugerir o discurso segundo o qual elas representariam o modo de vida de indiscriminados “pioneiros” que enriqueceriam, anos após, “pelo trabalho”.

Como pouco restou da arquitetura das primeiras décadas, graças ao advento do impulso modernizador, sobram fotografias e a memória oral. Estas relembram a existência de residências “elegantes”, contra o pano de fundo geral: “Subindo a avenida (Paraná) rumo à Nova Danzig chegava-se em poucas quadras ao miolo da cidade e, aí, se percebia a reprodução do estilo “city”, de onde vinham seus fundadores. Quadras com cercas de arame e cercas vivas. Gramados, flamboyants, flores, largos espaços em torno das poucas residências. Algumas se destacavam mais (...) Era uma casa de madeira, que simulava sobrado, com toldos na va-

22 BATISTA FILHO, p. 75.

23 Planta da cidade, 1958.

randa, pintada com cor discreta e bem cuidada. Outra, na esquina seguinte (...) Era um bungalow escondido pela cerca verde, ladeado por uma área extensa de gramado e plantas, que era para ser visto e admirado pelas crianças do povo, que, aos cochichos, falavam "aí mora Mister Thomaz, é um milionário".²⁴

A expansão econômica dos anos cinqüenta, transformando Londrina por pouco mais de dois decênios na "cidade do café", proporcionava a continuidade dos projetos de originalidade, europeísmo e classicismo das fortunas consolidadas, combinados aos planos modernistas dos poderes públicos e ao novo-riquismo ostentatório e profuso de inspirações que se chocavam.

Da inclinação à Inglaterra, mantinham-se além das alamedas, parques florestais e algumas residências, uma praça "com a configuração da bandeira inglesa, e uma outra com o desenho do 'Piccadilly Circus' ".²⁵ O Fórum, atualmente comportando a Biblioteca Municipal, construído como um estilizado neo-clássico, denotaria um desejo de tradição, não permitida pela riqueza recente e pela infância histórica.

O caso da construção da Estação Ferroviária, em substituição à primeira, é curioso e exemplificador deste desejo de história e tradição. Seu prédio, hoje cartão de visita da cidade, poderia lembrar épocas mais remotas ou, pelo menos, o início da colonização. Como também poderia lembrar um estilo normando, ou a ferroviária de Londres, conforme se discute. De qualquer modo, remeteria a um ajuste de contas com o passado já dignificado pelo tempo. Entretanto e, ironicamente, sua construção foi começada em 1946 e concluída em 1949, tendo sido colocada em uso somente em 1950, início da década das construções modernistas. Apenas dezesseis anos após, começa-se a falar em mudar o traçado ferroviário, que estaria criando problemas na área central da cidade; em 1981, "não obstante a ferrovia ser a única no Brasil a gerar lucros, o transporte de passageiros é inviabi-

24 O PRIMEIRO picadão. Branco & Preto, Londrina, n.º zero, ago./set. 1986.

25 JOFFILY, p. 112, 141 e 144.

lizado pela concorrência com o transporte rodoviário".²⁶ Precocemente anacrônico, o prédio desejante de tradição, vai erigir-se como monumento, como que para forjar uma história fugaz, extraída a fórceps. Em seu interior, o Museu para lá transferido em 1986, dá continuidade a essa criação. Desfilando galerias de "pioneiros" e "colonizadores", sua documentação despoja da memória os homens construtores da ferrovia que durou o tempo de seu espetáculo.

Desejo de tradição e modernismo iriam mesclar-se na cidade, numa arquitetura rapidamente tornada obsoleta, evidenciando o vazio das duas aspirações e alcançando-a, sem contraste maior, na moldura pragmática e sem estilo do pós-modernismo atual. Nos anos cinqüenta, todavia, os arquitetos modernistas tentaram dar prosseguimento, a partir das melhores experiências, à busca de originalidade. Dessa época, datam construções tais como o Cine Ouro Verde, o Edifício Autolon, A Casa da Cultura e a Estação Rodoviária (a ser desativada), dentre outras obras. Tais projetos foram assinados por João Batista Villanova Artigas. Em matéria recente, numa revista londrinense, comenta-se a respeito de seus trabalhos: "Arquiteto de nome nacional, na década de 50 foi responsável por inscrever Londrina na lista da vanguarda arquitetônica. Vanguarda em uma cidade que não possuía ligação asfáltica com São Paulo e ainda não havia alcançado seus primeiros 25 anos. Como foi possível isso em meio aos cafezais? Para o próprio Artigas, 'O espírito audacioso dos pioneiros sugeriu uma liberdade de criação que talvez não encontrasse em outros locais do país!' 'Talvez um problema de afirmação cultural?' questiona o professor do curso de arquitetura da U.E.L...". E acrescenta a matéria: "Nessa época o novo convivia com o velho sem perceber. Pegue uma foto da rodoviária de Londrina e compare-a com os ônibus de

²⁶ Folha de Londrina, 07/mar/86. Arquivo Histórico — UEL. A matéria do jornal informa que seu projeto foi elaborado pelo engenheiro da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, Raphael da Assumpção. Acrescenta um parecer de membro da Secretaria de Cultura do Estado do Paraná: "O caráter arquitetônico que o imóvel possui pode ter sido decorrente de uma aspiração da população em representar, através do ineditismo dessa arquitetura, o grande poder de desenvolvimento da região".

então... eles parecem do século passado", observa outro arquiteto.²⁷

Villanova Artigas, modernista que faz a crítica ao "formalismo servil" da estética do movimento moderno, reduzido à subserviência ao imperialismo tecnológico, teria apostado no "espírito audacioso dos pioneiros". Este espírito combinava-se, da sua perspectiva, com uma postura de modernização a partir de "raízes nacionais", idéia revolucionária no interior do subdesenvolvimento. Daí seu elogio, que partia daquele pressuposto. Mais recentemente, feito o balanço da falácia do nacional-reformismo brasileiro, também o modernismo àquele projeto vinculado não seria poupadão.²⁸

Para Artigas, cabia à arquitetura preparar o advento da nova sociedade, criando sua "casa": "À medida que vão sendo substituídas velhas concepções sobre o mundo e a vida, à medida que vão sendo reorganizados os dados da realidade, (...) velhas formas e símbolos arquitetônicos vão desaparecendo. Estações, bancos, estádios e pontes também vão aos poucos aceitando novos tratamentos formais para um encontro com a casa. Encontro com a casa na cidade para construir com ela a casa da nova sociedade que desponta como consequência inevitável do conhecimento cada vez mais profundo que vamos tendo, do mundo e das relações entre os homens".²⁹

Seria a rodoviária a casa da nova sociedade por vir? Teriam convivido novo e velho em Londrina, tomando-se o exemplo de seu prédio com seus ônibus? Seria o choque do moderno (revolucionário) e o arcaico (reacionário)? Poder-se-ia dizer que nem o velho era tão velho assim, nem o novo tão novo. A rodoviária não escandalizou, salvo poucos que

27 PALACIOS, A. A moderna Londrina de ontem. *Roteiro, Londrina*, 1(7):14-5, nov. 1987. Os comentários são dos professores da UEL, Yamaki, Marcos Barnabé e Antônio Carlos Zani.

28 "Artigas foi um dos primeiros arquitetos americanos a pôr em evidência a articulação ideológica e organizativa entre o imperialismo da civilização tecnológica e a racionalização da identidade cultural veiculada pela estética do Movimento Moderno e o International Style". (SUBIRATS, p. 2). Sobre o modernismo em países como os da América Latina, afirma o autor: "O espírito das vanguardas não se insinuou (...) como o grande salto revolucionário para a frente, como o grito subversivo pela liberdade e o futuro. Impôs-se mais sob o aspecto positivo de um dogma acabado que no sentido revolucionário de uma crítica radical da cultura e do poder", p. 16.

29 ARTIGAS, J.B.V. *Caminhos da arquitetura*. São Paulo, Céncias Humanas, 1981. p. 102.

temeram pela queda das suas abóbodas; os ônibus, em quantidade, não cabem nas suas plataformas. Sem projetar-se para o futuro, tornou-se rapidamente obsoleta: pequena e sem funcionalidade. A “audácia pioneira”, não tendo criado nenhuma economia e sociedade diferentes e, inscrevendo-se desde cedo nos quadros técnicos e culturais do capitalismo internacionalizado, atraiu enormes contingentes populacionais que desorganizaram os dados da realidade. Compulsoriamente itinerantes, expatriados, gente de setores médios, profissionais liberais, estudantes, a maioria de trabalhadores, prostitutas e mendigos habitam o prédio leve, tornado um cortiço de passagem, que não mais serve à condição da coletividade estrangeira contemporânea. O principal cortiço do centro da cidade terá de ser extirpado para a tentativa de manter tradição, criar história e progredir.

NA VIA EXPRESSA, UMA NAVE

Como de resto ocorreria, ainda que desigualmente em todo o país, desde a década de 1960 a região sofreria uma intensa evasão rural, superpovoando-se cidades como Londrina, com projeções críticas para os últimos anos do século, em virtude da predominância das atividades comerciais, de serviço e especulativas, incapazes de solidificar o “sistema produtivo” e, assim, absorver a mão-de-obra. A erradicação dos cafeeiros, a mecanização da produção rural, a soja, o aumento das áreas de pastagens e o aumento do número de trabalhadores temporários, antes colonos ou pequenos proprietários, indicariam os sintomas do grande crescimento urbano.³⁰ Marcando definitivamente o ingresso da cidade na tensa condição social da “civilização industrial”, outros personagens urbanos passariam a compor seu cenário, até então mantido limpo e disposto conforme o script.

Já no final da década de quarenta, um decreto-lei da administração proibia loteamentos nas adjacências da cidade, com vistas ao adensamento da população, à valorização

30 Ver FERREIRA, p. 11. Na sua avaliação a autora problematiza as tendências do crescimento da produção industrial do Estado e sua capacidade para absorver a mão-de-obra e para abastecer as cidades.

dos terrenos e a impedir o crescimento desordenado. Seu resultado foi o surgimento de loteamentos clandestinos,³¹ originando nos decênios seguintes inúmeros bairros periféricos.

Duplicava-se, em 1972, a população urbana do município, em relação à rural.³² Bairros distantes compunham a planta da cidade: Novo Bandeirantes, Sabará, Riviera, São Francisco, Três Marcos, Jardim Pizza, Jardim Paraíso, Hauer e o desenho dos cinco conjuntos do norte.³³ Os poderes públicos passavam a projetar conjuntos populacionais, traçados com objetividade e simetria. Planos escritos em programas do B.N.H. propunham-se a racionalizar o crescimento urbano, seus mais importantes gerando negócios lucrativos para o capital imobiliário e investindo grandes somas de recursos em áreas privilegiadas da cidade.

Um caso exemplar, de bairro nascido como loteamento clandestino, bem mais antigo que os projetados e mais próximo do centro — o Parque Guanabara³⁴ —, foi diagnosticado por técnicos de um desses planos ligados ao B.N.H., no início dos anos setenta. Com uma população de cerca de 1.500 pessoas, na sua maioria formada por “bóias-friás” ou subempregados, apresentava predominância de casas de madeira, provisórias e sem pintura. A infra-estrutura de serviços, precária, compunha o quadro mais geral do bairro. Feito o diagnóstico, a implantação do projeto seria delegada à instituição dotada de características empresariais e visando ao aproveitamento da área para especulação. Constatado que a população local não poderia custear os investimentos previstos, aconselhava-se seu aproveitamento para residências elegantes, não possibilitadas nas regiões centrais da cidade, em virtude de seu crescimento e valorização.³⁵ O que, evidentemente, comportaria sua limpeza do entulho espontâneo e popular. Assim, os planos do B. N. H. transforma-

31 BATISTA FILHO, p. 76.

32 156.570 (zona urbana) e 71.962 (zona rural), in Dados Estatísticos de Londrina. Assessoria de Planejamento. Prefeitura Municipal, 1972, Arquivo Histórico — UEL.

33 Planta da cidade, 1972. Arquivo Histórico — UEL.

34 Cuja história serviu para estudar um dos planos do B.N.H., o Projeto CURA. As informações sobre o Parque Guanabara e o Projeto CURA são extraídas do artigo de BATISTA FILHO.

35 BATISTA FILHO.

vam-se em negócios e a prefeitura trataria de desenhar conjuntos populares em locais distantes para ordenar o entulho.

Diagnóstico e implantação do projeto ensejariam, inclusive, outra idéia moderna: a reurbanização do lago Igapó. Mais uma história exemplar. O lago fora construído entre 1957 e 1959, com a desapropriação de aqueles terrenos, após negociações entre a prefeitura e o Iate Clube. Ao comemorar sua entrega à população, no 25.º aniversário do município, veiculava a "Folha de Londrina": "Os terrenos que circundam o lago em breve estarão ocupados por construções de categorias, até agora desconhecidas aqui; as casas de campo com ancoradouros, garagens de barcos e praiazinhas particulares". Beneficiaria o Iate Clube Náutico, sociedade formada com vistas à "recreação e aproveitamento (...) que oferece pista livre aprovada para veleiros da classe snipe". E o discurso tentava desdobrar-se também de forma a sustentar benefícios à coletividade, e não somente à ostentação dos ricos e dos novos-ricos, naquela década em que a tradição e classe pretendidas viam-se ameaçadas pelas classes desclassificadas que enfeiavam a cidade: "No usufruto do Igapó não há privilegiados; com acesso facilitado por avenidas, a represa ficou à disposição de todos".³⁶ De fato, uma margem do lago embelezou-se com o clube e suntuosas residências. Do outro, barracos e outras construções estendiam o Parque Guanabara. Assim, uns dez anos depois, o projeto CURA aconselha sua "reurbanização", ou desfavelamento.

A reurbanização do Igapó massageou o ego modernista e dinâmico dos cidadãos, reacendendo as chamas de originalidade, tradição e progresso, quando Londrina ia se tornando uma cidade semelhante a outras da "civilização industrial". Seu projeto foi entregue ao renomado paisagista Roberto Burle Marx.³⁷ Ainda que não inteiramente obediente ao projeto original, este destacado cartão de visita da cidade, ca-

36 HIGUCHI, E.M. A construção do lago Igapó. In: CERNEV, J., org. *Trabalhos de pesquisa*. Londrina, Curso de História, UEL, 1986. p. 350-83. Arquivo Histórico — UEL.

37 Elaborado em 1970, foi alterado por engenheiros da Prefeitura. O plano previa a conservação de mais de uma centena de árvores primitivas da região e quadras esportivas no lugar onde foram construídos, depois, os prédios da Praça Cívica.

racteriza-se por "vias de acesso aos pontos significativos; pavimentação à base de pedra britada; curvas caprichosas, mini-elevações; mini-piscinas; arvoredo conservado; árvores novas; pistas; ancoradouros..."³⁸ Nestes anos oitenta, a distância dos bairros populosos em relação ao local mantém seu usufruto restrito àqueles que lá possam ir. De beleza indiscutível, em atitude de elogio à natureza, que esta parte da obra-prima do paisagista não cumpra o mesmo destino do Bosque municipal, remanescente da cobertura vegetal primitiva, hoje cercado por altas grades no centro da cidade, como um presídio botânico.

Na memória da cidade, um convite do prefeito chamava os cidadãos para a inauguração, em junho de 1977, do novo prédio da Câmara Municipal, construído acima da área reurbanizada. Em estilo modernista, carregando no concreto, o prédio lembra os símbolos do poder de Brasília. Posteriormente, a sede da administração municipal ocuparia outra construção similar; e o Fórum deixaria as instalações neoclássicas estilizadas (transformada em Biblioteca Municipal, a combinar cultura com o classicismo pretendido), na praça-síntese do poder que se erguia, pesado, querendo mostrar imponência e eficácia.

Da década de setenta, datam ainda, dentre outras modernizações, a inauguração do terceiro prédio da Catedral, como uma pirâmide em vidro fumê e a implantação do "Calçadão" de pedestres, na área central, projetada por Jaime Lerner. Em breve, engenheiros e arquitetos formados na universidade recentemente instalada seriam os autores dos novos projetos que coincidiriam com o maior surto de construções da história de Londrina. Casas de todos os estilos (chalés, casas coloniais, mediterrâneas, etc.) comporiam a paisagem pós-moderna dos bairros mais valorizados, combinando-se aos prédios modernos, neo-clássicos e pós-modernos da cidade-espigão.

E a prefeitura mostrava suas realizações populares: construção de conjuntos habitacionais na Vila Fraternidade,

38 Comentário do jornal **O Estado do Paraná**, 25 dez. 1973, citado por HIGUCHI.

Vila Operária, Três Marcos, Aeroporto, Pindorama I, Vitoria-Régia, Jardim das Flores, Charrua, Barra Vento.³⁹ Dentre todas elas, a mais conhecida passaria a ser a dos “Cinco Conjuntos”. Um flash oficial de sua história seria apresentado no rol dos pontos turísticos de Londrina!;⁴⁰ “em 1978, foram inaugurados os cinco primeiros conjuntos financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação — via Cohab-Londrina, no setor Norte (...) com 4.525 unidades habitacionais. Hoje os Cinco Conjuntos são apenas maneira de indicar qualquer um dos 16 conjuntos habitacionais do setor norte, que possuem 12.845 unidades habitacionais e cerca de 65.000 habitantes. A avenida (...) que liga diversos conjuntos é o grande pólo comercial, e ostenta um comércio variado, fazendo com que a maior parte das compras sejam realizadas sem a necessidade de vir ao centro da cidade (...) Com uma vida pacata do interior, a região (...) tem muitas igrejas de diversas religiões”. Nos próximos anos, um pólo industrial estabelecido em terrenos próximos fornecerá trabalho aos seus moradores, evitando seu deslocamento para a cidade, promete a prefeitura. Do mencionado texto sobre os pontos turísticos, consta ainda a favela da Caixa Econômica (Conjunto Nossa Senhora da Paz — Favela Colosso), nascida há 27 anos.

Atravessando-se a Via Leste-Oeste (em obras), e tomando-se a Via Expressa — outras expressões da cidade que vai se tornando metrópole —, é possível chegar, após algumas variações à cidade dos cinco Conjuntos. Vista de longe, ela aparenta algo inusitado, como se fossem milhares de casinhas construídas simetricamente no campo, em meio à rica vegetação circundante. Casinhas de colonos, em evocação ao mundo rural. Algumas delas, com cercas de madeira, próprias de sítios e fazendas. Nessa paisagem “evocativa e pacata dos campos”, o conjunto seria outra construção da originalidade, nada possuindo em comum com as conhecidas favelas de São Paulo, de Recife, ou do Rio de Janeiro, nem

39 Dados Estatísticos, Prefeitura Municipal, 1974, Arquivo Histórico — UEL.

40 “Pontos Turísticos”, Secretaria do Planejamento da Prefeitura Municipal, mimeografado, s/d.

mesmo com os conjuntos populares dos bairros industriais que afloram avassaladoramente ao longo das rodovias do país. É como se a vegetação do norte do Paraná, antes rica e escultural, ainda dispusesse de elementos de vigor sobrevivente após a devastação. Tinham razão os donos da companhia: a terra roxa é mesmo fértil!

Com efeito, seus moradores provêm do campo: são trabalhadores da construção civil, volantes das empresas rurais, outros das indústrias, comércio e serviços, além, é claro, dos desempregados. Índices altíssimos de criminalidade e baixíssimos de alfabetização formam seu quadro social riquíssimo para as análises sociológicas. Evadidos das fazendas e sítios, estes homens da cidade, mantidos longe da sua área central, compõem a nova cultura urbana. As casas, pequenas e pobres, próprias dos planos e desenhos para os bairros operários, aspiram a ascensão social e a modernidade: algumas delas, em obras, mostrando janelas e vitrões em arcos, alpendres e garagens que imitam as residências das classes médias, tentam romper com a paisagem igual e homogeneizadora traçada para os pobres. Domésticas que trabalham no "centro da cidade" buscam reproduzir os hábitos civilizados de suas patroas — o elogio aos eletrodomésticos é comum e o mobiliário é a repetição padronizada, em madeira de segunda categoria, dos armários, mesas, camas e sofás comuns às outras classes, fabricados pelas indústrias que exploraram o setor madeireiro. Uma casa popular foi transformada em templo da "Assembléia de Deus", religião que se propaga rapidamente. Em contraste, o templo da "Igreja Presbiteriana Independente", instalado num dos conjuntos, ergue-se num prédio com certa monumentalidade.

Afastados da cidade, os homens dos "Cinco Conjuntos" circulam por Londrina, para o trabalho ou em busca dele, através dos ônibus que passam pelas vias recém-abertas. Constituem os principais usuários do sistema de transportes, originado nos inícios da colonização, que agora congestionou o centro da cidade. Aglomeraram-se nos seus pontos à beira do Museu e juntam-se aos que vêm, aos milhares, das outras cidades próximas, através da velha rodoviária. Des-

territorializados (termo novo no vocabulário acadêmico) itinerantes e estrangeiros, fotografam a massa populacional contemporânea, igual em todo território. Londrina atinge esta modernidade, também no seu sonho estrangeiro. Serão brevemente servidos por um novo terminal rodoviário urbano, limpo e racional, que irá desaguar na “grande nave” projetada por Oscar Niemeyer para abrigar os ônibus inter-municipais. Iniciada em 1979 na confluência da Via Expressa com a Leste-Oeste, foi recomeçada, após reparos na planta original, desde 1986, com a formação de um condomínio para sua construção. Para transpor o século, e imaginada como uma nave espacial dos seres que “certamente virão ao encontro do nosso progresso”, terá muito verde, casas comerciais dos mais modernos produtos e necessidades, além de serviços indispensáveis.⁴¹

A velha rodoviária, a do Villanova Artigas, será transformada em espaço cultural, outro monumento, depois de serem desalojados seus passageiros itinerantes, seus mendigos e suas prostitutas. A cultura será higienizada e os arcos leves da sua arquitetura reaparecerão.⁴²

De suas ruas comerciais, em torno, uma ficou bastante conhecida: a Benjamin Constant. “Chamava-se rua do comércio. Então, seus comerciantes e fregueses se divertiam observando os forasteiros chegarem, descerem do trem e se espatifar no lamaçal que a constituía”. Depois, tornou-se rua dos travestis, prostitutas, gays, policiais e personagens assimelhados. Travestis, gays e prostitutas tinham sua divisão de espaço: “Mas esta divisão não estava nos planos da prefeitura e, no ano passado, com a transferência do terminal

41 “Mais que um terminal rodoviário compatível com o porte da cidade, o londrinense verá inaugurado (...) um verdadeiro shoppin-center que transformará radicalmente a região leste da cidade”, (*Londrina hoje*).

42 Escrevendo sobre as grandes cidades, no futuro, anota Nabil Bonduki: “O custo de implantação e manutenção dos serviços, principalmente em cidade de grande porte, é altíssimo; por isso a tendência é as cidades envelhecerem, deteriorar-se, serem abandonadas nas zonas antigas e se recriarem nas periferias, tanto nas áreas da pobreza como os bairros de riqueza, onde predominarão as vitrines futuristas, os cartões de progresso, as avenidas paulistas. A modernização destas cidades, capazes de transformá-las em fascinantes realizações dos sonhos das ficções científicas exigiria um salto de desenvolvimento econômico e de aumento da produtividade comparável ao alcançado durante a revolução industrial. (...) Por enquanto, porém, nada indica que um futuro menos negro possa esperar os assustados e traumatizados moradores das metrópoles brasileiras”. BONDUKI, N. A cidade do futuro. *Ponto de Encontro*, v. 2, n. 14, jan./fev. 1988.

(ainda provisório) (...) tiveram que ir para outro lugar. A polícia ajudou na saída. Houve muita resistência (...) Nenhum destes pontos, segundo Saara (travesti) é bom quanto o da Benjamin. Por isso ela prevê que o trottoir se transfira para a Via Expressa, assim que a nova rodoviária for inaugurada".⁴³

Que seres habitarão a nave do século XXI?

PAISAGENS DO ESQUECIMENTO

Não imagine o leitor que o caráter volátil das imagens na modernidade pode trazer alguma leveza grácil aos destinos de phantom city; ao contrário, todos nós sabemos a barra de viver sem chão, o peso de cada minuto nesses tristes trópicos, a desolação que é, ver a cidade virada pelo avesso; todos nós sentimos num dia qualquer, a vertigem do vazio.

(Francisco Foot Hardman, Trem Fantasma — a modernidade na Selva)

Quem chega a Londrina, ao deparar-se com sua moldura do alto da pista de trânsito, poderia formular a conhecida pergunta: como foi possível a construção da metrópole nesse lugar da terra reservado às florestas naturais? Ou, de outra maneira: que itinerários permitiram a conexão da mata com a modernidade internacional?

Definitivamente, a História nunca foi mãe exemplar para com seus filhos. Denunciando suas origens, a História-memória, conhecimento, ciência, método... não é capaz de compor os emaranhados da história humana, individual ou coletiva. Reservou uma institucionalização superficial a alguns deles, desalojando de seus institutos a grande maioria. Não é preciso insistir muito.

Repetindo a moral, Londrina parece ter uma história mágica, sem construtores humanos ou físicos. Aparece como fruto de um sonho. Fruto de uma idéia, sua instituição elide os habitantes da floresta, os construtores das ferrovias e

43 Todas as citações sobre a rua Benjamin são extraídas de MATTOS, C. Benjamin, a rua que saiu da linha. Branco & Prefo, Londrina, n. 4, ago. 1987.

os desbravadores de estradas, trabalhadores do campo, do comércio, construções, serviços e indústrias. Basta ver a documentação reunida nos seus cérebros da memória. Nenhum som daqueles personagens, raríssimos ruídos dos que, tentando ascender socialmente, assistiram, monotonamente, o edificar e o ruir das fortunas na terra nascida e vivida da especulação.

Diz-se dos imigrados das mais variadas procedências e tempos que, para sobreviverem nos novos territórios, tiveram que destituir de suas vidas a história progressa, seus sentimentos e sua constituição psicológica. Como condição de reconstituição humana para o valor mercantil da força do trabalho. Muitos não lograram este êxito, morrendo assim duas vezes.

A história do homem, essa da qual a História não é capaz de dar conta, requer um tempo de maturação. Uma relação duradoura com um lugar, com sua natureza, com as outras pessoas e consigo próprio, além de seus engenhos. Os homens dos anos anteriores de Londrina, mesmo não tendo alçado o estatuto de "pioneiros", talvez tenham-na vivido, inscritos como estavam num certo ciclo do tempo. Aos desterritorializados, itinerantes e estrangeiros-brasileiros, nesta curvatura do tempo moderno, a instantaneidade da sua relação com o mundo e seus objetos talvez imponha outra modalidade, muito mais eficaz de esquecimento.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A — Documentos no Arquivo Histórico, Universidade Estadual de Londrina:
- 1 Folha de Londrina, 31 maio 1975, 7 mar. 1986, 10 dez. 1986.
 - 2 GOTTI, M.D.A. *História de Londrina*. Londrina, 1968. Inédito.
 - 3 HIGUCHI, E.M. A construção do lago Igapó. In: CERNEV, J., org. *Trabalhos de pesquisa*. Londrina, Curso de História, UEL, 1986. p. 350-83.
 - 4 LONDRINA. Prefeitura Municipal. *Dados estatísticos de Londrina*. Londrina, 1937-1939, 1942, 1945, 1972, 1974.
 - 5 _____. *Londrina hoje*. Ed. especial. Londrina, 1987.
 - 6 _____. *Planta da cidade*. Londrina, 1958, 1972.

- 7 LONDRINA. Secretaria Municipal do Planejamento. **Pontos turísticos.** Londrina, s. d. Mimeografado.
 - 8 SMITH, C. C., org. **Dossiê** de 20 jul. 1985.
- B — Outras obras consultadas:
- 9 ARTIGAS, J. B. V. **Caminhos da arquitetura.** São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
 - 10 BATISTA FILHO, J. Alguns aspectos do estudo do Projeto CURA em Londrina. **Boletim do Centro de Letras e Ciências Humanas,** 6:75-83, jul. 1983.
 - 11 BONDUKI, N. A cidade do futuro. **Ponto de Encontro,** v. 2, n. 14, jan./fev. 1988.
 - 12 CANCIAN, N. A. **Cafeicultura paranaense: 1900/1970.** Curitiba, Gráfipar, 1981.
 - 13 COMPANHIA DE MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná.** São Paulo, Edanee, 1975.
 - 14 FERREIRA, Y. N. O Paraná tem futuro. **Pretexto,** Londrina, dez. 1987, jan. 1988.
 - 15 JOFFILY, J. **Londres-Londrina.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
 - 16 MATTOS, C. Benjamin, a rua que saiu de linha. **Branco & Preto,** 4:22-3, ago. 1987.
 - 17 PALACIOS, A. A moderna Londrina de ontem. **Roteiro,** 1(7):14-5, nov. 1987.
 - 18 PENKA, J. Higienópolis: paixão de barro, paixão concreta. **Branco & Preto,** n. 2, mar./abr. 1987.
 - 19 O PRIMEIRO picadão. **Branco & Preto,** Londrina, n.º zero, ago./set. 1986.
 - 20 SUBIRATS, E. **Da vanguarda ao pós-moderno.** 3 ed. São Paulo, Nobel, 1987.

A IMIGRANTE UCRANIANA EM PROSA E VERSO

OKSANA BORUSZENKO

Professora da Universidade Federal do Paraná.

A história social encontra-se numa posição de vanguarda entre as ciências do homem, atendendo o seu objetivo geral que é o da análise dos grupos sociais, a sua atuação na vida local ou em âmbito mais amplo.

No mundo contemporâneo, onde as facilidades de comunicação e locomoção puseram em permanente contato povos de todas as partes do globo submetidos às mais diversas condições de vida, a mobilidade sócio-cultural leva todo indivíduo a enfrentar novas formas de adaptação. E na medida em que muda o seu próprio comportamento, tornando-se mais tolerante ou menos tolerante, mais cooperador ou menos cooperador, o indivíduo desenvolve novas condições, às quais reagirão aqueles que com ele convivem.

Assim, em história social, os caminhos da investigação permanecem abertos em todas as direções. Na realidade, é uma nova história social, entrelaçada com uma história econômica e uma sociologia em pleno progresso, tendo por finalidade unir essas vertentes ao conteúdo do mental. Apoiando-se nos dados quantitativos da demografia e da história econômica, a história social analisa-os pelo seu significado humano e pelo seu peso social.

A renovação dos estudos históricos, por sua vez, exige o recurso a fontes praticamente desconhecidas e inexploradas.

A segunda metade do século XX viu surgir uma série inusitada de fontes para o estudo da História. Além da demografia e economia, a história social abriu-se para novos

campos como a arqueologia, teologia, antropologia, filosofia, política, arte, ecologia, lingüística, direito, medicina, e também a literatura.

Arte de inesgotável riqueza, a literatura tem exercido através dos séculos influência significativa nas sociedades como veículo de transmissão do cotidiano do homem, de permanências culturais, de idéias e ideologias de uma época.

Objeto de estudo das mais variadas ciências, tornou-se há algum tempo, além de recurso didático, uma nova fonte de investigação dos historiadores. Isto se dá apesar de a literatura não ser um espelho da realidade, mas, pelo caráter de recriação da mesma, onde vão estar presentes a cosmovisão do autor, bem como a de sua época.

Entre todas as vertentes exploradas pelos estudos sobre literatura, um dos que apresenta grande interesse tem sido os personagens femininos nas diversas abordagens de poetas ou prosadores.

Destacam-se alguns estudos desde os realizados sobre obras clássicas, como por exemplo Madame Bovary de Flaubert ou Capitu de Machado de Assis, como também modernas análises sobre os personagens femininos de Lygia Fagundes Telles ou a mulher no universo literário do contista paranaense Dalton Trevisan. Todavia, neste contexto são quase ausentes as pesquisas sobre a mulher imigrante, sendo significativo o desinteresse sobre este tema nas análises literárias no Brasil, país sujeito a grande fluxo imigratório.

No Brasil, os textos literários sobre a imigrante são bastante raros e sua análise mais rara ainda. Tão pouco existem estudos realizados por historiadores sobre o assunto.

Daí a importância da utilização de um tipo de fonte até agora inexplorada: trata-se de escritos que têm por objeto a imigrante ucraniana no Brasil, contidos no acervo do Mosteiro da Ordem Basílica em Prudentópolis e na biblioteca da Sociedade dos Amigos da Cultura Ucraniana em Curitiba.

Citando alguns de maior interesse, lembramos as obras do poeta Ivan Frankó e o "Relato do Início" de Olena Bacista.

Ivan Frankó (1856-1916), um dos mais renomados poetas ucranianos, foi também crítico, redator, e atuante político social.

Na multiplicidade de sua produção literária, preocupou-se também com o grande acontecimento do final do século XIX, qual seja: a emigração de ucranianos para o Brasil. A esse assunto dedicou três poemas, sendo o terceiro "Do Brasil" composto em forma de carta, que uma menina-imigrante escreve a seus vizinhos na Ucrânia:

Vizinhos! — É Olecia que está escrevendo —
 Saúde boa e bem se vai vivendo.
 Faz sete meses que silenciamos.
 No fim do tal destino já acampamos...¹

Frankó narra, através da menina Olecia, a travessia de um transporte que dura longas semanas, como se pode concluir do texto, em fins de 1895, pela Áustria, Itália e daí pelo Oceano, até o Brasil, com seus obstáculos e vítimas.

... A Viena viemos juntos e tranqüilos:
 Aí três dias no xadrez nos vimos.
 Soltaram-nos só quando um senhor
 Por sete pratas fez-se fiador... (p. 138)

... Em Gênova esperamos sete semanas
 Por um navio, em tendas ciganas.
 País danado. Fomos molestados,
 De fome e de febre atacados... (p. 139)

... Nadáramos no mar sem casos maus.
 Somente a gente padecera mais.
 Aí morreram dessa gente nove:
 No mar, a água foi a sua cova... (p. 140)

Nos últimos versos do poema, o autor retrata a realidade brasileira: as moléstias, as novas vítimas, a longa espera na

¹ FRANKÓ, Ivan. *Tvórê. Fliiv, Derjavne Védavnéstvo Literature*, 1952. v. 11, p. 138. Os textos em ucraniano foram traduzidos para o português pela autora do artigo.

Ilha das Flores pela demora do governo na escolha e envio dos imigrantes aos locais de sua colocação.

... Brasil! Também se sofre nesta terra:
 Pegou-nos logo a febre amarela.
 Em três meses na ilha das Flores
 Morreram três mulheres e três homens.
 Vendemos como servos cinco moços.
 Àquelas casas foram sete moças.
 Dos moços não tivemos nem notícia.
 As moças comem — bebem... que “delícia”.
 Que mais escrevo? Novas não alardam.
 De cobras cinco nossos se findaram ... (p. 141)

Frankó caracteriza a mentalidade da imigrante ucraniana e o seu estoicismo ao suportar as desgraças e adversidades, sem perder as esperanças em Deus.

... Se Deus quizer, e nós nos recompomos,
 Quarenta fomos, em dezoito somos... (p. 140)

O Paraná, para a imigrante ucraniana era sua “Terra Prometida” no Brasil. Para alcançá-la, ela demonstrou grande tenacidade, protestando e revoltando-se contra todos que obstavam à sua idéia fixa, sendo capaz de sacrificar sua vida para isso.

O “Relato do Início” de Olena Bacista (1880-1968), imigrante vinda no navio “Las Palmas”, em 1896, reafirma o que foi dito acima.²

A emigração para o Brasil no século XIX era incentivada através de propaganda que, na maioria das vezes, caía em excessos lamentáveis, explorando a psicologia dos camponeeses ucranianos.

Normalmente os emigrantes se registravam em listas que se destinavam ao povoamento do Paraná, pois seu governo oferecia melhores garantias quanto à aquisição de terras e seu clima se assemelhava ao europeu.

² BACISTA, Olena. Spoměn pro Potchatók. Prudentópolis, 1918. p. 5. Mosteiro de São Basílio Magno.

... Nós sabíamos que o inverno era muito frio, por isso trouxemos todas as cobertas de penas que estavam ainda boas e no corpo trouxemos os casacos forrados de pele de carneiro. Mas o que não sabíamos, é que o inverno no Brasil não era no fim do ano, como na nossa terra... Minha irmã até trouxe a roca para fiar...

... A Mãe juntou sementes de girassol, pepinos, tomates, algum centeio, e o pai desmontou o arado e colocou junto com a bagagem, estávamos decididos a viajar para o Paraná porque lá haveria um reino livre da nobreza polonesa e livre do ágio judeu. Nós tínhamos visto a carta de um Visconde, com essa promessa...³

Tratava-se do político do Império e presidente da Província do Paraná em 1885-86, Alfredo D'Escragnolle Taunay que, numa carta aberta, incentivara a imigração européia. Esta carta foi, durante muitos anos, falsamente interpretada e abusada pelos agentes e exerceu uma grande influência na emigração de camponeses ucranianos.

Quando os agentes empenhavam-se em dirigir os emigrantes para os estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, explodiam verdadeiros motins.

Lamentável incidente foi o de fevereiro de 1896, quando a companhia "La Veloce" informou ao grupo de camponeses ucranianos, entre os quais estava a autora do relato, que seriam estabelecidos no Espírito Santo. Diante dos protestos, a companhia ameaçou recambiá-los de volta. Os emigrantes recusaram-se a voltar. Houve intervenção das autoridades italianas que decidiram fazer voltar à força todo o transporte.

... Quando a locomotiva com os vagões entrava na estação de Gorrizza, mulheres com crianças pequenas no colo, atiravam-se diante do trem em movimento, preferindo a morte, em vez de voltar à velha terra onde não havia nem casa, nem terra, nem esperança de chegar à aquele reino do Visconde...

³ BACISTA, Sponén..., p. 6, 12.

... Uma das minhas irmãs também jogou-se e foi esmagada pelas rodas do trem, com dois de seus filhos. Deixou meu cunhado viúvo com três filhos para criar em terra estranha...⁴

Depois desse incidente, as autoridades enviaram-os a Gênova, onde deveriam partir dia 12 de março de 1896 a bordo do navio "Las Palmas". Porém, no último instante, as mulheres recusaram-se a embarcar sem a prévia alteração das localidades de povoamento. Após longas discussões, consentiram em embarcar, na promessa de que a questão seria resolvida no Rio de Janeiro.

... Minha mãe contava que as mulheres haviam combinado de jogar-se no mar ou então sob um novo trem, se não fôssemos mandados para o Paraná. A morte era melhor que trabalhar nas fazendas de café do Espírito Santo, onde havia muitos índios que odiavam gente diferente. Apesar do grande pecado, Deus nos perdoaria por não querermos tal vida...

... As mulheres conseguiram o que tanto queriam, pois apesar de todas as dificuldades, chegamos enfim à colônia de Prudentópolis...⁵

Tanto o poema de Frankó, quanto o relato de Olena Bacista comprovam a riqueza de tais fontes para o estudo mais completo do imigrante e, sobretudo da mulher imigrante, dando-lhe corpo, vida e refletindo sua mentalidade, costumes e visão do mundo.

A história social só pode beneficiar-se deste complemento qualitativo que, dia a dia, se torna mais indispensável ao atingimento de seus objetivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BACISTA, Olena. *Spomén pro Potchatók*. Prudentópolis, 1918. 28 p.
Memórias datilografadas. Mosteiro de São Basílio Magno.
- 2 FRANKÓ, Ivan. *Tvórê. Fliiv, Derjavne Vêdavnêstvo Literature*, 1952. v. 11.

⁴ BACISTA, Sponén... p. 13, 15.

⁵ BACISTA, Sponén..., p. 16.

NOTAS DE LEITURA:

FERREIRA, Antônio Celso e **SIMON**, Cristiano Gustavo Biazzo. Tensões da Modernidade em Londrina; A Ferrovia e a Nave. **História: Questões & Debates**, 9 (17): 225-380, Dez. 1988.

ANA CLEIDE CESÁRIO

Professora do Universidade Estadual de Londrina.

O Ensaio focaliza o fascinante tema da modernidade, permitindo uma leitura atraente da História da Urbanização de Londrina.

É certo que, como os próprios autores afirmam, o “Ensaio não objetiva compor uma história da cidade de Londrina, com pretensões à totalidade”. Sobre a dificuldade de apreensão da totalidade histórica, Paul Veyne entende ser “evidentemente impossível descrever a totalidade do devir e é preciso escolher”.¹ E os autores, cientes disso, escolheram o tema da Modernidade — com as tensões que lhes são inerentes — sob a ótica metodológica da “arqueologia industrial”.

É Veyne, ainda, quando trabalha a noção de **intriga** ligada aos **fatos**, quem afirma: “O itinerário que o historiador escolhe para descrever o campo acontecimental pode ser livremente escolhido e todos os itinerários são igualmente legítimos (ainda que não sejam igualmente interessantes).²

No ensaio em questão, a escolha do enredo é legítima e igualmente interessante.

Contudo, a análise do enredo histórico construído pelos autores, bem como de algumas “tensões da modernidade”

1 VEYNE, Paul, **Como se escreve a história**. Lisboa, Edições 70, 1983, pág. 52.
2 Ibidem p. 53.

apontadas por eles leva a alguns problemas que merecem ser discutidos.

Em primeiro lugar, pelo fato de não definir precisamente a noção da modernidade, o ensaio acaba trabalhando com diversos sentidos atribuídos ao termo. Ora, parece traduzir um "modo de experiência vital", tenso e contraditório ocasionado pelos projetos de "fomento de mudanças",³ geralmente acompanhados de uma relação bifronte que os atores sociais estabelecem com os projetos: a face da abertura de amplas possibilidades e a face da fugacidade e da volatização dessas mesmas possibilidades. Ora, a modernidade se confunde com o próprio "fomento de mudanças", isto é, com o processo de colonização do Norte do Paraná, com os movimentos populacionais na cidade e com as transformações na cultura material.

Finalmente, a modernidade parece significar modernização, o ideário que geralmente obscurece as próprias tensões do desenvolvimento.

Ainda no que tange à questão da modernidade, a proeminência que os autores conferiram ao moderno no início da urbanização de Londrina é inadequada. A cidade moderna planejada e "fomentada" pela CTNP é apresentada como o locus da modernidade, como se o urbano não tivesse uma estreita relação com o rural. Assim, deixam escapar a possibilidade de apreender, na cidade, a tensão existente entre o modo de vida rural e o modo de vida urbano. As fotos e jornais da época evidenciam que rural e urbano eram realidades imbricadas na pequena vila que se formava. Com os primeiros e imprecisos traçados das ruas, convivia a arquitetura rústica das casas de madeiras construídas no alinhamento das calçadas. As primeiras casas burguesas foram construídas nas margens das ruas enlamaçadas por onde transitavam os colonos a cavalo, com seus trajes simples de migrantes egressos da zona rural de São Paulo, Minas Gerais e outros estados brasileiros.

³ Esse sentido aparece na obra de BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Companhia das Letras, São Paulo, 1986.

Em segundo lugar, cabe também discutir uma questão que embora não seja central no ensaio, assume relevância para as ciências sociais. Existe uma simplificação teórica e de conteúdo quando os autores atribuem à companhia “a combinação de funções públicas e privadas, gerando figuras políticas no estilo coronelístico comum ao restante do país”. A simples combinação de funções públicas e privadas não é suficiente para definir o coronelismo. O coronelismo não deve ser interpretado simplesmente como um “estilo” pessoal, mas como um **padrão político** da Primeira República caracterizado, sim, por uma combinação, mas de um poder privado que se enfraquecia com o poder público passando por processo de expansão.⁴ Em Londrina, o Município foi implantado em 1934, portanto após a Primeira República, e a ação da companhia se deu predominantemente em período interventorial, havendo, inclusive, apenas uma eleição local para a Prefeitura, quando se elegeu Willie Davids. Faltou, no Município, o elemento oligárquico local anterior a 30 que permitisse o surgimento do coronelismo ou resquício desse padrão político. O que existiu foi outro tipo de poder local, determinado por um capitalismo autoritário (dirigido por capitais externos associados à burguesia nacional) que na figura de seus representantes estabeleceu um forte compliance com o estado autoritário e centralizador que se configurou a partir da Carta de 37.

Em terceiro lugar, cabe também sublinhar alguns problemas de informação — ligados a conteúdos — que o trabalho apresenta.

A denominação **sir** aparece precedendo o prenome de Davids (Willie). Desta forma indicaria um título recebido pelo superintendente da companhia por relevantes trabalhos prestados à coroa inglesa. Desconhecemos tal titulação. A informação oral de que dispomos é que Davids recebeu uma comenda da Prefeitura de Londres. Acreditamos que a deno-

⁴ Para uma discussão do coronelismo como fruto do enfraquecimento do mandonismo e da expansão do poder estatal, ver como um tipo de “sistema político” característico da Primeira República, ver Carvalho José Murillo de. **Coronelismo**. In: Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro. 1930-1983. Coordenação: Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense — Universidade, FINEP, 1984, p. 932 e 934.

minação sir tenha sido usada pelos autores como sinônimo de mister. Deste modo, o uso correto deveria ser sir Davids.

Quando os autores informam a respeito de um projeto de terminal de ônibus urbanos para a rodoviária projetada por Artigas e recentemente desativada, parecem desconhecer dois aspectos: primeiro, que se trata de edificado tombado e, portanto, qualquer projeto de reutilização daquele espaço deverá merecer aprovação da curadoria do patrimônio da Secretaria de Estado da Cultura; segundo, que o terminal de ônibus urbano, já concluído e em funcionamento, está situado ao lado do museu e sua construção foi iniciada no corrente ano, isto é, no ano da elaboração do referido ensaio.

Por último, a consideração de que o museu se destina à "salvaguarda da memória pioneira", não faz justiça a todo o acervo lá existente, uma vez que lá também se encontra a memória do cotidiano de outros segmentos da população londrinense, incluindo a de representantes das camadas populares.

GINZBURG, Carlo. O Queijo e Os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. 309 p.

SORAYA REGINA GOMES DE OLIVEIRA

Estudante do Curso de História, da Universidade Federal do Paraná.

O livro de Ginzburg trata de resgatar a vida de Domenico Scandella, conhecido por Menocchio, através da documentação encontrada no Arquivo da Cúria Episcopal em Udine, que mantém um acervo documental sobre a inquisição na Itália — precisamente a região de Friuli onde o autor já havia realizado anteriormente uma pesquisa sobre os “benandanti”, depois impressa em livro (editado em 1988 no Brasil sob o título: *Os Andarilhos do Bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*).

Através dessa documentação, extremamente rica no que preserva dos dois processos inquisitoriais de Menocchio, Ginzburg traça a trajetória desse moleiro que viveu no final do século XVI no norte da Itália, evidenciando suas idéias e sentimentos, leituras e discussões.

Um dos procedimentos metodológicos do autor consiste em manter a própria singularidade encontrada nos discursos de Menocchio. Ao pesquisar sobre um indivíduo, Ginzburg procura respeitar a sua própria originalidade, reiterando o que ele tem de não-representativo. Essa diferenciação se revela dentro do seu relativo isolamento da comunidade de Montereale, aldeia em que vivia. Os limites dessa especificidade em Menocchio, porém, mostram-se bem nítidos: é dentro da própria cultura do seu tempo e de sua classe que ela se insere. Nesse sentido, Ginzburg expõe as implicações teóricas que permearam seu trabalho, fazendo críticas à

ambigüidade implícita ao conceito de cultura, à medida que se propõe a reconstruir um fragmento da “cultura das classes subalternas” (expressão gramsciana) ou da “cultura popular” (expressão que ele toma de Bakthin).

Dessa maneira, a partir do momento que discute a relação entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas, critica a tese da cultura das camadas populares como sendo uma “deformação” das idéias das classes dominantes, decorrente do processo de “transmissão” implícita nele mesmo. Ao mesmo tempo, descarta a possibilidade de se enveredar pelo estudo da cultura “produzida” pelas classes populares, à medida que essa cultura se caracteriza por ser predominantemente oral. As fontes escritas que chegam aos historiadores são filtros, intermediários, que, de uma forma difícil de ser delimitada, acabam por alterar o conteúdo inicial. Assim, surge a opção de se adotar o estudo da cultura “imposta” às classes populares, já que essas fontes escritas devem ter sido elaboradas por elementos ligados, de uma maneira mais ou menos direta às classes dominantes. Não se descartam as influências externas, verticalmente impostas de cima, sobre o radicalismo religioso camponês de que o autor trata.

Ao mesmo tempo, Ginzburg privilegia o trabalho de Mikhail Bakthin (“A cultura popular na Idade Média e no Renascimento”) que a partir da visão de mundo elaborada pela cultura popular, imbuído na confluência dos mitos e rituais, se contrapõe ao dogmatismo da cultura medieval das classes dominantes. Assim, privilegia-se também uma relação de circularidade entre cultura popular e cultura hegemônica, implícita em Bakthin. Aquilo que não se obtém de uma forma direta, em virtude dos filtros e intermediários deformadores, não deve ser desprezado; mesmo o disperso, que pode levar a uma incerteza metodológica, acaba por fornecer dados importantes à pesquisa.

Ao fazer a crítica ao critério usado por Foucault, no seu estudo sobre as exclusões, coloca o excessivo valor dado ao jurídico na sua concepção de loucura, como inerente à razão

ocidental, e da repressão da mesma, deixando o louco no silêncio e privilegiando os critérios da restrição social imposta a ele. Nesse sentido, Ginzburg discorre sobre uma das obras de Foucault, "Eu, Pièerre Rivière, que matei minha mãe, meu irmão, minha irmã...", que trata do caso de um camponês que, como o próprio título em português sugere, cometeu esse tríplice homicídio. Segundo o raciocínio de Ginzburg, Foucault privilegia os dois discursos dominantes — o jurídico e o psiquiátrico —, passando a fala do assassino ao segundo plano, impossibilitando de interpretá-la no próprio texto redigido por ele mesmo, já que isto representa uma exclusão (no sentido foucaultiano, uma "razão" estranha a si mesmo). Assim não se aprofunda na relação de Pièerre Rivière com a cultura dominante; este aspecto passa ao lado das intenções de Foucault que expõe, nesse trabalho, com uma coerência primorosa, as implicações jurídicas e mentais do caso em questão.

O que Ginzburg pretende ao criticar os conceitos de cultura popular na sua ambigüidade máxima é demonstrar como a irredutibilidade de um caso-limite — e Menocchio para ele representa essa especificidade — pode ser passível de se constituir como representativo, à medida que permite recolocar as possibilidades inerentes da cultura popular encontrada numa documentação de arquivos inquisitoriais.

O caso de Menocchio só se tornou viabilizado através de dois grandes fatos históricos: a difusão da imprensa e a Reforma. A imprensa lhe permitiu o contato com livros através dos quais pode confrontar a tradição oral camponesa, de origens remotas, e colocou ao seu alcance a verbalização necessária às suas idéias e pensamentos desordenados. Já a Reforma lhe propiciou a conjuntura favorável ao seu discurso audacioso.

Com a Contra-Reforma, tem-se delineada a consolidação das hierarquias eclesiásticas e a busca da extinção da cultura popular, através da marginalização dos dissidentes do quadro hegemônico dominante. É dentro desse contexto que o caso de Menocchio se insere.

Domenico Scandella, o Menocchio, nasceu em Montereale, pequena aldeia ao norte da Itália, nos domínios de Veneza. No primeiro processo declarou ter 52 anos (1584) e exercer a atividade de “moleiro, carpinteiro, marceneiro, pedreiro e outras coisas”. Usava as roupas de moleiro — capa, veste e capuz de lã branca.

A nível conjuntural, sua posição social em Montereale era razoavelmente boa; havia exercido o cargo de magistrado da aldeia e de mais quatro vilarejos ao redor e também de “cameraro” (administrador da paróquia). Ao tribunal do Santo Ofício apresentou-se como “paupérrimo”, o que era no mínimo um exagero: possuía dois moinhos de aluguel e dois campos arrendados, o que lhe fornecia uma renda média de sobrevivência. Sabia ler, escrever e somar, tendo freqüentado uma escola pública elementar; sua noção de latim resumia-se a algumas orações.

Foi denunciado em 28 de setembro de 1583 por pronunciar palavras “heréticas” contra Cristo. Na realidade, a Menocchio se atribuía também o proselitismo, a tentativa de difundir suas idéias através das várias discussões que travou com seus conterrâneos. Sua necessidade de falar era grande, talvez devido à espécie de isolamento “intelectual” em que vivia em Montereale. Não tinha com quem debater suas idéias, somente falava pela necessidade de criticar a opressão e de demonstrar a sua originalidade racional. Esse seu isolamento pode ser visto como uma forma de marginalidade social.

Durante os primeiros interrogatórios (07, 16, 22 de fevereiro e 08 de março) ainda tentou controlar seus pensamentos, conduzindo seu discurso dentro do que achava ser favorável aos “ouvidos” do Santo Ofício. No entanto, durante o interrogatório de 28 de abril de 1584, Menocchio deixou de lado qualquer precaução e incentivado por seus inquisidores, falou tanto quanto pôde. Foi o interrogatório mais longo, em que expôs suas convicções sobre a opressão dos ricos contra os pobres, a condenação do uso do latim inacessível à massa em geral, a crítica contra a opulência da Igreja, a defesa de

uma religião mais livre de dogmas e mais ligada ao universo concreto, à praticidade cristã (“obras boas”). Pregava a tolerância religiosa à medida que exaltava a equivalência de todas as fés baseado na idéia de que “Deus distribuiu o Espírito Santo para todos”. Acaba por recusar todos os sacramentos, definindo-os como “mercadorias, invenção dos homens”, instrumentos de exploração por parte do clero. Desse modo, critica o batismo (“Deus já nos batizou”), a crisma (“é uma mercadoria”), o casamento (“... antes, homens e mulheres faziam trocas de promessa e isso era suficiente”), a ordenação (“Acho que o Espírito Santo está em todo mundo...”), a extrema-unção (“... se unge o corpo, mas o espírito não pode ser ungido”), a confissão (“... se confessar com padres e frades é a mesma coisa que falar com uma árvore... se esta árvore conhecesse a penitência...”). Só não refutava o sacramento do altar, porém afirmava crer ser o Espírito Santo que se convertia na hóstia e não Cristo. Menocchio expunha suas idéias julgando-se autônomo, independente dos inquisidores.

Criticava também as Escrituras que julgava terem sido concedidas por Deus, mas depois adaptadas pelos homens. Acreditava na humanização de Cristo (“Eu acredito que seja homem como nós, nascido de um homem e de uma mulher como nós”), duvidando da virgindade de Maria (“... como uma mulher pode dar a luz e permanecer virgem?”). Desse modo, tem-se delineada a negação da doutrina, a negação dos livros sagrados, a defesa total do aspecto prático da religião. Suas afirmações revelam uma originalidade de idéias que espantou os inquisidores. Afirmou nunca ter discutido com heréticos e ainda pede perdão pelos seus erros ao final desse longo interrogatório, mas sem renegar nada. Estava longe a conclusão do processo.

É necessário ter clara a realidade econômica, social e política na qual se insere o caso de Menocchio. O Friuli da 2.^a metade do século XVI ainda era marcado pela predominância das grandes famílias da nobreza feudal, em virtude da dominação veneziana na região ter permitido que essa situação perdurasse para se obter um equilíbrio social que

neutralizasse as oposições de uma facção da nobreza. No início do século XVI, os conflitos internos à nobreza originaram uma divisão interna: os favoráveis e os contrários à Veneza. Nesse período, ocorrem violentas revoltas camponezas no Friuli, as quais obtinham apoio de Veneza. Esses conflitos de classes, por sua vez, fazem com que a nobreza se reunifique pela necessidade de reprimir tais revoltas.

No âmbito jurídico, Veneza vai proteger a classe rural através de uma lista de concessões bastante abrangente. Isso criou uma relação de solidariedade entre o campo (meio rural de Friuli) e o poder urbano (Veneza) contra a nobreza feudal. Essa influência da cidade sobre o campo, no apoio às rebeliões rurais, foi bem articulada por Perry Anderson (“Passagens da Antigüidade ao Feudalismo” p. 199), quando coloca que a presença das cidades exercia uma pressão cada vez maior sobre a nobreza. A partir disso, tem-se uma tendência à diminuição demográfica no Friuli, com os camponezes se dirigindo aos centros urbanos, principalmente Veneza. Nessa época, o quadro geral veneziano é de decadência, enquanto o do Friuli é de total desagregação econômica.

Menocchio percebe esse jogo contraditório de forças econômicas, sociais e políticas à medida que constrói uma imagem simplificada da realidade que o cerca. Para ele, o arca-bouço de toda a opressão encontra-se no clero; sua crítica à exploração econômica das cidades é bem mais amena, em virtude de se encontrar mais próximo a ele a propriedade eclesiástica.

Outro fator que o impulsionava a criticar essa opressão, presença constante em seu cotidiano, era a ideologia religiosa que permeava o seu discurso, afirmando uma igualdade de direitos e saberes, já que para ele “Deus concedeu o Espírito Santo para todos”, inclusive a ele, um simples moleiro, também dotado dessa iluminação divina.

Suas relações com grupos reformistas são quase inexistentes e as analogias feitas por Ginzburg entre as suas idéias e a dos anabatistas demonstram que em alguns pontos os dois se aproximam, mas em outros fundamentais divergem

radicalmente, como nas questões referentes à negação do batismo e à aceitação de outras fontes religiosas além da Escritura. Esses pontos o distanciavam bastante do movimento anabatista. Menocchio baseava-se em outras leituras, principalmente o "Fioretto della Bibbia", o único livro comprado por ele mesmo. Mas o que parece ser mais relevante no que diz respeito às leituras realizadas por Menocchio é a maneira que leu, o modo que confrontou a cultura oral com a escrita. A sua cosmogonia — "... tudo era um caos, isto é, terra, ar, água e fogo juntos e de todo aquele volume em movimento se formou uma massa, do mesmo modo como o queijo é feito do leite e do qual surgem os vermes e esses foram os anjos..." — se relaciona melhor com um substrato de crenças antigas camponesas do que com o que leu ou com as idéias luteranas da Reforma.

Outra leitura citada nesse primeiro processo por Menocchio foi "Il sogno dil Caravia", chamado por ele como "Zampolo", nome do protagonista, que demonstra com muita clareza o modo como esse realizava a sua leitura, retendo o que justificava as já anteriormente delineadas idéias religiosas.

Mais da metade dos livros relacionados por Menocchio em seu processo inquisitorial foram emprestados de outros, o que denota a existência de uma larga rede de circulação de livros, tratados como objetos de uso comum, sem maiores cuidados. O único livro que realmente representa uma opção de Menocchio foi o "Fioretto della Bibbia", comprado por 2 soldos em Veneza.

A originalidade da sua leitura reside no fato de que, entre ele e a página escrita se interpunha um filtro que enfatizava determinadas passagens em detrimento de outras. Exagerava o significado de uma palavra, tirando-a do contexto, e, ao fixá-lo na sua memória, acabava por deformar o sentido do texto que tinha em mãos. Isso novamente remete a uma cultura que diverge da página impressa, uma cultura oral. Foi esse impacto entre a cultura oral e a escrita que induziu Menocchio a formular as idéias e as opiniões que tentou difundir em Montereale.

Ginzburg discorre sobre essas singularidades das leituras realizadas por Menocchio, o modo como apreendeu dos livros as justificativas aos seus pensamentos. Um dos textos mais importantes foi “As viagens de sir John Mandeville” que relata primeiramente uma viagem à Terra Santa e depois ao Oriente. Este livro, escrito 200 anos antes, sugere uma contemporaneidade a Menocchio, pois demonstra uma corrupção da cristandade que fazia parte do seu cotidiano. Mesmo assim, ao relatar sua leitura de Mandeville, sua memória modelava as palavras lidas conforme suas idéias.

Essa deformação de palavras e frases demonstra uma chave de leitura, uma rede oculta que não se explica por relações com grupos heréticos, mas pelo confronto da cultura oral com a cultura escrita que, na mente de Menocchio, se transformava através do seu próprio raciocínio.

Dentro de sua formulação cosmogônica sobre a origem do mundo e de Deus, Menocchio acaba por fazer uma analogia entre a coagulação do queijo e a condensação da nebulosa que iria formar a terra, o que até pode ser lógico atualmente, mas a sua época isso representava uma reprodução de mitos muito remotos — Ginzburg cita os mitos indianos dos “Vedas”, por exemplo, onde a origem do cosmo é explicada pela coagulação (como à do leite) das águas do mar batidas pelos deuses criadores. Essa reprodução de mitos tão antigos só pode ser compreendida a partir da transmissão oral, de geração à geração. É nesse terreno de relações e migrações culturais que a cosmogonia de Menocchio se insere.

Portanto, nos seus discursos emerge um estrato cultural incomum que envolve essa reação diante do confronto com a escrita. Em virtude da difusão da imprensa, Menocchio obteve as palavras necessárias para exprimir sua visão do mundo e através da Reforma pôde tomar a palavra e torná-la audível.

Além do orgulho que sentia da originalidade de suas idéias, Menocchio também percebia a necessidade de dominar a cultura, o saber de seus oponentes, relacionando a cultura

escrita — ou o saber erudito — como uma fonte de poder. O saber enquanto poder era propriedade de “superiores”, no caso, os que se situassem no vértice da hierarquia eclesiástica.

O término dos interrogatórios se deu em 12 de maio de 1584, voltando Menocchio ao cárcere onde escreveu uma longa carta aos juízes pedindo perdão pelos seus erros, apesar de não renunciar à discussão. No dia 17 de maio, sua sentença foi promulgada: foi condenado a renegar publicamente suas heresias, a cumprir penitências, a usar para sempre um hábito marcado pela cruz e a passar o resto de sua vida no cárcere, sustentado pelos filhos (“... que sejas emparedado, para que aí permaneça sempre e durante todo o tempo de sua vida.”).

Permaneceu por quase dois anos preso no cárcere de Concórdia. Em 18 de janeiro, Ziannuto, seu filho, que durante todo o processo procurou livrar seu pai das perseguições do Santo Ofício, apresentou uma súplica escrita pelo próprio Menocchio ao bispo Matteo Sanudo e ao inquisidor de Aquileia e Concórdia, frade Evangelista Peleo. Primeiro chamaram o carcereiro para obterem informações sobre o comportamento de Menocchio que, pelos seus relatos, demonstrou ter ele realmente se arrependido. Então mandaram trazer Menocchio, que se encontrava em estado de degradação física e mental em virtude dos anos de cárcere. Resolveram conceder-lhe o perdão e como cárcere perpétuo foi escolhida a aldeia de Montereale, proibindo-lhe a liberdade de ir e vir. Era expressamente proibido retornar a falar sobre as suas idéias, devendo confessar com regularidade e usar sobre a roupa o hábito marcado com a cruz. Um amigo seu assumiu responsabilidades, comprometendo-se a pagar 200 ducados em caso de violação da sentença.

Ao retornar a Montereale, retomou suas atividades sociais; apesar dos problemas com o Santo Ofício, em 1590 foi novamente nomeado “cameraro”, isto é, administrador da igreja de Santa Maria de Montereale. Mesmo estando integrado à comunidade e mais receoso do que era antes, Me-

nocchio logo recomeçou a defender suas velhas opiniões sobre a equivalência das religiões, a crítica aos padres, a humanização de Cristo, a dúvida acerca da virgindade de Maria, etc. Durante anos as notícias sobre os dizeres de Menocchio foram se avolumando e por volta do fim de junho de 1599 foi preso e confinado no cárcere de Aviano, sendo depois transferido a Portogruaro. Em 12 de julho de 1599, com 67 anos e trajando as vestes de moleiro, Menocchio compareceu diante do inquisidor, frade Gerolamo Asteo, do vigário de Concordia, Valerio Trapola e do Magistrado de Portogruaro, Pietro Zane.

Ao interrogatório que se seguiu, Menocchio não se preocupou em negar suas dúvidas sobre a fé e a Igreja, apenas tentou rebater cada uma das perguntas feitas pelo inquisidor. Foi a oportunidade de novamente falar, de recolocar a sua particular visão do mundo, de Deus, e da tolerância religiosa sempre lembrada por ele e que não correspondia aos desejos do Santo Ofício.

No dia 02 de agosto de 1599, a congregação inquisitorial declarou ser Menocchio um reincidente. Com o término do processo, foi ainda submetido a torturas para que delatassem seus “cúmplices”, mas nada de significativo conseguiram extraír.

A mesma época, estava-se concluindo o famoso processo de Giordano Bruno, o que simbolicamente enfatiza a dupla ação — para cima e para baixo — conduzida pela hierarquia eclesiástica na finalidade de impor o quadro hegemônico da Contra-Reforma, instituído pelo Concílio de Trento.

Em 16 de julho de 1601, um tal Donato Serotino disse ao comissário do inquisidor do Friuli ter estado em Pordenone pouco depois de haver “sido justiçado pelo Santo Ofício... o Scandella”. É através desse depoimento que Ginzburg afirma ter sido Menocchio executado.

Composto e impresso na
GRÁFICA VICENTINA LTDA.
Al. Cabral, 846 — Caixa Postal 988
80.410 Curitiba-PR

Eu não poderia viver sem ele.

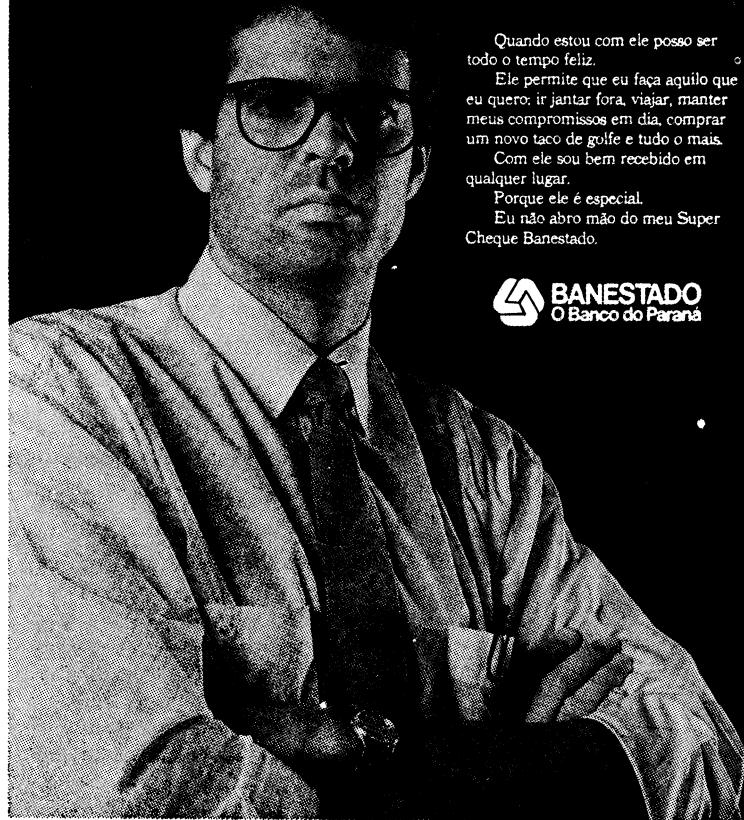
Quando estou com ele posso ser
todo o tempo feliz.

Ele permite que eu faça aquilo que
eu quero: ir jantar fora, viajar, manter
meus compromissos em dia, comprar
um novo taco de golfe e tudo o mais.

Com ele sou bem recebido em
qualquer lugar.

Porque ele é especial.

Eu não abro mão do meu Super
Cheque Banestado.



História: Questões & Debates é uma revista preocupada com a História como conhecimento, com a História como pesquisa, com a História como instrumento de Educação; preocupada com as relações da História e as demais ciências humanas em particular, e com o valor que a sociedade lhe atribui.

Desta forma, a Revista está aberta não apenas aos associados da APAH e historiadores, mas também aos demais cientistas sociais, aos professores de Ensino Médio, aos que trabalham com a Educação e aos estudantes universitários.

Toda colaboração deverá:

- 1.º) — ser inédita;
- 2.º) — ser redigida preferencialmente em língua portuguesa; trabalhos em outros idiomas deverão obrigatoriamente incluir resumo em português;
- 3.º) — trazer título que corresponde, de modo claro e preciso, à idéia geral do trabalho;
- 4.º) — apresentar, em folha à parte devidamente numerada, um resumo de no máximo 250 palavras;
- 5.º) — trazer, quando elaborada sob orientação, o nome do Professor orientador;
- 6.º) — ser apresentada em três (3) vias datilografadas numa face em papel tamanho ofício, com margem de três (3) centímetros, espaço duplo e numeração no canto superior direito;
- 7.º) — apresentar, em folhas à parte devidamente numeradas, as notas de rodapés e as referências bibliográficas. Estas últimas deverão estar de acordo com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);
- 8.º) — trazer os gráficos e/ou ilustrações uma em cada folha, à parte, devidamente numeradas com o título claro, assinalando no texto o local em que deverão ser intercaladas.

Os originais deverão ser encaminhados à redação juntamente com carta anexa, autorizando sua publicação. A revisão das provas durante a impressão poderá ser feita pelo autor desde que assim o deseje. O Conselho Editorial somente apreciará os trabalhos que obedecam às normas estabelecidas.

Além de artigos, a revista poderá apresentar comunicações, notas prévias, notícias de pesquisas em desenvolvimento, resenhas bibliográficas, além de notícias da APAH.

Aos autores de artigos serão enviados cinco (5) exemplares do número que trouxer seu trabalho.

Os originais não publicados não serão devolvidos.



apah

ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA
